

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA E
GEOCIÊNCIAS**

**A SOJA COMO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO
SOCIOECONÔMICA: O CASO DOS AGRICULTORES
FAMILIARES DE GUARANI DAS MISSÕES – RS.**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Simoni Teresinha Jablonski Marmilicz

**SANTA MARIA, RS, BRASIL
2013**

**A SOJA COMO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO
SOCIOECONÔMICA: O CASO DOS AGRICULTORES
FAMILIARES DE GUARANI DAS MISSÕES - RS.**

Simoni Teresinha Jablonski Marmilicz

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para a obtenção do título de **Mestra em Geografia.**

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Carmen Rejane Flores Wizniewsky

**Santa Maria, RS, Brasil
2013**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Naturais e Exatas
Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências**

A comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova Dissertação de Mestrado

**A SOJA COMO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO
SOCIOECONÔMICA: O CASO DOS AGRICULTORES
FAMILIARES DE GUARANI DAS MISSÕES – RS.**

**Elaborada por
Simoni Teresinha Jablonski Marmilicz**

Como requisito para a obtenção do grau de Mestra em Geografia

COMISSÃO EXAMINADORA:



**Carmen Rejane Flores Wizniewsky, Dr^a. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)**



Clayton Hillig, Dr. (UFSM)



Luiz Fernando Mazini Fontoura, Dr. (UFRGS)

Santa Maria, 09 de Outubro de 2013.

***Dedico este trabalho ao meu marido Tarcisio,
parceiro de todas as horas e
grande incentivador de meus sonhos
e àqueles que são a razão do meu viver e da minha alegria:
meus filhos Eduardo e Maria Rita.***

AGRADECIMENTOS

Minha fé me orienta a agradecer em primeiro lugar a **Deus**, pois somente um ser superior e bondoso é capaz de, desde a nossa inserção neste mundo, colocar uma série de anjos em nossas vidas. Assim, agradeço carinhosamente e do mais profundo do meu ser àqueles que considero serem os anjos em minha vida:

Aos meus pais Eugênio e Teresinha, por terem me trazido à vida e ao longo dela, terem à sua maneira, contribuído com seus ensinamentos e valores, na intenção de que eu me tornasse um ser humano, de fato, humano.

Aos meus irmãos, César, Camilo, Carine e Felipe, por permitir que em nossas concordâncias e discordâncias nos fortaleçamos enquanto família e à cunhada Eliane e afilhado Henrique que vieram para completa-la e torna-la melhor.

Ao meu marido Tarcisio, por fazer parte de minha vida, me entender, me apoiar, me incentivar, me aturar, enfim, por tudo. Em especial, por ser um pai presente e amoroso com nossos maiores tesouros: o Eduardo e a Maria Rita.

Aos meus filhos Eduardo e Maria Rita, pela obrigatória compreensão diante da redução do tempo e da atenção a vocês dispensado nestes últimos tempos.

À família Marmilicz, cito aqui minha sogra Verônica e meu afilhado Pedro Neto e estendo a todos os demais a satisfação de conviver com vocês, de fazer parte desta família, de aprender e de me inspirar na experiência e testemunho de vida de muitos de vocês.

À minha amiga e irmã de coração Sirlei Rigodanzo, pela amizade, apoio, incentivo e por acreditar sempre na minha capacidade. Agradeço especialmente pela companhia, dicas e assessoramento no trabalho de campo realizado em Julho de 2013.

À minha querida amiga Kelly Perlin Cassol, pela amizade, disponibilidade, preocupação, companheirismo e auxílios de toda sorte, desde as aulas no ano de 2011 até a elaboração final desta dissertação. Serei eternamente grata por Deus ter colocado anjo tão especial em minha vida.

Aos colegas de mestrado, pelas trocas de experiência e conhecimentos construídos através de debates em sala de aula ou em conversas de corredor, bem como pelas brincadeiras e risadas. Um abraço carinhoso ao Cristiomar Golo, James Lunardi e Joel Rabaioli.

À mais especial das orientadoras, a Prof^a Carmen Rejane Flores Wizniewski, pela acolhida e atenção a mim dispensada antes mesmo de me conhecer. Pelas dicas valiosas que contribuíram para que eu fosse selecionada no Programa de Pós Graduação de Geografia e Geociências da UFSM e pela orientação durante todo o tempo de mestrado. Minha gratidão por sua amizade, compreensão, paciência, preocupação e por compartilhar seus conhecimentos, colaborando imensamente com meu crescimento pessoal e profissional.

Aos professores Luiz Fernando Mazini Fontoura, Clayton Hillig e Cesar de David, por terem aceitado o convite para participar desta banca. Minha gratidão pela disponibilidade e pelas contribuições que com certeza irão qualificar este trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências da Universidade Federal de Santa Maria - PPGGeo, pela vivência e contribuições no decorrer do curso de mestrado.

Aos colegas do Colégio Estadual Athayde Pacheco Martins, em especial à diretora Elisete, vices Romi, Zetinha e Wolmir, e aos professores Ademar, Míria, Iara, Elenice, Ambrósio, Ana Maria Oliveira e Silvana, pela compreensão e disponibilidade nas trocas de horário, bem como pelo apoio e incentivo de todos para a conclusão da dissertação.

Aos colegas da UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul, pelo apoio e incentivo para a conclusão do Mestrado. Meu reconhecimento à Micheli Santos, ao Marcio Pinheiro e ao Ney Sodré.

Aos representantes da Emater, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Secretaria Municipal da Agricultura de Guarani das Missões pela colaboração estendida a este trabalho através das entrevistas concedidas.

Aos agricultores familiares de Guarani das Missões, em especial às doze famílias que se dispuseram a conversar com esta pesquisadora, por suas valiosas contribuições que nos permitiram compreender de que forma a soja orientou a organização das atividades econômicas no município e como ocorre a reprodução socioeconômica destas famílias.

RESUMO

**Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências
Universidade Federal de Santa Maria**

A SOJA COMO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA: O CASO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE GUARANI DAS MISSÕES – RS.

**AUTORA: SIMONI TERESINHA JABLONSKI MARMILICZ
ORIENTADORA: CARMEN REJANE FLORES WIZNIEWSKY
Data e local de defesa: Santa Maria, 09 de Outubro de 2013.**

A soja é hoje um importante símbolo do agronegócio brasileiro e tem firmado seu território ao desterritorializar parte significativa da produção familiar em diferentes escalas. Estima-se que no Rio Grande do Sul a territorialização da soja tenha sido iniciada no ano de 1900 nos municípios de Pinheiro Machado e Dom Pedrito. Em Guarani das Missões, por sua vez, a soja, que ainda hoje é intensamente cultivada, foi introduzida no ano de 1933 pelo engenheiro agrônomo polonês Ceslau Mario Biezanko, permanecendo seu cultivo limitado a pequenas áreas até meados de 1960. A presente pesquisa pretende conhecer os impactos do modelo modernizador introduzido pela cultura da soja, bem como as suas influências na organização do espaço rural e na reprodução socioeconômica dos agricultores familiares do município de Guarani das Missões – RS. Para tanto, a pesquisa, que apresenta uma abordagem qualitativa, buscou inicialmente fazer um breve histórico da ocupação territorial e das atividades econômicas utilizadas para tal em escala nacional, estadual e municipal. Posteriormente, procedeu-se à coleta de dados em fontes primárias (trabalho de campo) e em fontes secundárias, via dados dos censos agropecuários (IBGE), da FEE e da Emater. O trabalho de campo realizou-se através de entrevistas, direcionadas a produtores de soja do município e a órgãos públicos como a Secretaria Municipal de Agricultura, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e EMATER do município de Guarani das Missões – RS. Contrariando a ideia preconcebida de que a soja seria ainda hoje a principal cultura do município, em termos de que ela, por si só ou combinada com outras culturas temporárias estivesse garantindo a reprodução socioeconômica dos agricultores familiares, se pode afirmar que sua permanência e viabilidade é resultado de outras fontes de renda no meio rural, constituindo-se atualmente como uma possibilidade para a rotação de cultura, bem como de renda extra para os agricultores familiares.

PALAVRAS-CHAVE: Soja, reprodução socioeconômica, agricultura familiar.

ABSTRACT

**Master's Dissertation
Post-Graduate Program in Geography and Geosciences
Federal University of Santa Maria**

**THE SOY AS A STRATEGY FOR SOCIOECONOMIC REPRODUCTION:
THE CASE OF FAMILY FARMERS FROM
GUARANI DAS MISSÕES - RS .**

AUTHOR: Simoni Teresinha Jablonski Marmilicz
ADVISOR : CARMEN FLORES REJANE WIZNIEWSKY
Date and place of defense: Santa Maria , October 09 th, 2013.

Soy is today an important symbol of Brazilian agribusiness and has taken its territory to deterritorialise significant part of household production at different scales . It is estimated that in Rio Grande do Sul the territorialization of soy had begun in 1900 in the municipalities of Pinheiro Machado and Dom Pedrito. In Guarani das Missões , soy , which is still intensely cultivated nowadays, was introduced in 1933 by the Polish agronomist Ceslau Mario Biezanko, its cultivation remained limited to small areas until mid 1960 . This research seeks to ascertain the impact of the modernization model introduced by soybeans , as well as their influences on the organization of rural and socioeconomic reproduction of family farmers from the municipality of Guarani das Missões - RS . Therefore, the research, that presents a qualitative approach , initially sought to make a brief history of territorial occupation and economic activities which are used for such in national , state and municipal scale. Afterwards, we proceeded to collect data on primary sources (fieldwork) and secondary sources, via agricultural census' data (IBGE) , the FEE and Emater . The fieldwork was carried out through interviews , directed to soybean's producers in the municipality and public agencies like the Municipal Agriculture's Secretary, Rural Workers's Union and EMATER from the municipality of Guarani das Missões - RS. Contrary to the preconceived notion that the soy was still the main crop of the municipality, in terms that it by itself or combined with other seasonal crops were ensuring socioeconomic reproduction of family farmers, we can say that its permanence and viability are result of other sources of income in rural areas , constituting nowadays as a possibility for crop rotation, as well as an extra income for the family farmers .

KEYWORDS : Soy , socioeconomic reproduction, family farming.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução populacional de Guarani das Missões – RS de 1970 a 2010.....	61
Tabela 2 – Estrutura das propriedades de Guarani das Missões – RS em 2012.....	63
Tabela 3 – Utilização das terras em Guarani das Missões – RS de 1970 a 2006....	64
Tabela 4 – Condição do produtor de Guarani das Missões – RS de 1970 a 2006...64	
Tabela 5 – Ocupação da mão-de-obra de Guarani das Missões – RS de 1970 a 2006.....	65
Tabela 6 – Estabelecimentos agropecuários visitados segundo as atividades agropecuárias desenvolvidas em Guarani das Missões – RS.....	68
Tabela 7 – Principais produtos da lavoura temporária cultivados em Guarani das Missões – RS.....	69
Tabela 8 – Evolução do efetivo da pecuária em Guarani das Missões – RS de 1970 a 2010.....	71
Tabela 9 – Principais produtos da lavoura permanente cultivados em Guarani das Missões – RS.....	72

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa de localização do município de Guarani das Missões – RS.....	13
Figura 2: Mapa geológico de Guarani das Missões – RS.....	54
Figura 3: Mapa geomorfológico de Guarani das Missões – RS.....	55
Figura 4: Mapa de solos de Guarani das Missões – RS.....	57
Figura 5: Mapa hidrográfico de Guarani das Missões – RS.....	59
Figura 6: Propriedades cuja renda provém da produção de soja, outros produtos agrícolas e rendimentos não agrícolas.....	76
Figura 7: Propriedade cuja renda provém da produção de soja, outros produtos agrícolas e aposentadoria	82
Figura 8: Propriedade cuja renda provém da produção de soja, outros produtos agrícolas e agroindústria de cachaça.....	83
Figura 9: Propriedade cuja renda provém da produção de soja, outros produtos agrícolas e leite	85
Figura 10: Propriedade cuja renda provém da produção de soja, outros produtos agrícolas, hortifrutigranjeiros, aposentadoria e salário decorrente de emprego público.....	85
Figura 11: Propriedade cuja renda provém da produção de soja, outros produtos agrícolas, leite, hortifrutigranjeiros e aposentadoria.....	87
Figura 12: Propriedade cuja renda provém da produção de soja, outros produtos agrícolas, leite, agroindústria de melado e aposentadoria.....	93
Figura 13: Propriedade cuja renda provém da produção de soja, outros produtos agrícolas, leite e aposentadoria.....	95

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. BREVE HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO E DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NO BRASIL E NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....	18
1.1 A ocupação do território brasileiro.....	18
1.2 Modernização da agricultura no Brasil.....	22
1.3 Ocupação do território gaúcho.....	26
1.4 A modernização da agricultura e a soja no Rio Grande do Sul e na região missioneira.....	30
1.5 Impactos da modernização da agricultura aliada à introdução da soja.....	32
2. REFLEXÕES SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL.....	37
2.1 Agricultura familiar: um resgate sobre a importância do tema.....	37
2.2 A resistência da agricultura familiar e a busca pelo desenvolvimento rural sustentável.....	41
3. ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DE GUARANI DAS MISSÕES.....	48
3.1 Estrutura socioespacial, natural e econômica de Guarani das Missões.....	48
3.2 O espaço rural de Guarani das Missões.....	62
3.3 As atividades produtivas do município de Guarani das Missões – RS de 1970 a 2011.....	67
3.3.1 Compreendendo as estratégias de reprodução socioeconômica dos agricultores familiares produtores de soja de Guarani das Missões.....	74
3.3.1.1 Primeiro perfil.....	75
3.3.1.2 Segundo perfil.....	77
3.3.1.3 Terceiro perfil.....	86
3.3.2 O cooperativismo, a assistência técnica e o crédito agrícola nas atividades agropecuárias em Guarani das Missões – RS.....	96

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
REFERÊNCIAS.....	105
APÊNDICE A. Roteiro de entrevista com os agricultores produtores de soja de Guarani das Missões – RS.....	113
APÊNDICE B. Roteiro de entrevista com os representantes da Emater, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Secretaria Municipal da Agricultura de Guarani das Missões.....	116

INTRODUÇÃO

A soja é hoje um importante símbolo do agronegócio brasileiro e tem firmado seu território ao desterritorializar parte significativa da produção familiar em diferentes escalas. Estima-se que no Rio Grande do Sul o plantio da soja tenha sido iniciada no ano de 1900 nos municípios de Pinheiro Machado e Dom Pedrito. De acordo com Bonetti (1987), no ano de 1901, a publicação de um trabalho técnico sobre a soja no Estado, trouxe evidências de que esta oleaginosa já estivesse sendo cultivada em território gaúcho. Conceição (1984) demonstra que no ano de 1950 o cultivo da soja estava concentrado em três microrregiões do estado do Rio Grande do Sul, quais sejam: Colonial de Santa Rosa, Colonial das Missões e Colonial de Ijuí, as quais conjuntamente somavam 93,6% da lavoura gaúcha de soja e constituíam a denominada “frente de expansão” da soja no Rio Grande do Sul. Esse mesmo autor destaca que o primeiro indício de comercialização no Estado ocorreu em 1936, mas sua importância econômica só começou a manifestar-se a partir de 1947 quando começaram os embarques do produto para a Europa, fato que a caracteriza como uma cultura de exportação.

Informações relativas ao ano de 1950 mostram que a lavoura de soja estava localizada e sendo cultivada em pequenas e médias propriedades, oferecendo suporte especialmente à atividade suinocultora. Conceição (1984) afirma que a soja foi ao mesmo tempo, causa e efeito de uma maior utilização de máquinas e equipamentos agrícolas dentro do processo produtivo das pequenas e médias propriedades, o que resultou na reorientação da atividade produtiva dentro do espaço físico, no sentido de uma maior substituição de culturas não mecanizadas por culturas mecanizadas. O que ocorre a partir daí é a busca pela maximização da área cultivada com a cultura mecanizada em detrimento das demais atividades produtivas, que foram minimizadas até o limite necessário ao seu abastecimento dentro da propriedade.

A partir dos anos de 1960 constata-se a expansão mais intensiva da cultura da soja na microrregião Colonial das Missões que tinha suas estruturas de produção concentradas nessa cultura. No que se refere à fixação da lavoura da soja na Região das Missões, Conceição (1984) destaca que foi possibilitada pelas estações experimentais na seleção e adaptação de variedades às condições de clima e solo,

pela existência de fatores ecológicos propícios à soja e pelas grandes correntes de imigrantes que, na busca de novas terras para suas definitivas permanências, transmitiam novas e evoluídas técnicas, até então desconhecidas pelos colonos brasileiros.

É importante ressaltar que o domínio da soja na atividade de produção primária passou a influenciar não somente a economia do estado do Rio Grande do Sul, mas também o comportamento sociocultural das comunidades rurais, das lideranças e dos demais setores agrícolas. Considerando esta afirmativa é que nos propomos a compreender o modelo modernizador introduzido pela cultura da soja e como este influencia na organização do espaço rural e na reprodução socioeconômica dos agricultores familiares do município de Guarani das Missões – RS.

Mapa 1 – Localização do Município de Guarani das Missões – RS

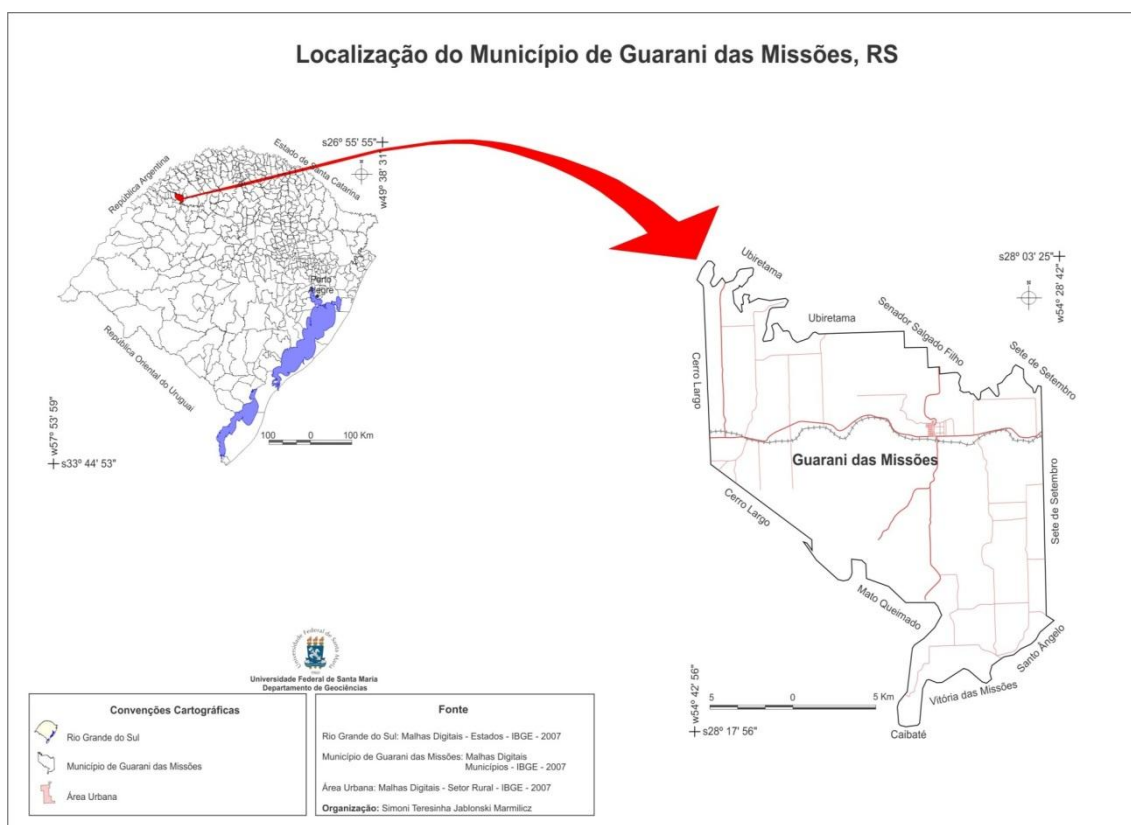


Figura 1: Mapa de localização de Guarani das Missões - RS
 Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
 Org.: Marmilicz, S.T.J.

O município de Guarani das Missões está situado na região das Missões, Zona Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, conforme demonstrado na Figura 1. Possui uma área de 290,497 Km² e conforme dados do Censo 2010 conta com 8.115 habitantes.

A ocupação espaço-territorial do município foi propiciada pela miscigenação dos povos nativos com os povos imigrantes. Estes últimos, pela política de colonização do governo brasileiro, passaram a se fixar no município a partir de 1891 (ano em que foi fundado o Núcleo Comandaí, hoje Guarani das Missões). Os primeiros colonizadores foram os suecos, depois vieram os poloneses e ainda italianos, alemães, russos, portugueses, tchecoslovacos, austríacos, espanhóis, ucranianos e outros. Estudo realizado por Mertz (2004) mostra que o sistema agrário introduzido no Rio Grande do Sul levou em conta um modelo de colonização em que os imigrantes europeus não ibéricos tiveram papel central, o que permite aduzirmos a importância destes na organização e produção no espaço rural também em Guarani das Missões.

Mertz (2004) manifesta que a característica considerada essencial nesse sistema agrário era a pequena propriedade cultivada pelos membros de uma família, em que o sistema de produção era a policultura, inclusive as atividades pecuárias. De acordo com a autora o produtor cultivava vários produtos cujos excedentes se destinavam ao mercado, mas havia a preocupação por parte do agricultor em cultivar sempre um produto que obtivesse bons preços. No caso dos imigrantes alemães e italianos, os primeiros dedicaram-se à produção de milho e suínos, enquanto os segundos dedicaram-se além da produção de suínos, ao cultivo da uva e desenvolvimento da indústria do vinho. Aos poloneses, principais colonizadores de Guarani das Missões, coube seguir a lógica dos municípios integrantes da microrregião Colonial das Missões, especialmente de seu município-mãe São Luiz Gonzaga que ao lado das microrregiões Colonial de Santa Rosa e Colonial de Ijuí constituía uma das frentes de expansão da soja no Rio Grande do Sul.

A importância da pesquisa está em fornecer subsídios à temática agrária, através do estudo de caso, considerando as atividades agropecuárias desenvolvidas no município de Guarani das Missões. Nesse contexto, a pesquisa teve como objetivo geral conhecer as influências do modelo modernizador introduzido pela monocultura da soja na agricultura familiar do município de Guarani das Missões – RS.

Como objetivos específicos a pesquisa deteve-se em: (a) caracterizar a estrutura socioespacial, natural e econômica de Guarani das Missões; (b) entender o processo de organização do espaço rural e as estratégias de reprodução socioeconômica dos agricultores familiares produtores de soja do município de Guarani das Missões; (c) identificar e descrever alternativas de diversificação produtiva entre os agricultores familiares do município em questão.

Para a realização da pesquisa, utilizou-se como abordagem teórico-metodológica o método dialético. A opção pelo método dialético justifica-se por ser um método histórico e que dá melhores resultados quando empregado para se compreender e interpretar os problemas sociais, entendendo a realidade e o espaço geográfico como concretos e produzidos pelo próprio homem. Segundo Camargo e Elesbão (2004) o método dialético tem por base as contradições da sociedade e essas contradições são os fundamentos para as mudanças e transformações sociais, daí a história da sociedade ser comandada pelos conflitos de interesses entre as classes sociais. Além disso, esse método permite o diálogo com outros tipos de problemas como o modo de produção, a formação sócio/econômica, as transformações e contradições, o conceito de essência e aparência dos fenômenos, visão da totalidade, necessidade de um bom conhecimento de História e de Política e desenvolvimento de uma consciência crítica.

A metodologia da pesquisa foi estruturada em etapas, das quais procedeu-se inicialmente, ao levantamento e redação de um breve histórico da ocupação e das atividades rurais desenvolvidas no Brasil e no RS, além de buscar alguns conceitos que auxiliassem na fundamentação da pesquisa.

Paralelamente, elaboraram-se levantamentos em fontes secundárias, através da coleta de dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), via Censos Agropecuários dos anos de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995-96 e 2006 e Censos Demográficos de 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010. Esses dados foram utilizados para se verificar a evolução e a situação das atividades agropecuárias em Guarani das Missões na escala temporal selecionada. Dados mais recentes sobre a agropecuária de Guarani das Missões foram obtidos junto à FEE, Emater e Prefeitura Municipal de Guarani das Missões.

As principais variáveis coletadas nos censos agropecuários referem-se: à utilização das terras, relações de trabalho, condição do produtor, efetivo da pecuária, lavoura temporária e lavoura permanente.

Para conhecimento da realidade empírica foram realizadas entrevistas baseadas em roteiros semiestruturados que possibilitaram abranger a totalidade das variáveis a serem analisadas no projeto (indicadores sociais, técnicos e de produção). As entrevistas foram realizadas com 12 agricultores produtores de soja do município de Guarani das Missões os quais foram identificados com o código PS. Para diferenciá-los foi atribuída a numeração de 1 a 12, acrescida da idade dos entrevistados. Como se trata de um estudo de caso, não foi utilizado nenhum método estatístico de caráter quantitativo para definição da amostra, mas, um método amostral qualitativo, que pudesse dar conta da abrangência de variáveis previamente definidas a serem investigadas. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas, tendo sido realizadas com agricultores familiares produtores de soja (informantes qualificados). Cabe salientar que a proposta inicial era a de entrevistar apenas produtores de soja ou ainda, produtores que sobrevivessem especificamente da renda agrícola (soja, milho, trigo), mas tornou-se uma proposta inviável diante do fato que, a não ser no caso dos empresários rurais do município, todos os demais produtores não dependem exclusivamente desta produção, coexistindo uma série de rendimentos que permitem que a produção de soja, seja apenas uma oportunidade de renda extra.

Para a obtenção de outras informações relevantes para a pesquisa, foi dirigido um questionário para o representante da Secretaria Municipal de Agricultura (identificado pelo código RSA), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (identificado pelo código RSTR) e EMATER (identificado pelo código TE) do Município. Por este questionário foram apontadas questões referentes à situação da agricultura e da pecuária em Guarani das Missões, indagando-os sobre: amparos que esses órgãos disponibilizam aos produtores rurais, as perspectivas das atividades agropecuárias e, conseqüentemente, do espaço rural em busca do desenvolvimento local/regional.

No que diz respeito à estrutura do trabalho, esse foi organizado em três capítulos, além da introdução, das considerações finais e das referências.

O primeiro capítulo descreve sucintamente o processo de ocupação do território brasileiro, historicamente exportador de produtos de origem primária, com destaque para os produtos agrícolas e aborda o processo de modernização da agricultura brasileira. Na seqüência far-se-á descrição semelhante sobre o processo de ocupação do território gaúcho e de sua inserção no contexto da economia

brasileira. Além disso, busca identificar os impactos da modernização na agricultura gaúcha, concomitantemente à territorialização e consolidação da soja.

No segundo capítulo é apresentado um breve resgate sobre a agricultura familiar e sobre o desenvolvimento rural sustentável, conceitos importantes que nortearam o desenvolvimento desta pesquisa.

O terceiro capítulo por sua vez, faz o resgate histórico do município de Guarani das Missões – RS, enfatizando-se o processo de ocupação, a colonização e a sua evolução política. São apresentadas as suas características físico-naturais, os aspectos socioeconômicos e por fim, alguns resultados da pesquisa de campo, com as impressões dos próprios agricultores familiares de Guarani das Missões sobre suas estratégias de reprodução socioeconômica, especialmente considerando que a soja foi por muito tempo a orientadora das atividades desenvolvidas no município e ainda seja considerada de extrema importância.

1. BREVE HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO E DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NO BRASIL E NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Ao longo deste capítulo buscaremos descrever, ainda que sucintamente, o processo de ocupação do território brasileiro, historicamente predestinado a atender aos interesses externos, fornecendo aos países desenvolvidos os mais diversos produtos de origem primária, com destaque para os produtos agrícolas. Abordar-se-á, neste sentido, o processo de modernização da agricultura brasileira.

Da mesma forma, faremos uma breve descrição da ocupação do território gaúcho e de sua inserção no contexto da economia brasileira. Assim como o Brasil, perceberemos que o Rio Grande do Sul desde a sua formação constituiu-se nos moldes de uma economia agropecuária, subsidiária da agro exportação. Na condição de “celeiro do país” constatar-se-á o aprofundamento da subordinação da agricultura ao setor industrial mediante a consolidação e a cristalização de um setor agrícola empresarial. E é diante deste quadro de modernização da agricultura gaúcha que a soja buscará a sua territorialização e encontrará terreno para sua consolidação.

1.1 A ocupação do território brasileiro

Para a ciência geográfica o espaço geográfico é um espaço eminentemente social já que é um produto da ação do homem. Sob este aspecto, o espaço geográfico brasileiro passou a ser esboçado quando, através do domínio português o país foi inserido na lógica da empresa mercantil, colonial e escravocrata. Num primeiro instante, os portugueses não encontraram no Brasil algum bem que pudesse ser comercializável (foco dos colonizadores à época) e com o qual pudessem obter lucros e por isso, não houve a intenção de povoar as terras brasileiras. No entanto, a cobiça de outros países europeus com relação a possíveis riquezas metálicas nas colônias ibéricas obrigou Portugal a garantir a posse do território colonial.

Foi essa necessidade de garantir a posse do território que levou o colonizador português a sistematizar, de acordo com Lacerda et al (2000), o pacto colonial nos moldes dos interesses europeus, criando, no solo nativo, alternativas que permitissem auferir o lucro almejado e aproveitar as potencialidades da colônia, transformando-a em produtora efetiva de riquezas. Para tanto, as soluções encontradas foram, inicialmente o extrativismo e posteriormente a plantation, a mineração, o renascimento agrícola e a cafeicultura.

Assim, de imediato, a atividade extrativa se encarregou de fornecer toda espécie de produtos naturais, como as madeiras que eram destinadas às construções ou à obtenção de tinturas, cujo exemplo clássico é o pau-brasil. Por sua vez, o início da produção agrícola em forma de *plantation* foi viabilizado pelo repasse do direito de uso da terra por parte da Coroa Portuguesa através de sesmarias, de acordo com enlaces de confiança, conveniência e/ou interesse, tendo como objetivo a ocupação do espaço e a manutenção e controle do território político. A concessão destes grandes lotes era considerada um fator de atração para o colono e uma recompensa por fazer o sacrifício de enfrentar as dificuldades da zona tropical.

Do século XVI até quase final do século XVII a produção açucareira foi o eixo econômico da economia colonial e foi responsável pelo processo de mudança da mão-de-obra nativa para a negra. O esgotamento da primeira fase do açúcar foi uma consequência das grandes mudanças provocadas pela descoberta do ouro brasileiro. Além do declínio das demais atividades desenvolvidas no Brasil, a repercussão da descoberta do metal ocasionou um movimento migratório inédito para o Brasil, alterando o perfil populacional, sobretudo pelo surgimento de uma camada média na escala social. A mineração, apesar de relativamente transitória, ocupou um lugar de destaque na história da colônia, mas no final do século XVIII já conhecia sua decadência.

Novamente a agricultura se tornaria a maior fonte de recursos da colônia. Desta vez, as vantagens trazidas pela Revolução Industrial e as oportunidades que surgiam no mercado internacional permitiram ao Brasil oferecer com vantagens suas mercadorias tropicais, em especial, o algodão. O açúcar acompanharia o algodão no renascimento agrícola da colônia. Outros produtos que fizeram parte deste ciclo foram o arroz, o cacau e o café. O renascimento agrícola colonial foi marcado por superar a era da mineração, além de retomar sua importância e ser reconhecida como a razão de ser da produção local.

Como pode se perceber, todas as atividades econômicas desenvolvidas no Brasil no período colonial tinham por objetivo principal o abastecimento do mercado externo. Não havia a preocupação com a formação do mercado interno, de modo que a riqueza obtida era despendida com importações, retornando às economias centrais e enriquecendo um seleto grupo de colonizadores e comerciantes. Tal situação era agravada pelo fato de o país, enquanto colônia portuguesa, permanecer povoado por pessoas em sua maioria escravizadas ou vivendo de subsistência, o que era sinônimo de um reduzido mercado consumidor local e também pelo atraso estrutural da produção manufatureira tanto na colônia quanto na própria metrópole.

Esse atraso estrutural permaneceria apesar da passagem da condição de colônia para a de Estado-nação, ou seja, mesmo após o final do período colonial, na época do renascimento agrícola, não se registravam alterações substantivas nessa estrutura arcaica brasileira. Para Lacerda et al (2000) durante mais de três séculos de colonização da Coroa portuguesa, o Brasil não organizou, de forma autônoma, uma produção agrícola e as vicissitudes que lhe são intrínsecas trazem, até os dias atuais, suas cores estampadas nas contradições de uma forma capitalista que não consegue propiciar chances reais de ascensão social para a grande maioria da população.

A utilização em massa do trabalho assalariado teria representado de acordo com Lacerda et al (2000) a primeira fase do desenvolvimento capitalista no Brasil. Sua formação ocorreu de forma mais intensa depois da falência definitiva do sistema escravista e até 1930 era recrutada preferencialmente entre imigrantes, muito embora houvesse um grande contingente de trabalhadores constituído por brasileiros natos, além de tantos outros brasileiros natos sem qualquer forma de ocupação.

Sobre este aspecto Fragoso e Silva (1990) declaram que

Na verdade, a imigração estava indissolúvelmente associada à escravatura ou, mais precisamente, à transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado. Duas leis promulgadas em 1850 - a da abolição do tráfico negreiro e a das terras - já anunciavam essa direção. Se a primeira restringia as condições de reprodução dos sistemas econômicos baseados no trabalho escravo, caso típico da plantation do açúcar e do café, a segunda acenava-lhes com uma solução alternativa. O dispositivo legal não apenas obrigava ao registro de todas as terras efetivamente ocupadas, como impedia a ocupação de terras devolutas, exceto mediante a compra. Com isso, dificultava-se o acesso do trabalhador (fosse este nativo ou imigrante) à terra e se pretendia criar a necessária reserva de mão de obra

para a grande empresa agrícola, frente ao definhamento da escravidão (FRAGOSO e SILVA, 1990).

Não é de surpreender, portanto, que vigorosos estímulos à entrada no país de trabalhadores estrangeiros datem da segunda metade do século XIX, seja por iniciativa de fazendeiros particulares seja do governo central ou de governos provinciais. Pressionados pelas dívidas contratuais com os custos da viagem e cerceados em suas possibilidades de se tornarem produtores independentes, os imigrantes estrangeiros viriam, em grande parte, engrossar as hostes do colonato agrícola ou do operariado urbano. O recurso à imigração permitia segundo Oliveira (2003), que num mesmo movimento se operasse o resgate do trabalho, aviltado pela identificação do trabalho à escravidão, e se atualizasse sob novas formas a subordinação do trabalhador a outrem.

Para Iotti (2010) a imigração estrangeira para o Brasil sofreu uma série de marchas e contramarchas e foi marcada por dois momentos distintos: o primeiro em que até 1840, a política imigratória brasileira estava voltada para a criação de núcleos coloniais baseados na pequena propriedade. O segundo seria a partir de 1840, em que a importação de trabalhadores estrangeiros serviria para a substituição do decadente e já improdutivo trabalho escravo nas fazendas. Este segundo momento foi intensificado pelo conflito entre os grupos representativos do pensamento democrático, partidários da instituição de ‘colônias’ de pequenos e médios proprietários, e, de outro lado, a camada dos latifundiários do café que impunham, cada vez mais fortemente, a solução ditada por seus interesses. Iotti (2010) sustenta a tese de que

Para os primeiros, a colonização baseada na instalação de imigrantes europeus em pequenas propriedades representaria uma solução para boa parte dos problemas sociais e econômicos que afligiam o Brasil. Sob esta ótica, o imigrante europeu “deveria constituir-se no agente modernizado e transformador da sociedade e da economia brasileira. Com experiências agrícolas e de criação de gado diferentes, com técnicas artesanais novas, com hábitos de vida outros que os das populações existentes, esperava-se que o imigrante contribuísse para tirar o país da situação de atraso a que o sistema colonial o tinha relegado” (Petroni, 1982:18). Já para os latifundiários do café, o imigrante só começou a despertar um certo interesse quando se apresentou como uma possível solução para seus problemas de mão-de-obra, em consequência do lento e gradual processo de abolição da escravatura. Independente destas disputas e pressões, o Império brasileiro se manteve no controle geral do processo colonizador até 1889, quando foi proclamada a República. Desta data até o início da Primeira Guerra Mundial (1914), os estados e a iniciativa privada assumiram a direção do empreendimento colonial (IOTTI, 2010).

De modo geral, observa-se que o Brasil desde o início de sua formação espaço-territorial teve que atender aos interesses externos. Para tanto, promoveu a ocupação do território e desenvolveu sua economia com a intenção de explorar da forma mais eficaz, tanto o espaço quanto as pessoas que o tornavam um espaço geográfico. Índios, negros e europeus não ibéricos foram fundamentais neste processo que historicamente conferiu ao país o papel de fornecedor de produtos primários.

1.2 Modernização da agricultura no Brasil

Diante da constatação de que o Brasil se constituiu como fornecedor de produtos primários, tradicionalmente dedicado às práticas agrícolas, abordaremos o processo de modernização desta importante atividade econômica brasileira. De maneira geral poderíamos dizer que a modernização consiste em “adaptar-se aos usos ou necessidades modernas, isto é, aos usos e necessidades recentes, atuais”. No caso da agricultura brasileira, em que momento e em que condições se deu essa modernização? Inúmeros são os autores que por meio de artigos, livros, teses, dissertações responderam a essa indagação. A maioria deles aponta a década de 1960 como o momento inicial e a industrialização da agricultura como condição essencial dessa modernização.

Piletti e Mosolino (1999) na obra *A Questão da Terra no Brasil* assinalam que o Brasil passou por um processo de mudança muito grande, em um curto espaço de tempo. Os autores mencionam que deixamos de ser um país rural e agrário - no qual a maioria da população vivia no campo e a atividade econômica principal era a agropecuária – para transformar-se no Brasil urbano e industrial, onde a maioria da população vive nas cidades e as atividades econômicas principais são a indústria e o comércio. Mencionam ainda que essa transformação significou uma modernização para o Brasil que, no entanto se mostrou insuficiente para superar a situação de subdesenvolvimento, já que continuamos dependentes economicamente em relação aos países desenvolvidos e apresentando grandes desigualdades sociais, com uma enorme concentração da propriedade da terra e da renda nas mãos de poucas pessoas e a maioria mal conseguindo sobreviver. Além disso, a modernização então

alcançada limitou-se quase só aos grandes centros urbanos, que passaram a exercer forte atração sobre a população rural, produzindo grandes ondas migratórias do campo para a cidade.

A modernização da agricultura brasileira, leia-se, agricultura subordinada à indústria, de acordo com Graziano da Silva (1980), só deslançou após assegurada a hegemonia do capital industrial. O autor periodiza em quatro etapas o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, as quais segundo ele próprio equivalem às etapas da industrialização brasileira: de 1850 a 1888, que vai da proibição do tráfico negreiro à abolição da escravatura; de 1888 a 1933, ano em que se dá o auge dos reflexos da crise de 1929 sobre o setor cafeeiro; de 1933 a 1955, fase em que o setor industrial vai se libertando gradativamente da dependência que mantinha, direta ou indiretamente, com o setor cafeeiro exportador; de 1956 a 1967, que se inicia com a implantação de um bloco de investimentos altamente complementares que delineia um processo de industrialização pesada. Graziano da Silva (1980) considera que o sentido último do desenvolvimento do capitalismo no campo é a própria industrialização da agricultura. Significa dizer que o desenvolvimento das forças produtivas no campo passa a ter por objetivo transformar a terra, de uma dádiva da natureza, num elemento do próprio capital, produto das relações sociais de produção. O autor ainda destaca a ideia de que com a industrialização da agricultura as limitações impostas pela natureza não se põem mais como barreiras à produção agropecuária. Isto ocorre porque é como se o homem passasse a "fabricar" as terras necessárias, através da utilização das técnicas que desenvolveu (irrigação, drenagem, máquinas, fertilizantes etc.) e das relações que se estabelecem entre os vários agentes sociais da produção.

Foi no final do período de expansão do ciclo da industrialização pesada brasileira que, segundo Graziano da Silva (1980), se instalaram no país as principais indústrias de insumos agrícolas (em particular, a indústria de tratores e máquinas agrícolas, fertilizantes químicos, rações, medicamentos veterinários etc). O autor refere que a partir daí, a agricultura não podia mais ser vista apenas no seu papel "passivo": ela iria se constituir, cada vez mais, num mercado, não de bens de consumo, mas de meios de produção industrial, ora comprando, ora vendendo determinados insumos, daí o uso da expressão "industrialização da agricultura".

Vale destacar aqui que o termo "industrialização da agricultura" tornou-se corrente nas ciências sociais brasileiras para caracterizar as transformações

ocorridas no processo de produção agrícola ao longo dos últimos 50 anos. O exame crítico de Martins (2006) acerca desta conceituação é o de que pensar a industrialização da agricultura como um processo social e econômico de absorção completa da lógica produtiva da indústria pela agricultura é deixar de considerar, dentre outros aspectos, a dimensão ambiental que está imbricada na produção.

Muller (1982) defende que a industrialização da agricultura não se identifica com a agricultura como produção industrial, pois esse termo expressa certa independência da produção agrícola em relação às limitações naturais (reprodução da fertilidade da terra, diminuição do tempo de produção em função do emprego de conhecimentos de engenharia genética, dentre outros) e à destreza do trabalho humano (emprego de máquinas, implementos, herbicidas, etc). O autor considera relevante na industrialização do campo a subordinação efetiva dos tempos de trabalho necessário e excedente à dinâmica do capital, em mercados com características crescentes de concorrência oligopólica. Além disso, a tendência à industrialização do campo reside no entendimento de Muller (1982), no fato de que a agricultura acha-se minada enquanto “laboratório natural” da história econômico-social brasileira, porque nela já foram criadas necessidades tecnoeconômicas de peso que favorecem demandas industriais, as quais por sua vez, se organizam social e institucionalmente a partir desta nova base.

Atendo-se à agricultura que se industrializa, Muller (1982) afirma que com a extensão do mercado de dinheiro, de máquinas e insumos industriais para os setores agrícolas, a agricultura alterou a forma de produzir, passando de tradicional para industrializada e transformou o campo em mercado para a indústria, ao mesmo tempo em que se expandiu o mercado rural de bens de subsistência. Diante de tais mudanças nas formas de produção e distribuição da agricultura, de tradicionais a modernas, é que se constitui o complexo agroindustrial brasileiro. Muller (1989) destaca que não basta considerar apenas as ligações entre agricultura e agroindústria, uma vez que as transformações no modo de produzir naquela estão ligadas à presença da indústria para a agricultura. E é sobretudo esta última que confere caráter nacional às mudanças agrárias em virtude de sua constituição oligopólica, cujas empresas têm como estratégia de acumulação o mercado nacional, quando não já incluíram o mercado mundial. A par disso, essas empresas são veículos por excelência de difusão do processo técnico nas atividades agrárias.

Para Delgado (2001) o período histórico compreendido entre os anos de 1965 e 1980, constituiu-se na idade de ouro do desenvolvimento de uma agricultura capitalista em integração com a economia industrial e urbana e com o setor externo, sob forte mediação financeira do setor público. O aprofundamento das relações técnicas da agricultura com a indústria e de ambos com o setor externo ocorrido neste período foi denominado por Delgado (2001) como “processo de integração técnica-agricultura-indústria” e se caracterizou de um lado pela mudança na base técnica de meios de produção utilizados pela agricultura, materializada na presença crescente de insumos industriais (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, sementes melhoradas e combustíveis líquidos etc.); e máquinas industriais (tratores, colhedoras, implementos, equipamentos de injeção, entre outros). De outro lado, ocorreu uma integração de grau variável entre a produção primária de alimentos e matérias-primas e vários ramos industriais (oleaginosos, moinhos, indústrias de cana e álcool, papel e papelão, fumo, têxtil, bebidas etc.)

Delgado (2001) salienta que a chamada “modernização conservadora” da agricultura nasceu com a derrota do movimento pela Reforma Agrária e foi uma resposta à política agrícola dos anos 50 e aos intensos desafios da industrialização e urbanização, combinados com uma necessária diversificação e elevação das exportações primárias e agroindustriais do Brasil.

Com relação ao termo “modernização conservadora” há que se considerar a descrição a seguir:

No Brasil, especialmente a partir da segunda metade do século XX, a aliança entre a agricultura e os capitais industriais, ao confrontar o objetivo da acumulação com os limites naturais da produção agrícola, dirigiu suas ações para a maximização do controle dos processos naturais e para a conquista de novos espaços de produção de valores excedentes. Neste caso, sua expansão sobre as áreas rurais deu-se, no mais das vezes, mediante a conciliação dos interesses da grande propriedade agrícola com aqueles da manutenção das circunstâncias locais de domínio e desigualdades sociais, constituindo assim o que convencionou-se chamar de modernização conservadora das áreas rurais (MARTINS, 2006, p. 167).

No balanço da literatura especializada realizado por Leite (2005) se poderia afirmar que o processo de modernização da agricultura brasileira consolidou-se com base nos seguintes aspectos:

a) a adoção do padrão tecnológico radicado basicamente no binômio química mineral-mecanização; b) não obstante essa observação, um aumento da produção e da produtividade, ainda que a estrutura fundiária permanecesse inalterada no período, chegando mesmo a atestar uma ligeira concentração da posse da terra; c) a consolidação das cadeias e dos complexos agroindustriais, imprimindo uma dinâmica à produção agropecuária que implicou maior sofisticação e diferenciação do produto processado, bem como uma integração à montante com a indústria químico-farmacêutica e o setor de bens de capital; d) a ingerência da esfera financeira nas atividades produtivas do agro, promovendo a integração de capitais agroindustriais e agrocomerciais, bem como o fortalecimento da valorização especulativa do imóvel rural e a transformação de ativos reais, como terra e gado, em ativos financeiros (LEITE, 2005, p. 321).

Referindo-se ao último ponto, Leite (2005) faz menção ao processo conhecido como “territorialização” da burguesia, no qual se verificou uma larga aplicação de capitais industriais e financeiros em imóveis rurais, sobretudo em operações abonadas por fartos incentivos fiscais patrocinados pelo Estado. Destacou ainda, o crescimento da participação da agricultura brasileira no mercado externo, com base numa política cambial fundamentada em minidesvalorizações, atestando, para algumas cadeias específicas, um significativo aumento da exportação de seus principais produtos.

1.3 Ocupação do território gaúcho

No contexto do Brasil colonial o Estado do Rio Grande do Sul passou a integrá-lo tardiamente. As primeiras tentativas de expansão rumo ao Sul passaram a ocorrer ao longo do século XVII quando os bandeirantes paulistas se lançaram às reduções indígenas estabelecidas pelos missionários da Companhia de Jesus, na intenção de prender os índios para vendê-los como escravos nas zonas açucareiras. Isso somente deixou de acontecer quando a normalidade do tráfico negreiro foi restabelecida em função do fim do Domínio Espanhol e expulsão dos holandeses da África.

As reduções fundadas pelos jesuítas foram importantes para o conhecimento desta região, pois lançaram o fundamento econômico de apropriação da terra

gaúcha: a preia do gado¹ xucro. A formação deste rebanho é uma consequência do abandono dos animais criados nas reduções por jesuítas e índios, que foram viver na outra margem do Rio Uruguai, após o combate com bandeirantes por volta de 1640. Esta atividade adquiriu um caráter predatório, haja vista o interesse de diversos grupos em caçar o gado seja para levá-lo até a zona mineradora onde serviria para transporte seja para dele extrair o couro que seria exportado para a Europa. Neste período, a carne não era considerada um bem econômico, sendo consumida no local aquela necessária à subsistência e o restante deixado apodrecer.

O retorno dos padres jesuítas e conseqüentemente a fundação dos chamados Sete Povos tinha por objetivos, além de prear o gado xucro, separar uma parte do rebanho e formar uma nova reserva, haja vista o abate indiscriminado e a devastação que acometia o rebanho. Nesta época, além da extração do couro os Sete Povos tinham sua base econômica assentada na produção da erva-mate, destacando-se ainda os trabalhos de fiação, tecelagem, metalurgia, ofícios vários e trabalhos artísticos, com destaque na arquitetura e escultura.

No decorrer do século XVIII, segundo Pesavento (1990), estas reduções vieram a se constituir numa linha de expansão rumo ao sul, praticamente independente da lusitana ou espanhola, que se entrecrocavam na fronteira pela disputa do gado, da terra e do comércio platino. Tais unidades, economicamente desenvolvidas e praticamente autônomas, passaram a ser consideradas ameaça política à segurança das monarquias ibéricas. A região dos Sete Povos foi colocada em pauta nas disposições do Tratado de Madrid, ficando definido que Portugal entregaria para a Espanha a Colônia de Sacramento em troca do território dos Sete Povos das Missões e a Companhia de Jesus acabou sendo expulsa de Portugal (1759), Espanha (1767) e América (1768).

A partir da terceira década do século XVIII a Coroa portuguesa passou a distribuir as sesmarias a tropeiros que se sedentarizassem ou a militares que dessem baixa e se afazendassem, definindo a posse da terra e do gado, com o estabelecimento de estâncias. Conforme Pesavento

As estâncias de gado, que se constituíram, realizavam uma criação extensiva do rebanho, utilizando como mão-de-obra os peões. Estes eram elementos subalternos do antigo bando armado que tropeava gado ou

¹ O termo “gado” utilizado ao longo do item 1.3 serve para designar o rebanho bovino de corte.

índios egressos das missões. Embora se registrasse o uso de escravos nas estâncias, a atividade de criação, subsidiária da economia central do país não foi capaz de propiciar uma acumulação que permitisse a introdução regular de negros na região. Estes não se constituíram na mão-de-obra fundamental no processo de trabalho (PESAVENTO, 1990, p. 15).

A decadência do ciclo da mineração no final do século XVIII contribuiu para a retração da procura de animais para corte e transporte, mas isso não foi motivo para a decadência da economia sulina. Isso porque, neste mesmo período, através do trigo e do charque a economia rio-grandense se mercantilizava para atender ao mercado interno brasileiro. O trigo foi introduzido no Estado pelos imigrantes açorianos e passou a aparecer expressivamente nas exportações gaúchas a partir de 1780. Apesar de ter sido capaz de promover a riqueza de alguns, seu cultivo enfrentou uma série de dificuldades como a precariedade técnica e critérios extensivos, a inserção num mercado extremamente competitivo e a ausência de amparo governamental.

Ao mesmo tempo em que se desenvolvia o trigo, a pecuária se mercantilizava através do charque. Porém, diferente do trigo, o charque recebeu, ao menos parcialmente, auxílio governamental e transformou-se num polo de atração muito forte ao criar um mercado regional para o gado, conferir um novo valor para a carne e ligar-se a um mercado que não dependia das flutuações da economia nacional. A riqueza produzida pelo charque foi capaz de introduzir em grande escala o escravo no Rio Grande do Sul, tornando o negro a mão-de-obra por excelência das charqueadas rio-grandenses. No entanto, o trabalho escravo passou a representar um freio de especialização e divisão do trabalho, além de impossibilitar uma maior racionalização de produção. A partir da segunda metade do século XIX se revelou a chamada crise dos braços que os charqueadores esperavam ser resolvida pela antecipação da abolição da escravatura. Através desta, o senhor permaneceria com o trabalhador à sua disposição, isto é, a escravidão seria extinta sem extinguir os escravos e a generalização das relações assalariadas de produção nas charqueadas continuaria limitada, comprometendo o desenvolvimento do capitalismo da região.

É neste contexto que a vinda de imigrantes estrangeiros representava a inserção do Brasil no processo mais amplo da expansão do capitalismo a nível mundial e possibilitava o processo de transição de mão-de-obra escrava para a

mão-de-obra livre. Pesavento (1990) identifica dois momentos de inserção do Rio Grande do Sul no processo de imigração: o primeiro diz respeito à imigração alemã iniciada em 1824 e o segundo, à imigração italiana desenvolvida a partir de 1875. A imigração, no entanto, do ponto de vista da oligarquia regional, não atendia ou resolvia seus problemas que eram relacionados à falta de braços na pecuária, isto porque os imigrantes, diferente do que ocorreu com negros, índios e mestiços, tiveram a possibilidade de compra e acesso à terra, vindo trabalhar para si.

Apesar de até aproximadamente 1840 os imigrantes predominantemente alemães terem sobrevivido às custas de uma agricultura de subsistência e praticamente sem receber auxílio, as colônias melhor localizadas no que diz respeito ao escoamento da produção de excedentes puderam prosperar. De 1840 a 1870 desenvolve-se uma agricultura comercial de gêneros de subsistência para a capital da província, chegando a exportar para o centro do país do ano de 1870 em diante. Os principais gêneros agrícolas exportados eram milho, feijão, batata, mandioca e trigo, além do toucinho e da banha que passaram a ser uma especialidade das colônias. Diante do desenvolvimento da agricultura colonial alemã quem mais se beneficiou da situação foram os comerciantes que lucravam em diversas situações: na diferença dos preços dos produtos na colônia e em Porto Alegre, no transporte das mercadorias da colônia à capital e da capital à colônia, bem como nas operações financeiras de empréstimo e guarda de dinheiro.

Quando os italianos começaram chegar ao Rio Grande do Sul a partir de 1875 as melhores terras já estavam ocupadas, os lotes eram menores (25 ha) e vendidos a crédito e havia uma rede de comercialização montada pelos alemães. Isto mostra que os italianos, mas também as demais levas de imigrantes chegadas ao Estado ingressaram em uma situação de desvantagem, o que de certo modo os obrigou a serem submissos ao capital alemão aí formado ou a buscar a especialização. Foi dessa necessidade que os italianos passaram a produzir o vinho, dedicando-se ainda ao plantio do milho e à criação de suínos para a fabricação de banha.

De acordo com Grando e Mertz (2010) a origem da agricultura familiar do extremo sul do país encontra-se no projeto desenvolvido no período Imperial, do qual resultou uma forma de exploração agrícola totalmente nova para a época no país, baseada na pequena propriedade e explorada exclusivamente pela família que detinha a propriedade da terra.

1.4 A modernização da agricultura e a soja no Rio Grande do Sul e na região missioneira

O Rio Grande do Sul desde a sua formação constituiu-se nos moldes de uma economia agropecuária, subsidiária da agro exportação e voltada para o abastecimento do mercado interno brasileiro com a exportação de gêneros alimentícios entre outros oriundos da produção pecuária (charque, couro, banha, sebo e lã) e da produção agrícola (mandioca (farinha), fumo, feijão, erva-mate, vinho, arroz e cebolas), isto nos primeiros anos do Brasil República. Essas características lhe conferiram o codinome de “celeiro do país”.

A instalação do chamado Estado Novo, período compreendido entre os anos de 1937 a 1945 foi responsável, segundo Pesavento (1990), por consagrar, numa perspectiva modernizante, a intervenção do Estado na economia. Foi também o momento em que se processou a substituição do modelo de desenvolvimento baseado na agro exportação para aquele baseado na indústria. Para o Rio Grande do Sul a autora destaca que essa passagem significou sua dependência e atrelamento ao padrão de acumulação que ora iniciava e que consistia em fornecer alimentos baratos para o trabalhador nacional. Há que se destacar que a instalação do Estado Novo não provocou alterações fundamentais na estrutura econômica do Estado, pois continuou na sua posição tradicional de fornecedor de gêneros agropecuários para o mercado nacional.

Arandia (1987) confirma a versão de Pesavento (1990) ao mencionar que coube ao Rio Grande do Sul, enquanto produto de uma inserção no esquema de divisão do trabalho que se delineava no País, ser subsidiário do desenvolvimento dos polos hegemônicos ao nível nacional. Essa modalidade de desenvolvimento capitalista possibilitou a articulação pouco conflitiva no Estado entre a pequena propriedade (minifúndio) e a pecuária extensiva (latifúndio). Arandia (1987) com base em um estudo realizado pela FEE no ano de 1978, explica que a articulação independente e não antagônica que assumiram esses dois blocos no seu desenvolvimento deve-se à relativa independência de ambos os setores, dado que a agricultura colonial se apropria de terras marginais à pecuária tradicional, e de serem diferentes os produtos e diversos os mercados aos quais se destinam as respectivas produções.

Essa situação de aparente indiferença entre esses dois blocos também passou, no Estado, por todo um ciclo de desenvolvimento capitalista sem ser profundamente afetada. Apesar de suas contínuas mudanças no decorrer do processo, as tendências preexistentes são consolidadas na divisão do espaço nacional. Mais uma vez, Arandia (1987) atesta a versão de Pesavento (1990) ao manifestar que a agricultura gaúcha, que já contava com a tradição de produtora para o mercado interno, mantém essa tradição ao fornecer alimentos, a baixo custo, aos novos setores líderes. Nessa nova etapa, aprofunda-se a subordinação da agricultura ao setor industrial mediante a consolidação e a cristalização de um setor agrícola empresarial, o que possibilita ampliar sua esfera de produção, à medida que passa a prover de matérias-primas o setor industrial em expansão.

Deste modo, a consolidação do setor agrícola empresarial significa, para o latifúndio e o minifúndio, o fim de uma articulação relativamente harmônica em que a implantação do complexo soja foi a maior responsável por essa desarticulação.

A implantação ou expansão da cultura da soja no Rio Grande do Sul principalmente a partir da década de 1950 foi favorecida segundo Conceição (1984) por diversos fatores conjunturais, quais sejam:

- a) preço;
- b) existência de um mercado externo favorável à absorção do excedente exportável;
- c) facilidade de sucessão da soja com o trigo;
- d) mecanização da lavoura de soja utilizando a mesma maquinaria da lavoura tritícola;
- e) aproveitamento de uma estrutura cooperativa montada para o trigo;
- f) aumento progressivo da capacidade de industrialização de óleos no Sul do País;
- g) garantia de preços mínimos compensadores ao produtor;
- h) financiamento à lavoura pelo Banco do Brasil.

Os fatores preço e mercado externo favorável passaram a influir de maneira mais decisiva na expansão da soja a partir de 1966, apesar de o país e, em particular, o Rio Grande do Sul exportarem soja em grãos desde 1947. Para uma classificação mais precisa dos diversos fatores de influência na sojicultura Conceição (1984) agrupa os dois elementos acima citados como "fatores de ordem externa" e os que seguem como "fatores de ordem interna", sem desconsiderar, é óbvio, a interdependência entre os elementos constitutivos de cada grupo.

Durante a década de 1950, três regiões formavam a denominada "frente de expansão" da soja no Estado, mantendo a liderança em sua produção. Eram elas: Missões, Alto Uruguai e Planalto Médio. De acordo com Conceição (1984) a zona das Missões foi a pioneira em sua produção, o que não se pode dizer em termos de exploração econômica, pois seu cultivo realizava-se mais para autoconsumo do que para fins comerciais. Foi apenas nos últimos anos da década de 50 que sua exploração econômica começou a ganhar importância nesta região, o que permitiu sua efetiva consolidação.

Ainda segundo Conceição (1984) em termos regionais, apesar de a soja permanecer predominantemente concentrada na microrregião Colonial de Santa Rosa, foi na Colonial das Missões que penetrou de maneira mais intensiva, chegando a alcançar, no final do período, 16.200ha, isto é, quase sextuplicando sua área e representando um quarto da lavoura de soja gaúcha. Nessa região, cuja principal atividade econômica era a pecuária extensiva, havia predominância de propriedades com grandes extensões de terra, as quais experimentaram uma grande expansão da lavoura de trigo na década de 50, pois possuíam boa qualidade de solo para seu cultivo, aliado a um processo de intensa mecanização. Esses fatores propiciaram a incorporação da lavoura comercial de soja com grande vitalidade, uma vez que existia a possibilidade de sua rotação e sucessão com o trigo, utilizando a mesma maquinaria. Com isso, consolidou-se a sojicultura na região das Missões.

1.5 Impactos da modernização da agricultura aliada à introdução da soja

Vimos que a modernização da agricultura brasileira esteve fortemente atrelada ao processo de industrialização e às políticas de Estado que visavam "desenvolver" o país. Para Graziano da Silva (1993) a característica fundamental da chamada modernização conservadora da agropecuária em nosso país é o seu caráter excludente, tanto em termos de tamanho dos produtores como de regiões do país.

Palmeira (1989) aponta alguns "efeitos perversos" que essa modernização conservadora, que se fez sem que a estrutura da propriedade rural fosse alterada,

teve: a propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, cresceu a taxa de auto-exploração nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo.

Para Arandia (1987) essa particular modalidade de desenvolvimento agrícola, ao manter inalterado o padrão de concentração da terra, mesmo com introdução do progresso técnico, vai ter reflexos imediatos em dois níveis: por um lado, acentua as diferenças entre latifúndio e minifúndio e, por outro, inviabiliza a possibilidade de reprodução deste último. De acordo com esse autor, a consequência social para a pequena produção rural (minifúndio) é sua decomposição, pois são as pequenas unidades familiares de baixo nível tecnológico que estão sendo expulsas pela grande produção mecanizada e empresarial. Significa dizer que além da substituição por produtos modernos em detrimento dos tradicionais devido ao progresso técnico, estão sendo substituídos os próprios produtores, em virtude de que, por problemas de escala, não tem condições de usar intensivamente os insumos e máquinas adquiríveis fora do setor agrícola.

Há que se mencionar que o progresso técnico traduzido no uso intensivo de máquinas e equipamentos, mas, sobretudo no uso indiscriminado de fertilizantes, agrotóxicos e afins, geram uma série de impactos ambientais. Digamos que o primeiro impacto causado em nome do desenvolvimento foi a degradação das coberturas vegetais originais, que por sua vez deixaram os solos suscetíveis à ocorrência de processos erosivos. Além destes, Schlesinger (2008) aponta outro problema proveniente da modernização da agricultura, mais especificamente da produção da soja e de outras monoculturas que é a contaminação das águas pelos agrotóxicos, reduzindo a disponibilidade de peixes e expulsando das respectivas localidades seus habitantes e a fauna local.

Por óbvio que no Rio Grande do Sul tais problemas ambientais se manifestam já que a modernização do espaço rural gaúcho foi marcada pela introdução da monocultura da soja. Este fato também foi responsável por provocar uma maior integração da agricultura com o resto da economia através da mudança de contato do produtor colonial com o mercado, isto é, ele deixa de operar mediante a venda dos excedentes físicos de sua produção com a finalidade de adquirir os bens complementares necessários à subsistência do grupo familiar, para operar em

função de uma nova integração ao mercado, como comprador de insumos para produção. Arandia (1987) afirma que tal situação acarreta, por um lado, a perda de autonomia desse produtor colonial como produtor independente que operava com uma específica relação de trabalho e, por outro, em consequência da monetarização dos custos, a transformação do mesmo em um produtor colonial completamente integrado ao circuito do capital, consolidando, assim, a agricultura comercial capitalista no Rio Grande do Sul.

Outra consequência do advento do complexo soja no Rio Grande do Sul é o fim da convivência harmônica entre o latifúndio e o minifúndio, pois com a monetarização dos custos da pequena produção rural, torna-se problemático e até impossível o retorno às culturas clássicas de subsistência em momentos de crise ou de situações desfavoráveis de mercado. Um dos fatores que contribui para o “continuismo” das culturas tipicamente capitalistas no seio das zonas minifundiárias é o endividamento do produtor colonial que se vê obrigado a seguir cultivando aquelas culturas já que são elas que lhe asseguram maior renda monetária para saldar dívidas contraídas..

Ainda com relação à soja podemos destacar, com base em Arandia (1987) que um dos aspectos mais cruciais do processo de modernização capitalista da agricultura seja o da modificação na técnica de cultivo (processo de trabalho) tanto das unidades de produção consideradas pequenas como das médias e grandes, pois proporciona um aumento considerável na sazonalidade do emprego rural e acarreta a expulsão dos antigos moradores, sobretudo em áreas de produção de soja e trigo.

As radicais mudanças tecnoeconômicas e sociais nas atividades agrárias apontam segundo Muller (1989) para uma diminuição dos postos de trabalho social, e, conseqüentemente, do emprego nestas atividades. A diminuição do subemprego e a diminuição do número de estabelecimentos nas áreas em que a modernização é mais intensa apontam para essa direção. Os produtores tradicionais de médio e pequeno portes, que permanecem no meio rural, compõem os grupos sociais pobres e miseráveis e são o resultado da forma econômica nacionalmente dominante das forças sociais agrárias modernas, ainda que, à primeira vista, apresentem-se como simples fruto herdado do modo tradicional de produzir e distribuir do complexo latifúndio-minifúndio em crise.

De acordo com Muller (1989) os impactos que a modernização tem provocado, sobretudo no que respeita à seletividade, que restringe o acesso da esmagadora maioria à produção moderna, devem-se a uma complexa rede de determinações, na qual ganham relevo as seguintes:

- a) os mercados fortemente oligopolizados e administrados aos quais as atividades agrárias foram incorporadas;
- b) a conversão destas atividades em mercados para as indústrias de bens de capital e insumos industriais, para as novas formas de agroindústria e de organizações comerciais, internas e internacionais;
- c) as dinâmicas internas dos mercados fortemente influenciados pela internacionalização de padrões produtivos e comerciais;
- d) a capacidade dos grupos agrários, e também dos não-agrários, mas com interesses nas atividades agrárias, em mobilizar recursos políticos e públicos para seu crescimento segundo os ditames da modernização e
- e) o perfil histórico de distribuição de renda no País (MULLER, 1989, p.110).

Algumas das consequências decorrentes da imposição do modelo agrícola de forma geral, e especificamente da soja, são, segundo Bonetti (1987) o esvaziamento dos campos, a mudança da estrutura fundiária com tendência à extinção da pequena propriedade, o desaparecimento das lavouras de subsistência e a degradação dos recursos naturais. Esse autor enfatiza que qualquer monocultura é uma condição negativa e prejudicial a um sistema de exploração agrícola, mas que isso só ocorre quando a política agrícola vigente não contempla o incentivo necessário à implementação de um sistema diversificado de exploração da terra.

Da mesma forma, o uso intensivo de agrotóxicos e a grande escala de produção dessa monocultura, são apontados por Fernandes (2005) como impactos socioterritoriais extremamente agressivos. O autor faz ainda um contraponto ao afirmar que a agricultura camponesa, atualmente responsável por aproximadamente 30% da produção de soja, esteja causando diferentes impactos no território. Sempre de forma subalterna, a agricultura familiar por seus limites na organização do trabalho familiar, se apresenta menos agressiva, no que se refere à produção focada no mercado, além de não concentrar a riqueza, financiamentos e investimentos, como faz de forma extraordinária o agronegócio.

A análise de Martine (1991) sobre a experiência da soja chama a atenção para o fato de que foi ela a “responsável” pela adoção e aplicação do pacote tecnológico da revolução verde, trazendo como uma de suas consequências a lógica da vantagem de escala na agricultura brasileira. O autor questiona essa avaliação

das vantagens de escala para o conjunto da agricultura por considerar a existência de distorções resultantes da expansão mecanizada da soja sobre algumas das melhores terras planas, numa conjuntura interna e externa muito favorável, particularmente entre 1970 e 1975, além de outras concessões a monoculturas que não a soja. Mesmo admitindo que uma maior escala de produção é essencial à prática do capitalismo moderno, Martine (1991) contesta a ênfase colocada por alguns autores sobre a associação entre escala, modernidade e eficácia, porque favorece a inferência, pelos setores mais conservadores, de que:

- i) maior é melhor, ad infinitum, em todos os setores e ocasiões;
- ii) a grande propriedade rural brasileira insere-se, necessariamente, dentro da lógica de produção capitalista;
- iii) o pequeno, o não-integrado e o informal devem necessariamente desaparecer a curto ou médio prazo (MARTINE, 1991, p.20).

Sobre estes três aspectos, Martine (1991), é contundente ao afirmar que “quando se considera que grande parte das maiores propriedades não é objeto de atividade produtiva alguma, não há como sustentar que elas representam o que há de melhor no capitalismo moderno”. Destaca ainda que a propriedade especulativa e ociosa pode fazer parte de uma estratégia de "territorialização de capital" (particularmente quando o próprio Estado favorece esse tipo de empreendimento especulativo) o que não é justificável do ponto de vista da sociedade e que, portanto, não nos permite falar em eficácia, escala e produtividade, mas de uma estratégia do capital beneficiado por um Estado complacente ou conivente. Quanto ao pressuposto de que existe uma tendência inexorável no sentido do desaparecimento da pequena produção, como corolário do avanço do capitalismo integrado e das grandes escalas de produção, esse mesmo autor define a respectiva afirmação como uma falácia, seja no que diz respeito à economia em geral, ou no que se refere à agricultura em particular, por existirem evidências empíricas que documentam a persistência, e até o crescimento, do setor informal e da pequena produção familiar, seja ela urbana ou rural, até em países de capitalismo avançado.

2. REFLEXÕES SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Neste capítulo abordar-se-á a situação da agricultura familiar e as modificações nela impressas diante do processo de modernização. Além disso, tratará da resistência da agricultura familiar, ou seja, da sua firme permanência em seu espaço rural, mesmo após ser relegada a um segundo plano nas políticas públicas que, em nome do desenvolvimento, privilegiaram a monocultura e o latifúndio. Sob tais aspectos é importante que se perceba a agricultura familiar como uma peça-chave do desenvolvimento integrado e sustentável, definido preferencialmente em escala local, constituinte de um novo paradigma tecnológico que não agrida o meio ambiente e que resgate os saberes por eles construídos

2.1 Agricultura familiar: um resgate sobre a importância do tema

O fato de a agricultura familiar se manter em plano secundário na sociedade brasileira é explicado por uma questão histórica, já que em nosso país a grande propriedade se impôs como modelo socialmente reconhecido. Para Wanderley (1996) foi a grande propriedade que recebeu o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução, fazendo com que a agricultura familiar fosse historicamente um setor "bloqueado", impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção. Buainain, Romeiro e Guanzioli (2003) comungam desta mesma ideia ao afirmar que historicamente a agricultura familiar enfrentou um quadro macroeconômico adverso, caracterizado pela instabilidade monetária e inflação elevada, discriminação negativa da política agrícola que favorecia os produtores patronais, política comercial e cambial desfavorável e deficiência dos serviços públicos de apoio ao desenvolvimento rural.

Alicerçado no que foi genericamente intitulado de "revolução verde", Navarro (2001) manifesta que a disseminação do padrão "moderno" da agricultura passou a se subordinar, como mera peça dependente, a novos interesses, classes e formas

de vida e de consumo, majoritariamente urbanas, que a expansão econômica do período ensejou. De acordo com o autor, esse novo padrão materializou-se de fato sob um padrão tecnológico o qual, onde foi implantado de forma significativa, rompeu radicalmente com o passado por integrar fortemente as famílias rurais a novas formas de racionalidade produtiva, mercantilizando gradualmente a vida social e, em lento processo histórico, quebrando a relativa autonomia setorial que em outros tempos a agricultura teria experimentado. Esse período, que coincide com a impressionante expansão capitalista dos "anos dourados" (1950-1975), é assim um divisor de águas também para as atividades agrícolas, do qual o mundo rural renasceria fortemente transformado, tão logo os efeitos desta época de transformações se tornassem completos.

A aludida secundarização da agricultura familiar brasileira foi favorecida, segundo Muller (1984) pela industrialização do campo, especialmente a que ocorreu entre os anos de 1967 a 1980, a qual corresponde à fase que mais enfatizou a mecanização pesada através da introdução de tratores e implementos agrícolas e a quimização, que se traduziu no uso de fertilizantes de origem mineral e produtos fitossanitários. Segundo esse autor, foi nesse período também que as políticas do Estado operaram como instrumentos privilegiados na regulação da concorrência, notadamente no financiamento do processo. Uma das alternativas oferecidas pelo Estado para financiar os custos relativos à implantação dessa nova forma de produzir foram as concessões de créditos, incentivos e subvenções sem controle algum. A escolha por esse modelo de produção "moderno e industrial" deixou o caminho livre para o aumento da pilhagem do meio ambiente, pois a partir de então se acentuaram as dificuldades de ordem ambiental decorrentes do desmatamento, da erosão, da compactação dos solos, do aumento do número de pragas, dentre outros.

A indústria também é assinalada por Almeida (1997) como um dos fatores que ao longo do tempo a considerou sinônimo de progresso e modernidade, à medida que era difundida a ideia de que a agricultura tinha um papel funcional e secundário ao "setor" industrial, ou seja, o de fornecer matérias-primas, força de trabalho barata e ser um mercado consumidor para os bens industriais. O conteúdo ideológico da modernidade na agricultura passa então a incorporar quatro grandes elementos ou noções:

(a) a noção de crescimento (ou de fim da estagnação e do atraso), ou seja, a ideia de desenvolvimento econômico e político; (b) a noção de abertura (ou do fim da autonomia) técnica, econômica e cultural, com o conseqüente aumento da heteronomia; (c) a noção de especialização (ou do fim da polivalência), associada ao triplo movimento de especialização da produção, da dependência à montante e à jusante da produção agrícola e a inter-relação com a sociedade global; e (d) o aparecimento de um novo tipo de agricultor, individualista, competitivo e questionando a concepção orgânica de vida social da mentalidade tradicional. A integração da agricultura à indústria não significa, como já se viu, simplesmente uma mudança de ordem quantitativa (comprar, produzir e vender mais), mas também uma transformação radical de suas estruturas (de produção e de comercialização, bem como sociais). Nestas condições, o termo crescimento é insuficiente para qualificar a mutação do mundo agrícola e rural, o mesmo ficando reservado ao mundo industrial, mais preocupado com o lucro. Daí a utilização de um termo mais polivalente do ponto de vista semântico (aquele de desenvolvimento), que permite integrar a noção de “promoção” individual e coletiva dos agricultores (ALMEIDA, 1997, p.39-40).

Fernandes (2005) aponta a “fundação” do agronegócio como um dos fatores de eliminação de diferenças entre a agricultura moderna e a agricultura camponesa, ou seja, com o reforço da mídia e de alguns estudiosos há uma busca de homogeneização das relações sociais, das formas de organização do trabalho e do território como se ambas fossem da mesma natureza e como se pudessem ser comparadas as produtividades da agricultura patronal e da agricultura familiar. Na verdade, o autor faz duras críticas à utilização do termo agronegócio por defender que esta nova terminologia surge para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista.

O latifúndio carrega em si a imagem da exploração, do trabalho escravo, da extrema concentração da terra, do coronelismo, do terratenientes, do clientelismo, da subserviência, do atraso político e econômico. É, portanto, um espaço que pode ser ocupado para o desenvolvimento do “país”. Latifúndio está associado com terra que não produz, que pode ser utilizada para reforma agrária. Embora tenham tentado criar a figura do latifúndio produtivo (sic), essa ação não teve êxito, pois são mais de quinhentos anos de exploração e dominação, que não há adjetivo que consiga modificar o conteúdo do substantivo (FERNANDES, 2005, p. 4863).

Para Fernandes (2005) a imagem do agronegócio foi construída para renovar ou modernizar a imagem da agricultura capitalista, isto é, constituiu-se numa tentativa de por um lado, ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente e de outro, dar destaque ao caráter produtivista, ou seja, do aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. O autor reitera ainda, que da escravidão à colheitadeira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação está presente, favorecendo a intensificação da concentração da

propriedade da terra e o aumento da destruição do campesinato. Para ele “a agricultura capitalista ou agricultura patronal ou agricultura empresarial ou agronegócio, qualquer que seja o eufemismo utilizado, não pode esconder o que está na sua raiz, na sua lógica: a concentração e a exploração”.

Além destas questões históricas, uma das questões que se impõe à agricultura familiar na atualidade é, de acordo com Gehlen (2004), a ideia de que para ser eficiente na agricultura moderna, é preciso renunciar a saberes tradicionais e apropriar-se de outros, levando à perda do controle do processo em sua totalidade e criando a dependência do(s) técnico(s). Ressalta o autor que é através da relação mediada pelos técnicos que se produzem a dominação e a expropriação, já que no contexto agroindustrial, a conflitualidade pelo saber é importante porque mexe com a identidade dos agricultores e transfere para a relação agricultor/técnico o conflito agricultor/agroindústria. É possível estabelecer vínculos entre o pensamento de Gehlen (2004) e o de Wanderley (2003) quando esta afirma que o saber tradicional dos então camponeses, que era passado de geração em geração, não tem sido mais suficiente para orientar o comportamento econômico. A autora afirma que o exercício da atividade agrícola exige cada vez mais o domínio de conhecimentos técnicos necessários ao trabalho com plantas, animais e máquinas além do controle de sua gestão. Ressalta-se que tais características são próprias da modernização e esta, tem transformado o camponês tradicional num agricultor, contrapondo a noção dos primeiros enquanto detentores de um modo de vida que articula as múltiplas dimensões de suas atividades à dos segundos que tem caráter de profissão, que pode ser aprendida em escolas especializadas e com os especialistas dos serviços de assistência técnica.

Fernandes (2008) adentra nesta discussão ao refletir sobre o conceito de território e ao estabelecer diferenças entre os territórios do agronegócio e do campesinato. Para o autor, o agronegócio organiza seu território para a produção de mercadorias enquanto o grupo de camponeses organiza seu território, primeiro, para sua existência. As diferenças entre ambos se expressam na paisagem e podem ser observadas nas distintas formas de organização dos dois territórios.

A paisagem do território do agronegócio é homogêneo, enquanto a paisagem do território camponês é heterogêneo. A composição uniforme e geométrica da monocultura se caracteriza pela pouca presença de pessoas no território, porque sua área está ocupada por mercadoria, que predomina na paisagem. A mercadoria é a expressão do território do agronegócio. A

diversidade dos elementos que compõem a paisagem do território camponês é caracterizada pela grande presença de pessoas no território, porque é neste e deste espaço que constroem suas existências, produzindo alimentos. Homens, mulheres, jovens, meninos e meninas, moradias, produção de mercadorias, culturas e infraestrutura social, entre outros, são os componentes da paisagem dos territórios camponeses (FERNANDES, 2008, p. 284).

As mudanças e os conflitos resultantes da introdução das monoculturas, da cana-de-açúcar, no período colonial, e da soja, no período “moderno”, somadas à industrialização da agricultura (tanto do ponto de vista da mecanização e dos insumos quanto das agroindústrias do entorno) põem em risco as condições de reprodução social, econômica, política e cultural dos produtores familiares agropecuários. O reconhecimento de que, neste processo, ocorre a exclusão de parte dos produtores deve-se a fatores ligados à imposição de condições tecnológicas e de valores, símbolos e hábitos racionais que alteram os tradicionais. Este processo, com dimensões objetivas e subjetivas, se opera, ao mesmo tempo, pela exaltação da competitividade do mercado e pela adoção de identidade profissional.

2.2 A resistência da Agricultura Familiar e a busca pelo Desenvolvimento Rural Sustentável

Um dos preconceitos que tem permeado as discussões em torno da agricultura familiar nos últimos anos é o que assimila, confunde, transforma em sinônimos “agricultura familiar” e expressões como “produção de baixa renda”, “pequena produção” ou até mesmo “agricultura de subsistência”. Para Abramovay (1997) este, ao lado de outros preconceitos que envolvem a agricultura familiar, responde pela visão tão frequente de que, apesar de sua importância social, não se pode considerá-la como relevante sob o ângulo econômico. Isto porque persiste na sociedade brasileira a identificação automática entre agricultura familiar e pobreza e que nada que venha dali possa ser enquadrado como desenvolvimento.

Estudos realizados por Buainaim, Romeiro e Guanziroli (2003) indicam que em praticamente todos os sistemas e regiões brasileiras, os agricultores enfrentam problemas associados à disponibilidade de capital de giro e recursos para

investimentos. Além disso, mostram que ao contrário do que é comumente divulgado, parte da agricultura familiar maneja sistemas produtivos modernos que utilizam intensivamente os insumos adquiridos no mercado e carregam custos elevados de manutenção/depreciação de equipamentos/instalações. Estes mesmos estudos revelam que é equivocada a visão da produção familiar como autossuficiente e avessa ao risco envolvido nas operações financeiras e que na prática, a grande maioria dos produtores necessita de recursos de terceiros para operar suas unidades de maneira mais eficaz, rentável e sustentável. Como não poderia deixar de ser, a ausência desses recursos, seja pela insuficiência da oferta de crédito, seja por causa das condições contratuais inadequadas, impõe sérias restrições ao funcionamento da agricultura familiar mais moderna e, principalmente, a sua capacidade de manter-se competitiva em um mercado cada vez mais agressivo e exigente.

É em função de problemas como esse que muitos produtores são levados a participar de um círculo vicioso que conforme Buainaim, Romeiro e Guanzioli (2003) resulta quase sempre na reprodução do ciclo da pobreza: renda insuficiente dado o baixo nível de capitalização (baixo em relação ao patamar que permite competir e acumular e não necessariamente em termos absolutos), incapacidade de acumulação, empobrecimento, entre outros. Os autores ressaltam que bastaria facilitar o acesso dos agricultores familiares ao recurso marginal escasso, para viabilizar a exploração sustentável de muitos sistemas de produção em todas as regiões do País e elevar o nível de renda de, pelo menos, uma parcela de famílias pobres que vivem no meio rural e tem na exploração da terra sua principal fonte de sobrevivência.

Cabe destacar, no entanto, que mesmo diante das adversidades postas à prova e dos novos contextos econômicos e sociais, os agricultores tem conseguido resistir e se adaptar a tais condições. Sob este aspecto, Wanderley (2003) argumenta que não é mais possível explicar a presença de agricultores familiares na sociedade atual como uma simples reprodução do campesinato tradicional, pois esteve e está em curso um processo de mudanças profundas que afetam precisamente a forma de produzir e a vida social dos agricultores e, em muitos casos, a própria importância da lógica familiar. A autora afirma que a “modernização” dessa agricultura não tem evidenciado a reprodução do modelo clássico da empresa capitalista, e sim o modelo familiar. Significa dizer que mesmo integrada ao mercado

e respondendo às suas exigências, o fato de permanecer familiar não é insignificante e tem como consequência o reconhecimento de que a lógica familiar, cuja origem está na tradição camponesa, não é abolida mas permanece inspirando e orientando as novas decisões que o agricultor deve tomar nos novos contextos a que está submetido.

A partir de tais considerações os agricultores familiares podem ser considerados os protagonistas da transição à economia sustentável, já que, ao mesmo tempo em que são produtores de alimentos e de outros produtos agrícolas, eles também desempenham a função de guardiões da paisagem e conservadores da biodiversidade. Ao sustentar esta primeira ideia, Sachs (2001) também define a agricultura familiar como a melhor forma de ocupação do território, pois responde a critérios sociais (geração de auto emprego e renda a um custo inferior ao da geração de empregos urbanos) e ambientais. Veiga (1996) por sua vez, sustenta que sob o prisma da sustentabilidade (estabilidade, resiliência e equidade), são muitas as vantagens apresentadas pela organização familiar na produção agropecuária, devido à sua ênfase na diversificação e na maleabilidade de seu processo decisório, o que se contrapõe à especialização cada vez mais fragmentada da agricultura patronal.

Gehlen (2004) destaca que a agricultura familiar passou a ser vista como um sistema de produção específico e particular, com grande capacidade de adaptação. Esse discurso, construído também pelo engajamento das universidades, generalizou-se através de pesquisadores, técnicos e lideranças apoiados pela mídia e instituições diversas, como as igrejas, por exemplo. O modelo familiar, bem estruturado, com políticas adequadas, é na concepção desse autor, econômica e socialmente eficiente, sensível às questões ambientais e, por isso, se afirma crescentemente como sustentável ou durável.

Embora setores da sociedade considerem a agricultura familiar como atrasada, Sachs (2001) vê a agricultura familiar como uma peça-chave, embora não exclusiva, do desenvolvimento integrado e sustentável, a ser definido em escala local, tomando-se como unidade territorial o município ou eventualmente consórcios de municípios. Este autor defende que os programas de desenvolvimento local integrado e sustentável deverão ser discutidos e negociados entre todos os atores do processo de desenvolvimento, o que significa incluir a agricultura patronal ou o agronegócio nestas discussões. Aponta para tanto, a tendência de diversificação de

empregos rurais, resultante da descentralização das indústrias e dos serviços especializados, estimulados pelos progressos recentes das tecnologias de informação, além do aproveitamento da biodiversidade brasileira:

A excepcional biodiversidade das 49 ecorregiões brasileiras – 56 mil espécies de plantas superiores já descritas, acima de 3 mil espécies de peixes de água doce, 517 espécies de anfíbios, 1677 espécies de aves, 518 espécies de mamíferos, até 10 milhões de insetos – cria condições para definir estratégias diversificadas e complementares de ecodesenvolvimento, baseadas no conceito da “revolução duplamente verde” (ever-greenrevolution, nos termos de Swaminathan), intensiva em conhecimentos e mão-de-obra, e poupadora de capital e de recursos naturais. Um relatório recente do PNUD apontou, com razão, o potencial de biotecnologias aplicadas à agricultura familiar, à condição de redirecionar as pesquisas para este objetivo (SACHS et al., 2001, p.79).

Outro “pré conceito” comum em nossa sociedade é o que associa desenvolvimento a crescimento econômico. Borba, Gomes e Trujillo (2004) tratam deste conceito, do ponto de vista endógeno, isto é, que pressupõe o diálogo constante entre elementos internos e externos. Baseados em Long e Van der Ploeg (1994) destacam que o desenvolvimento endógeno é construído principalmente, mas não exclusivamente, sobre os recursos ou potencialidades disponíveis no nível local e em integração às diferentes identidades culturais e aos processos globais. Baseados em Remmers (2000) destacam os atores locais como os participantes que podem expressar e fazer valer a peculiar qualidade de seu lugar de vida.

Neste sentido, pensar o desenvolvimento rural do ponto de vista endógeno pressupõe num primeiro momento, em diferenciá-lo do desenvolvimento agrícola. De acordo com Sacco dos Anjos e Caldas (2008) para os interesses do grande capital, e do chamado agronegócio exportador, desenvolvimento agrícola e desenvolvimento rural representam a mesma coisa. Quanto ao primeiro, a equação clássica constituiu-se em aumentar a produtividade e a produção de cultivos e criações, resultando muitas vezes em prejuízos para as pessoas do campo, tais como desemprego, degradação dos recursos naturais, declínio dos preços e, conseqüentemente, queda das rendas em face do aumento na oferta de produtos agropecuários. Esses autores destacam que se pode fazer desenvolvimento agrícola com pouca gente, de preferência com o mínimo possível para que os lucros sejam os mais altos, seguindo a racionalidade capitalista, mas não se pode fazer desenvolvimento rural sem as pessoas que nele habitam.

Feita a distinção entre desenvolvimento agrícola e desenvolvimento rural, evidencia-se a necessidade de pensarmos o desenvolvimento rural enquanto ampliação das condições de vida e trabalho e da preservação da cultura das pessoas que vivem em espaços de baixa densidade demográfica, sejam elas agricultores ou não. Isso implicaria conforme Sacco dos Anjos e Caldas (2008) em melhorar as condições de vida das pessoas que vivem no campo. Abramovay (2000) vai mais além, ao sugerir que o desenvolvimento rural deve incluir a maneira como a relação entre sociedade e natureza manifesta-se nas diferentes regiões agrícolas, ou seja, há que se pensar o desenvolvimento rural de tal modo que resulte em formas mais sustentáveis de geração de renda e que o meio ambiente seja considerado um trunfo para o desenvolvimento e não um limite a ser transposto para o sucesso de empreendimentos econômicos.

Essa busca pelo desenvolvimento sustentável é resultante da “crise” da agricultura. Segundo Lamarche (1993) o sucesso da modernização agrícola gerou paralelamente suas próprias crises, tendo se manifestado em três dimensões: a econômica, a social e a ambiental. A dimensão econômica da crise surge quando ao buscar a autossuficiência, por meio da maior eficiência tecnológica e comercial, a agricultura moderna produziu, em muitos países, os efeitos da superprodução, com as consequências sabidas sobre o próprio dinamismo da atividade produtiva. Ao mesmo tempo, ela perdeu cada vez mais o seu peso relativo no conjunto das atividades produtivas, tendendo a concentrar-se nas áreas mais favoráveis às trocas comerciais. A dimensão social dessa crise é explicada pelo “sucesso” do processo da modernização, que resultou em altos índices de produtividade e reduziu a necessidade de força de trabalho ocupada nas atividades agrícolas. Quanto à dimensão ambiental, ressalta-se que o uso, muitas vezes excessivo e indiscriminado dos insumos químicos de origem industrial, estimulado pela utilização dos modelos produtivistas, trouxe como consequência o risco de um sério desgaste de recursos naturais.

Wanderley (2001) é enfática em afirmar a necessidade de um pacto social pelo desenvolvimento rural:

a) que seja baseado em uma concepção do meio rural, enquanto um lugar específico de vida e de trabalho, historicamente pouco conhecido e reconhecido pela sociedade brasileira, porém carregado, em sua diversidade, de um grande potencial econômico, social, cultural e

patrimonial, que deve ser transformado em forças sociais para o desenvolvimento;

b) que se constitua como um movimento, capaz de envolver, sob todas as formas, os habitantes do meio rural em sua diversidade, bem como as instituições e as pessoas que sempre se ocuparam da agricultura e dos agricultores, no Governo, nas Universidades, nas ONG e nos movimentos sociais; elas são as que mais conhecem o meio rural em sua complexidade, as que demonstram maior sensibilidade para os problemas rurais, tendo criado, de uma certa forma, uma “cultura rural” e integrado às forças sociais para o desenvolvimento;

c) que defina pressupostos e objetivos que garantam este mesmo dinamismo de suas forças sociais:

- considerar o habitante do meio rural como um cidadão pleno, em todos os níveis, material, cultural e político;
- favorecer a cooperação e o intercâmbio, sem anular as particularidades, entre o meio rural e o meio urbano, entre a agricultura e os demais setores e entre o local e as dimensões mais amplas, regionais, nacionais e globais;

d) que, reconhecendo a importância dos agricultores, que são hoje os principais personagens do campo, assegure que as políticas voltadas para a agricultura:

- recuperem produtivamente o potencial de terras e recursos naturais, hoje “desperdiçados”, de forma a revitalizar socialmente os espaços vazios ou esvaziados;
- valorizem o patrimônio natural e cultural do meio rural, inclusive seu “patrimônio” produtivo;
- favoreçam não o proprietário, mas o produtor;
- considerem a agricultura familiar como uma forma social adequada para responder às exigências da agricultura moderna (Wanderley, 2001, p. 40-41).

Um aspecto importante a ser ressaltado é que não é possível pensar no fortalecimento da agricultura familiar e no desenvolvimento rural como ilhas sociais em meio a um mar de grandes unidades monocultoras, geradoras de poucos postos de trabalho, concentradoras de renda e riqueza, sem falar nos aspectos culturais e ambientais que permeiam tais discussões. O desempenho da agricultura familiar de acordo com Buainim, Romeiro e Guanziroli (2003) reflete um conjunto amplo de condicionantes, desde a disponibilidade de recursos, a inserção socioeconômica, a localização geográfica, as oportunidades e a conjuntura econômica, as instituições e valores culturais da família, do grupo social e até mesmo do país. Apesar da importância desses fatores, os autores consideram que os quatro principais condicionantes do desenvolvimento rural são os incentivos que os produtores têm para investir e produzir; a disponibilidade de recursos, particularmente terras, água, mão-de-obra, capital e tecnologia, que determinam o potencial de produção; o acesso aos mercados, insumos, informações e serviços que influem de forma decisiva na capacidade efetiva de produção e, finalmente, as instituições, que

influenciam as decisões dos agentes e inclusive sua capacidade, possibilidade e disposição para produzir.

Desta maneira, qualquer política de desenvolvimento e promoção da agricultura familiar deve necessariamente levar em conta a situação desses quatro fatores e sua influência sobre a dinâmica da produção familiar. Tais considerações têm o objetivo de mostrar que a promoção da agricultura familiar não pode ser concebida e enfrentada a partir de políticas e instrumentos isolados como vem ocorrendo no Brasil. É preciso, portanto, ter uma visão global do problema e reconhecer que, dada sua dimensão, não se trata apenas de integrar organicamente as políticas específicas de apoio à agricultura familiar à política macroeconômica e às políticas setoriais; ao contrário, trata-se de definir uma estratégia de desenvolvimento nacional, políticas macroeconômicas e setoriais compatíveis com a proposta de estimular um padrão de crescimento econômico com equidade social, fortalecer as iniciativas individuais da pequena e média empresa urbana, a agricultura familiar, gerar empregos urbanos e rurais, reduzir a pobreza, etc.

3. ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DE GUARANI DAS MISSÕES

Neste capítulo, realizar-se-á o resgate histórico do município de Guarani das Missões – RS, enfatizando-se o processo de ocupação, a colonização e a sua evolução política. Além disso, serão expostas as suas características físico-naturais, as quais demonstram que o município apresenta em termos geomorfológicos e pedológicos, condições favoráveis ao desenvolvimento de atividades agrícolas. Resgata-se, ainda, os aspectos socioeconômicos que caracterizam o município de Guarani das Missões e que são responsáveis por sua organização espacial. Por fim, são apresentados alguns resultados da pesquisa de campo, com as impressões dos próprios agricultores familiares de Guarani das Missões sobre suas estratégias de reprodução socioeconômica, especialmente considerando que a soja foi por muito tempo a orientadora das atividades desenvolvidas no município.

3.1 Estrutura socioespacial, natural e econômica de Guarani das Missões

O município de Guarani das Missões integra a Microrregião Geográfica de Cerro Largo e localiza-se a uma latitude de 28°08'27" sul e a uma longitude de 54°33'29" oeste. Atualmente, e considerando os limites municipais estabelecidos após o desmembramento e emancipação do então distrito de Sete de Setembro, essa unidade territorial faz divisas com os municípios de Ubiretama, Senador Salgado Filho, Sete de Setembro, Caibaté, Cerro Largo, Vitória das Missões e Mato Queimado (Mapa 1).

De acordo com Marmilicz (1996) Guarani das Missões constitui uma pequena porção da imensa área que outrora integrava as reduções jesuíticas situadas ao leste do Rio Uruguai. Esse autor destaca que a área do município em questão é

De colonização basicamente polonesa, fundada em 1891 pelo governo federal, compreendia, então, o núcleo, hoje, sede do município de Porto Lucena, situado à margem esquerda do Rio Uruguai; e o Núcleo Comandaí, abrangendo as margens do rio homônimo e situado mais para o interior uns 65 Km, em linha reta, a sede do município de Guarani das Missões (MARMILICZ, 1996, pág. 69).

Embora se refira à mesma área, um trabalho realizado por professores municipais e que foi impresso e entregue às escolas e biblioteca municipais provavelmente no ano de 1996 (já que faz alusão aos 37 anos do município) e intitulado “Resenha: fatos que marcaram Guarani das Missões” aborda a definição deste território de forma um pouco diferente, complementando a citação de Marmilicz (1996). De acordo com este material, a atual cidade de Guarani das Missões teria sido sede da antiga colônia fundada em 1890, em área dos municípios de Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga, com o primitivo nome de Lucena. A colônia Lucena compreenderia dois núcleos: o Uruguai (que atualmente é sede do município de Porto Lucena) e o Comandaí (atual sede de Guarani das Missões).

O território da antiga colônia Guarani não é idêntico ao atual município de Guarani das Missões. A colônia Guarani abrangia um espaço geográfico mais amplo, que se estendia da atual cidade de Guarani das Missões até Santa Rosa. Para Gertz (2004) as colônias de Ijuí e de Guarani se caracterizaram pela tentativa de estabelecimento de colonizadores das mais diferentes origens étnicas e religiosas – incluindo aqueles que não eram descendentes de nenhuma das principais correntes imigratórias centro-europeias.

Há que se ressaltar, que os primeiros colonizadores do referido território foram os suecos que em sua maioria retornaram à Suécia, sendo que alguns reemigraram para a Argentina e outros poucos permaneceram. Tal fato teria ocorrido em virtude de que os suecos não se adaptaram ao clima da região, eis que as temperaturas eram superiores às de seu país de origem, tendo talvez em razão do clima e das demais condições de vida impostas a esses imigrantes, dizimado cerca de 100 famílias suecas no período de um ano. Dentre os poloneses, segundo consta, num período de sete anos, teriam morrido apenas dois adultos e algumas crianças.

O ano de 1894 é considerado o período mais intenso no processo imigratório dos europeus para o Rio Grande do Sul, sendo que somente na colônia Lucena fixaram-se em torno de 2.500 imigrantes, todos eles de origem polonesa. Além dos suecos e poloneses, a colônia recebeu imigrantes alemães, italianos, húngaros, portugueses, dentre outros. Apesar de poucas, há referências de povos nativos como participantes na formação do atual município de Guarani das Missões. Neste sentido, através do trabalho monográfico de Almeida (2011) constata-se que os nativos, ou os indígenas que habitavam a região eram denominados pelos

imigrantes de “bugres” e estes expressavam certo receio de manter contato com os mesmos. Embora existisse o receio em relação aos povos nativos da região, a importância destes sujeitos se faz perceber no trecho a seguir:

Felizmente já existiam em nossa terra, algumas famílias de nativos que mantinham boas relações de vizinhança com aqueles que deixavam sua Pátria e sua gente, cruzaram o Atlântico e vieram transformar a mata virgem na atual cidade de Guarani das Missões (SALLET; MARMILICZ; 1996).

Assim, além dos nativos que aqui viviam e dos imigrantes que já haviam se instalado até 1894, outros se somaram a partir de 1895. Neste ano, houve a reemigração das colônias de Jaguari e Bento Gonçalves, sendo composta predominantemente por imigrantes poloneses e russos e também em número menor por holandeses e finlandeses que viriam povoar não somente o município de Guarani das Missões, mas também os municípios de Porto Lucena, Porto Xavier, Campina das Missões, Cândido Godói e Giruá.

A preocupação em criar colônias nas matas do Alto Uruguai como forma de povoar a fronteira com a Argentina sempre foi, conforme Zarth (1997), um objetivo do governo imperial e provincial durante o século XIX. Da mesma forma, a questão agrícola local era normalmente apresentada de forma atrelada à necessidade de imigrantes, além de ser uma estratégia de valorização das terras, por isso, a insistência nos imigrantes em detrimento dos lavradores nacionais. No que se refere à política de valorização de terras, outro aspecto importante justificaria a necessidade de imigrantes: o isolamento da região. As queixas relativas ao isolamento regional eram tantas que alguns estancieiros e políticos chegaram a propor a autonomia política da região por meio da criação da Província das Missões.

Assim, colônias como a de Ijuí e de Guarani tiveram seus lotes coloniais previamente demarcados, inclusive os lotes urbanos que formariam as futuras cidades. De modo geral, segundo Zarth (1997) a demarcação dos lotes era feita através de linhas retas formando um traçado uniforme e simétrico com terrenos retangulares de 250 m x 1000 m, ou seja, 25 hectares ou "uma colônia", como se convencionou chamar popularmente esses lotes. De acordo com o autor, esse modelo de distribuição de lotes não levava em conta os cursos de água, criando dificuldades para alguns lotes, pois os riachos eram de extrema importância para a unidade agrícola.

A menção que se faz sobre a organização das colônias visa destacar que desde o princípio o objetivo estava voltado ao cultivo da terra: esta deveria ser desmatada, lavrada e plantada, para fornecer o alimento indispensável à sobrevivência dos imigrantes e de suas famílias. Sob este aspecto, no ano de 1897, dos dois mil lotes do núcleo Comandaí, apenas 30 eram ocupados e explorados. Se considerarmos outros tipos de estabelecimentos existentes no núcleo Comandaí em 1897, citar-se-ão os prédios estatais destinados ao alojamento dos imigrantes, três casas particulares, um moinho hidráulico e uma sortida casa comercial.

Em 1898 o núcleo Comandaí passou a ser denominado Santa Tereza de Guarani e no ano seguinte passou à categoria de 5º Distrito de São Luiz Gonzaga. Outras denominações atribuídas posteriormente foram: Colônia Guarani, Guarani, Guaramano e enfim, Guarani das Missões. Guarani das Missões foi elevada à categoria de município pela Lei Estadual n.º 3.699, de 31 de janeiro de 1959, tendo para tanto desmembrado parte dos municípios de São Luís Gonzaga, Santo Ângelo e Giruá. A sede do município compreenderia o antigo distrito de Guarani das Missões e sua instalação definitiva ocorreu em 27 de maio de 1959 quando assume o primeiro prefeito eleito.

A emancipação do município foi conquistada após a organização no ano de 1958 de um movimento emancipacionista, provavelmente motivado pelos inúmeros progressos da sociedade guaraniense. Dentre os progressos mais visíveis destacamos a organização da vida social sob os seguintes aspectos:

- Construção e manutenção de inúmeras escolas pelos imigrantes na intenção de oferecer à juventude rural os elementos básicos de instrução e o conforto moral para os velhos colonos.
- Fundação de associações religiosas e com elas a construção de capelas e cemitérios. No que se refere às capelas, elas eram indispensáveis no sentido da expressão de sua fé e religiosidade, mas também como momento de comunicação, confraternização e acesso às “novidades” com os outros colonos.

Além dos aspectos mencionados, o município contava com uma série de serviços como: telégrafo, agência postal, assistência médica, jornal semanal, energia elétrica, transportes coletivos intermunicipais, agências bancárias, dentre outros tipos de serviços (relacionados ao trabalho de autônomos como dentista, alfaiate, sapateiro, etc) e uma série de estabelecimentos comerciais e até mesmo, industriais.

Pela Lei Estadual n.º 10.659, de 28 de dezembro de 1995 é desmembrado do município de Guarani das Missões o distrito de Sete de Setembro, que foi também elevado à categoria de município.

Após a edição da Lei Municipal nº 2.399 de 09 de novembro de 1999, Guarani das Missões passou a ser considerada oficialmente a Capital Polonesa dos Gaúchos. Esta era uma expressão que já era utilizada em 1996, ano em que ocorreu a 1ª Polfest. A Polfest é um evento oficial do município realizada geralmente de 2 em 2 anos e que foi criada com o intuito de resgatar os valores e cultura do povo polonês, considerado este o principal colonizador do município, eis que até os dias atuais a maioria da população tem essa descendência.

Mas a capital polonesa dos gaúchos apesar de contar com 54 anos de emancipação político-administrativa e aproximadamente 122 de colonização existe há um pouco mais tempo que isso. O mapeamento geológico do município (Mapa 2) com base no mapa do estado do Rio Grande do Sul (CPRM, 2006) permite identificar a referida área como pertencente à Província Geológica do Paraná, a qual teria se formado no período Cretáceo da era Mesozóica, no longínquo éon Fanerozóico, isto é, entre 145,5 e 65,5 milhões de anos atrás. A área corresponde ao Grupo São Bento, especificamente à Formação Serra Geral cujas variações composicionais, dados geocronológicos, características texturais e o arranjo entre derrames e intrusivas da bacia, possibilitaram a divisão deste magmatismo Serra Geral em oito fácies distintas, sendo as fácies Gramado e Paranapanema as que abrangem o município em estudo, embora esta última corresponda a uma área bastante diminuta.

As rochas que compõem a fácies Gramado resultaram de derrames de basaltos maciços com espessuras entre 15 a 35 metros, frequentes texturas de fluxo, zonas vesiculares bem desenvolvidas no topo e incipientes na base, e uma porção central formada por rocha granular homogênea, com disjunção colunar bem desenvolvida, textura microfanerítica, compacta e de coloração cinza-escuro a cinza-esverdeado. As rochas que compõem a fácies Paranapanema, por sua vez, embora existindo em uma pequena porção do território, compõem-se de derrames basálticos granulares finos, melanocráticos, contendo horizontes vesiculares espessos preenchidos por quartzo, zeolitas, carbonatos, seladonita, cobre nativo e barita (CPRM, 2004).

Mapa 2 – Mapa geológico de Guarani das Missões - RS

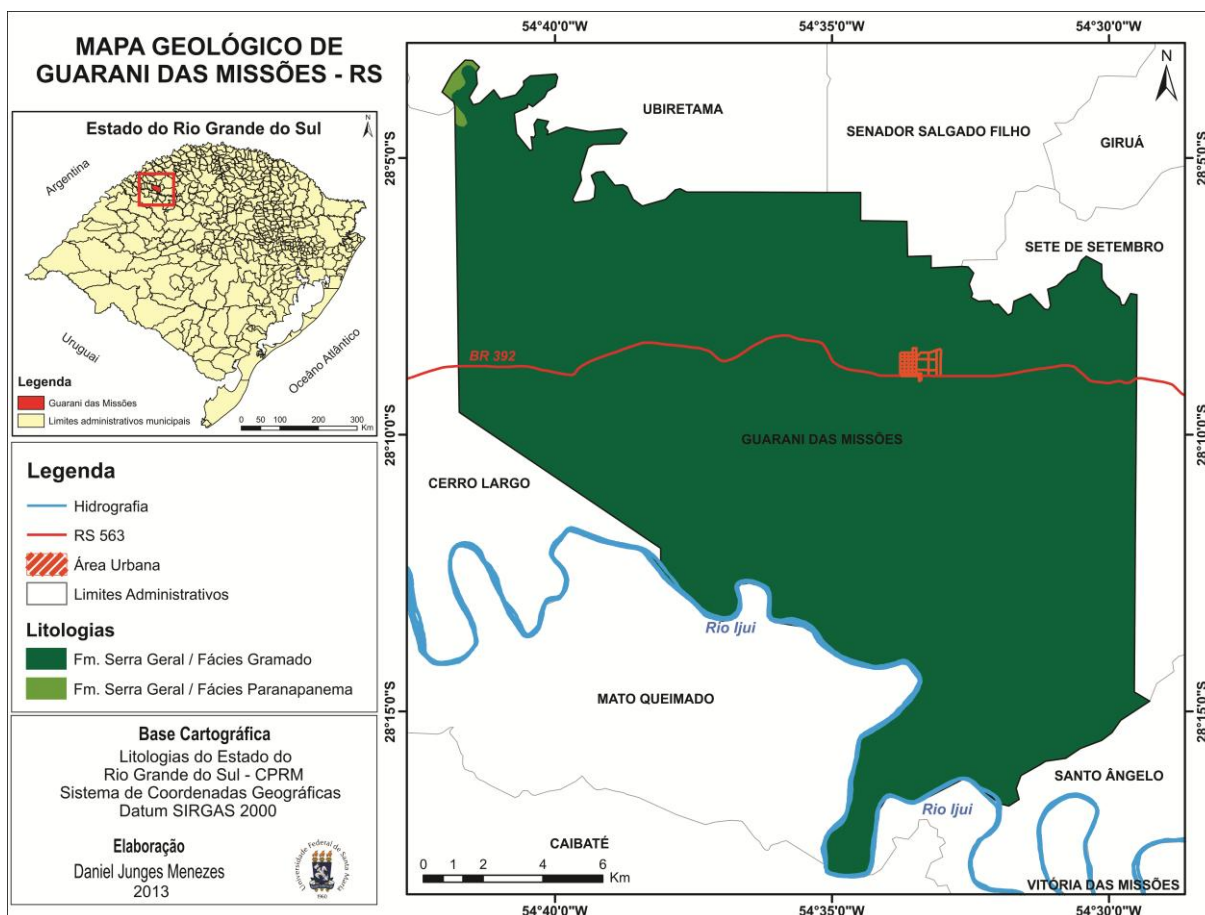


Figura 2: Mapa geológico de Guarani das Missões - RS

Fonte: CPRM

Org.: Menezes, D. J.

No que se refere aos aspectos geomorfológicos o atual município de Guarani das Missões integra as Bacias e Coberturas Sedimentares Fanerozóicas. O mapa 3 de Guarani das Missões elaborado com base no mapa de Geomorfologia do Estado do Rio Grande do Sul - RADAMBRASIL IBGE mostra que apesar de o município integrar a região geomorfológica Planalto das Missões, sua posição geográfica em área de limite ou de transição entre distintas unidades geomorfológicas permite a ocorrência destas em seu território. São elas o Planalto de Santo Ângelo, o Planalto Dissecado Rio Iguaçu-Rio Uruguai e o Planalto de Uruguaiana.

O Planalto de Santo Ângelo é a unidade geomorfológica do Planalto das Missões e caracteriza-se por apresentar um relevo homogêneo dissecado, colinas suaves bem arredondadas e coxilhas. Tais colinas, ou coxilhas como também são conhecidas estas formas de relevo, foram esculpidas em rochas vulcânicas básicas

da Formação Serra Geral, além de rochas sedimentares em menores proporções correspondentes à Formação Tupanciretã. Cabe ressaltar que a região geomorfológica Planalto das Missões é considerada uma das áreas agrícolas mais importantes na economia do Estado do Rio Grande do Sul eis que as formas de relevo homogêneas e suaves e os solos profundos, representados por latossolos e terras roxas estruturadas favoreceram a atividade agrícola (RADAMBRASIL/IBGE, 1986).

Mapa 3 – Mapa geomorfológico de Guarani das Missões - RS

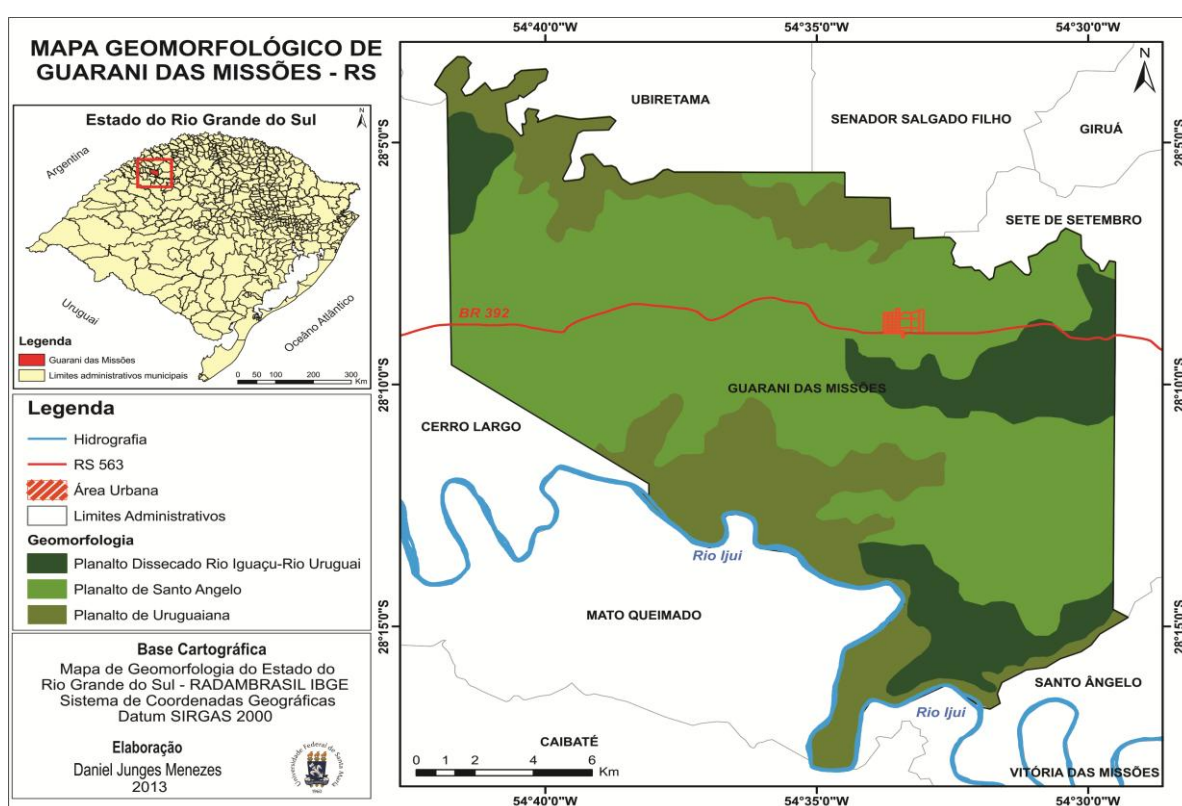


Figura 2: Mapa geomorfológico de Guarani das Missões - RS

Fonte: RADAMBRASIL IBGE

Org.: Menezes, D. J.

A unidade geomorfológica Planalto Dissecado Rio Iguaçu – Rio Uruguai também integra o território do município por ocorrer em descontinuidade espacial. Apresenta-se em forma de manchas de maior energia do relevo, de dissecação mais intensa, o que justifica sua individualidade. No caso em tela, sua ocorrência está associada à dissecação do Rio Ijuí, em especial, e do Rio Comandaí, ambos afluentes do Rio Uruguai. Salienta-se mais uma vez, que é uma zona em

descontinuidade espacial do Planalto Dissecado do Rio Iguaçu – Rio Uruguai e se apresenta acompanhando o traçado do Rio Ijuí, abrangendo trechos do baixo curso do Rio Comandá. Configura-se, de modo geral, como uma área de maior dissecação do relevo, por vezes com controle estrutural marcante, incrustada em meio a formas de relevo retratadas por colinas alongadas e pequenos aprofundamentos dos vales fluviais referentes à unidade geomorfológica Planalto de Santo Ângelo. As formas de relevo se desenvolveram associadas a terras roxas estruturadas e solos litólicos resultantes da alteração de rochas vulcânicas básicas da Formação Serra Geral (RADAMBRASIL/IBGE, 1986).

A terceira unidade geomorfológica que compõe o relevo do município é o Planalto de Uruguiana. Caracteriza-se por apresentar generalizadamente uma morfologia plana, subhorizontalizada, com caimento suave para oeste, em direção ao Rio Uruguai. Essas formas de relevo planares se referem à superfície de aplanamento elaborada por processo de pediplanação sobre rochas efusivas da Formação Serra Geral e estão associadas à ocorrência de solos litólicos.

A presença de basalto da Formação Serra Geral associada aos fatores de relevo, clima e bioma ao longo do tempo produziram dois tipos principais de solos no município de Guarani das Missões (Mapa 4): o latossolo vermelho e o neossolo litólico. Conforme o mapa exploratório de solos do Rio Grande do Sul – IBGE o latossolo vermelho presente no município tem como característica geral a presença da sequência de horizontes A, B e C, os quais são muito profundos e profundos, pouco diferenciados e com transição normalmente gradual e plana entre os horizontes. O horizonte A é moderado e proeminente e assenta sobre o horizonte B com estrutura muito forte pequena granular com aspecto “pó de café” ou fraca até moderada em blocos subangulares, friável, com cerosidade no máximo fraca e pouca. São solos amplamente favoráveis à utilização agrícola, desde que corrigidas suas deficiências de fertilidade. Ocorre em associação com a terra roxa estruturada latossólica álica cujas características são o horizonte A do tipo moderado e proeminente, a boa profundidade e drenagem, além da textura muito argilosa. De maneira geral, são solos que apresentam boas propriedades físicas e grande potencialidade agrícola, podendo sua utilização ser limitada em algumas áreas de relevo mais movimentado, onde exigem práticas severas de controle de erosão e nos locais onde a fertilidade natural é baixa necessitando calagem e adubação para um melhor aproveitamento agrícola.

Mapa 4 – Mapa de solos de Guarani das Missões - RS

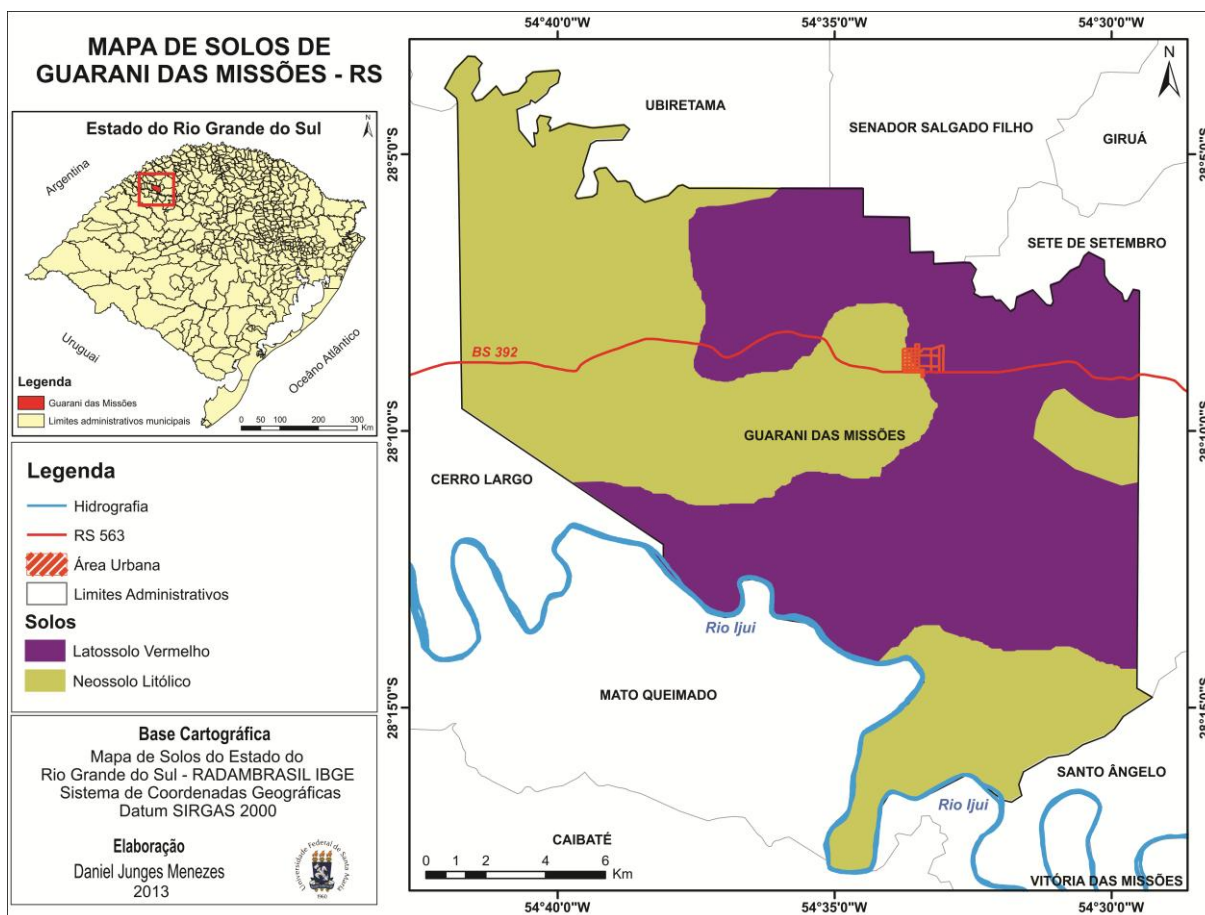


Figura 4: Mapa de solos de Guarani das Missões - RS

Fonte: RADAMBRASIL IBGE

Org.: Menezes, D. J.

O neossolo litólico presente em áreas do município compreende solos pouco desenvolvidos, rasos, que possuem o horizonte A diretamente assentado sobre a rocha ou sobre um pequeno horizonte C, geralmente com muito material de rocha em decomposição. Caracteriza-se por ser moderadamente ácido e neutro, com altos valores da soma e saturação em bases e praticamente desprovidos de alumínio trocável. O horizonte A é do tipo chernozêmico com estrutura fraca pequena e média granular ou em blocos subangulares e textura média, com presença comum de cascalhos. Ocorre em associação com a terra roxa estruturada eutrófica cujas características são semelhantes às da terra roxa estruturada latossólica álica, diferindo apenas em termos de que apresenta maior profundidade. A maior parte das áreas geralmente é utilizada para o cultivo das lavouras temporárias como a de soja, milho e trigo.

De acordo com a classificação do IBGE/RADAMBRASIL, Guarani das Missões, que está inserida no Planalto das Missões, é abrangida pelo clima úmido e compreende médias térmicas anuais superiores a 18°, elemento este que contribui para a formação pedológica anteriormente descrita. A incidência de temperaturas médias anuais mais elevadas do que as de outras regiões é explicada pelo efeito da continentalidade, conjugado ao progressivo decréscimo de altitudes em direção ao vale do Rio Uruguai.

Quanto às formações vegetais primitivas verificam-se maiores correlações com as variações das formas de relevo e conseqüentemente com os diversos tipos de solos, do que com as diferenciações de ordem térmica. As formações vegetais típicas do município são: a Floresta Estacional Decidual e a Floresta Ombrófila Mista. A Floresta Estacional Decidual corresponde às áreas do Planalto das Missões e é representada por dois estratos arbóreos distintos: um, emergente, aberto e decíduo, com altura variando entre 25 e 30 metros e, outro, dominado e contínuo, de altura não superior a 20 metros, formado principalmente por espécies perenifoliadas, além de um estrato de arvoretas. A fisionomia decidual desta floresta é determinada pelo dossel emergente, dominado por leguminosas caducifólias como a grápia e o angico. O estrato dominado, com uma marcada diversidade florística, apresenta fácies distintas, em função de pequenas variações ambientais, determinadas por parâmetros litológicos, geomorfológicos, edáficos e climáticos. São exemplos desta vegetação as lauráceas, representadas pelas diversas espécies de “canelas” e que são encontradas em áreas de solo profundo, além de outras espécies como a guajuvira, o alecrim e a batinga em áreas de solos rasos, variando de pouco profundos a litólicos. No que se refere à Floresta Ombrófila Mista, corresponde à área do Planalto das Araucárias e seu elemento principal é a *Araucaria angustifolia* (pinheiro). O fato de a Floresta Ombrófila se limitar com a Floresta Estacional Decidual permitiu que houvesse uma interpenetração de espécies típicas de cada floresta. Neste caso, a Floresta Ombrófila Mista passou a apresentar elementos da Floresta Estacional como o angico-vermelho, o açoita-cavalo, a cabriúva, a canjerana e a guajuvira.

Cabe salientar que o município está localizado na região hidrográfica do Rio Uruguai, sendo drenado por seus afluentes, ou seja, pelas sub bacias hidrográficas dos Rios Ijuí e Comandaí (Mapa 5). O Rio Ijuí é o rio principal da bacia hidrográfica que recebe seu nome e é caracterizado por um extremo potencial hidrelétrico ainda

assoreamento dos mananciais hídricos e contaminação por agrotóxicos; desmatamento intenso, principalmente ao longo dos cursos d'água (matas ciliares);desequilíbrio natural pela drenagem das zonas úmidas.

Há que se ressaltar, também, que as áreas que compreendem o Planalto das Missões são consideradas áreas de tensão ecológica em virtude das maiores modificações ocorridas na vegetação original. Tais modificações foram ocasionadas pelo aumento da ocupação antrópica, isto é, pelo processo de colonização que o governo e entidades particulares adotaram para a exploração das áreas florestais do Estado do Rio Grande do Sul e, por conseguinte, de Guarani das Missões.

Sob este aspecto, o município de Guarani das Missões ocupado principalmente por colonizadores europeus de diversas nacionalidades e, com predominância, por poloneses, sofreu modificações em seu espaço natural ao dar início à formação da “vila” e ao cultivo da terra. Marmilicz (1996) relata que no final do século XIX a terra virgem composta por campos e matas, tornava difícil e árdua a tarefa de desmatar, lavrar e plantar, mas somente o cultivo da terra permitiria a produção dos alimentos necessários à sobrevivência dos colonizadores. Esta inclusive teria sido a principal motivação, ao que se sabe do imigrante polonês, na decisão de vir ao Brasil, ou seja, esperavam ter no Brasil um pedaço de terra que fosse seu e no qual tivessem a liberdade de produzir o que quisessem. Tal fato demonstra a característica geral dos colonizadores: a dedicação à agricultura.

Foi com base nas atividades agrícolas que o município construiu sua história. Inicialmente produzindo os gêneros alimentícios que satisfizessem uma condição fundamental para qualquer ser vivo e, posteriormente, dedicando-se à produção das monoculturas. A soja, que ainda hoje é intensamente cultivada, foi introduzida no município no ano de 1933 pelo engenheiro agrônomo polonês Ceslau Mario Biezanko. No ano de 1963 o Governo Federal declarou-o o introdutor oficial da cultura da soja no Estado e lhe concedeu a Ordem do Cruzeiro do Sul. Há até mesmo uma homenagem a este cientista polonês na praça central da cidade de Guarani das Missões. Foi erguido um busto, considerado como prova de gratidão por sua contribuição para a difusão da cultura da soja nessa região, então habitada por descendentes de imigrantes poloneses. Esta é considerada uma das marcas da presença polonesa no Brasil e é relatada por Schr (2008). Uma placa integrante da referida homenagem encontra-se com a seguinte inscrição em português: “Czesław Odrowąż Marian Biezanko. *Kielce 1895 +Pelotas 1986. Homenagem: na Escola

Agrônoma de Guarany distribuiu as sementes que geraram a maior riqueza vegetal gaúcha.” Como se percebe, a referida homenagem demonstra a importância não apenas do cientista polonês, mas da produção da soja em si para a comunidade guaraniense.

Mesmo que a introdução da soja tenha ocorrido no município em 1933 seu cultivo era limitado. Tal afirmação está baseada em dados de Marmilicz e Sallet (1996) e que indicam que no ano de 1960 a área cultivada do município estava restrita a uma área em torno de 5.000 hectares. Desta área, apenas 1.000 hectares eram utilizados para fins de cultivo da soja. O cultivo do trigo era feito em uma área de 2.500 hectares, enquanto que os outros 1.500 hectares serviam para produzir em menor quantidade a linhaça, o centeio, o tungue, a cana-de-açúcar e a mandioca.

Consideramos pertinente mencionar que o guaraniense Antonio Warpechowki, fundou a empresa Warpol no ano de 1935, ano em que recebeu a Medalha de Prata do Centenário Farroupilha pela qualidade de seus produtos. Seu próprio fundador foi quem criou a primeira prensa de extração de óleo e farelo da região e que deu início às atividades da empresa produzindo óleo de mamona, linhaça e amendoim. Em 1957, a Warpol alcançou o ciclo da soja e passou a produzir óleo e farelo da oleaginosa que se tornou a alavanca do desenvolvimento do agronegócio regional. Algumas mudanças de mercado levaram a referida empresa a modificar suas estratégias, de modo que atualmente a empresa não opera mais as atividades industriais no município, as quais foram transferidas para o interior de Giruá – RS, fazendo apenas a administração e locando suas estruturas para terceiros.

Em 1960, por sua vez, é fundada empresa semelhante no município pelos então irmãos Gentil, Pedro Antônio, Danilo José e Antônio Augusto Giovelli. A empresa iniciou as atividades de industrialização (extração do óleo) da linhaça em grão, que era uma cultura tradicional da época na região. Com a posterior expansão da cultura da soja, a Giovelli investiu em uma planta de extração de óleos vegetais, passando a industrializar também esta oleaginosa. Desde sua fundação a empresa busca expandir-se através da diversificação de suas atividades, investindo também em outras culturas oleaginosas, com destaque para a canola, o girassol e a linhaça (Site www.giovelli.com.br).

Estas considerações são pertinentes tendo em vista que com base em dados do ano de 2012 (Emater/Prefeitura Municipal), em termos de participação do

município para o ICMS, este imposto provém 36% da agropecuária, 28% da indústria, 23% do setor de serviços e apenas 3% do comércio, ou seja, 64% dos impostos pagos estão relacionados diretamente com a produção agropecuária, pois as principais indústrias criadas dependem exclusivamente deste setor, demonstrando a importância deste segmento. Há que se ressaltar que grande parte dos serviços e do comércio existentes também estão vinculados ao setor agropecuário, em virtude da série de serviços realizados por cooperativas como a Cotrisa e a Comtul e pela própria empresa Giovelli Indústria de Óleos Vegetais.

No momento em que consideramos a agropecuária o principal segmento da economia supomos também que ele tenha sido a responsável pelo crescente êxodo rural e pela própria redução na população absoluta do município de Guarani das Missões – RS. Se compararmos os dados da população apresentados pelos censos demográficos de 1970 a 2010 (Tabela 1) constatar-se-á que o município segue a uma tendência verificada em todo território nacional, qual seja o predomínio da população urbana sobre a rural.

Tabela 1 – Evolução populacional de Guarani das Missões – RS de 1970 a 2010.

<i>Escala temporal</i>	<i>População urbana</i>	<i>(%)</i>	<i>População Rural</i>	<i>(%)</i>	<i>TOTAL</i>
1970	2327	22,34%	8.089	77,66%	10.416
1980	3426	30,32%	7.875	69,68%	11.301
1990	4798	41,72%	6.702	58,28%	11.500
2000	4984	55,44%	4.006	44,56%	8.990
2010	5030	61,98%	3.085	38,02%	8.115

Fonte: Censos demográficos do IBGE de 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010.
Org. MARMILICZ, S.T.J., 2013.

Paralelamente ao aumento da população urbana e diminuição da população rural, através do censo demográfico de 2010 é possível verificar que cerca de 9,73% da população absoluta do município de Guarani das Missões foi reduzida em comparação ao censo anterior. Diante da constatação de que a economia de Guarani das Missões é essencialmente agrícola, de que a principal indústria emprega 3,75% da população urbana (189 funcionários compreendendo a administração, motoristas e fábrica. Fonte: Giovelli Indústria de Óleos Vegetais) e de que em termos de serviços e comércio em geral as oportunidades são muito restritas ao conjunto da população economicamente ativa, poder-se-ia afirmar que ir embora

seja a solução. Aliado a isso e não desmerecendo a importância da formação no setor da agropecuária que o município dispõe, vemos muitos dos jovens guaranienses buscando estágios em outros estados brasileiros, ou seja, a formação é direcionada para atender aos interesses do agronegócio e, portanto, trabalhar em fazendas do Norte, Centro-Oeste e Nordeste são alternativas consideradas positivas.

3.2 O espaço rural de Guarani das Missões

A estrutura fundiária do Estado do Rio Grande do Sul se diferencia de acordo com a região, alternando o predomínio de grandes e médias propriedades com médias e pequenas unidades de produção. Do total dos estabelecimentos do Estado 85,8% possuem menos de 50 hectares, ocupando 24,4% da área utilizada pela agropecuária. As propriedades com mais de 500 hectares representam 1,83% dos estabelecimentos, ocupando 41,9% da área rural. As propriedades entre 50 e 500 ha representam 12,46% do número total de estabelecimentos ocupando 32,8% do total da área.

Semelhante ao que ocorre no Estado, Guarani das Missões também concentra a maioria das propriedades nos estabelecimentos com menos de 50 hectares, porém difere na área efetivamente utilizada, isto é, 90,99% dos proprietários ocupam áreas inferiores a 50 hectares que somadas ocupam 77,43% da área rural do município. Por sua vez, 9,01% das propriedades possuem áreas entre 50 e 500 hectares que ocupam 22,57% da área total (Tabela 2).

Assim, se considerarmos a definição dada pela Lei federal nº 8.629/1993, em que pequena propriedade é o imóvel rural de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais e de que a Instrução Especial/Incra nº 20 de 28 de maio de 1980 estabelece que o módulo fiscal de Guarani das Missões compreende a área de 20 hectares podemos afirmar que mais de $\frac{3}{4}$ das propriedades do município estão enquadradas na definição de “pequena propriedade”, sendo administradas por agricultores familiares. Neste sentido, há que se destacar que a Lei Federal nº 11.326/2006 considera agricultor familiar àquele que pratica atividades no meio rural e que atende aos seguintes requisitos: 1) não detenha, a qualquer título, área maior

do que 4 (quatro) módulos fiscais; 2) utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; 3) tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; 4) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Tabela 2 – Estrutura das propriedades de Guarani das Missões – RS em 2012.

<i>Tamanho das Propriedades (Ha)</i>	<i>Proprietários Nº</i>	<i>%</i>	<i>Área (Ha)</i>	<i>%</i>
Menos de 5	164	15,07	445	1,51
De 5 a menos de 20	530	48,71	14369	48,71
De 20 a menos de 50	296	27,21	8027	27,21
De 50 a menos de 100	77	7,08	3279	11,12
De 100 a menos de 200	19	1,75	2850	9,66
De 200 a menos de 500	2	0,18	530	1,80

Fonte: Emater – RS, 2012.

A organização espacial do município resulta das formas de utilização das terras que, conforme já referido neste trabalho, inicialmente estiveram voltadas para a produção dos gêneros alimentícios que garantissem a subsistência tanto dos colonizadores quanto daqueles que aqui já habitavam e posteriormente, objetivavam principalmente a produção de gêneros que tivessem um mercado garantido como o trigo, o milho e em especial a soja.

É importante esclarecer que a partir do ano de 2006 pode-se observar a redução em todas as áreas de cultivo. Tal situação é justificada pela abstração havida no território do município tendo em vista a emancipação do então Distrito de Sete de Setembro a qual irá repercutir, conseqüentemente, na redução tanto no número de produtores, de pessoal ocupado bem como nas quantidades produzidas no espaço rural guaraniense.

Conforme a Tabela 3 é possível constatar no que se refere à utilização das terras, que há o predomínio das lavouras temporárias seguido das pastagens naturais e das matas e florestas naturais, nas quais se incluem as áreas destinadas à preservação permanente. As lavouras permanentes são pouco expressivas se comparadas às lavouras temporárias, do mesmo modo que as pastagens plantadas e matas e florestas plantadas o são em relação às naturais.

Há que se destacar que o predomínio de lavouras temporárias no município de Guarani das Missões, onde desde 1970 a soja se evidencia em termos de produção e de área cultivada (Tabela 3), decorre do que Anjos, Caldas e Hirai (2008) chamam da mais palpável expressão do esforço das famílias no sentido de converter todos os espaços disponíveis à produção da soja e ao que Ascuy Ameghino (2004) denomina de fenômeno de “sojização” do espaço rural .

Tabela 3 – Utilização das terras em Guarani das Missões – RS de 1970 a 2006.

Utilização das terras em hectares

Escala temporal	<i>Lavoura permanente</i>	<i>Lavoura temporária</i>	<i>Pastagens naturais</i>	<i>Pastagens plantadas</i>	<i>Matas e florestas naturais</i>	<i>Matas e florestas plantadas</i>	<i>Terras em descanso e produtivas não utilizadas</i>
1970	411	19681	4582	78	4535	84	2411
1975	337	22770	3849	85	3678	89	1082
1980	474	23790	3347	308	3211	104	799
1985	186	23944	3658	97	3292	171	729
1995	207	20830	4334	383	3167	555	892
2006	265	14778	2611	698	2384*	243	-

Fonte: Censos agropecuários do IBGE de 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995 e 2006.

Org. MARMILICZ, S.T.J., 2013.

(-) Dados inexistentes.

(*) Incluídas as APP's

A condição do produtor é classificada segundo o IBGE em proprietário, arrendatário, parceiro e ocupante (Tabela 4).

Tabela 4 – Condição do produtor de Guarani das Missões – RS de 1970 a 2006.

Condição do produtor – número de estabelecimentos

Escala temporal	<i>Proprietário</i>	<i>Arrendatário</i>	<i>Parceiro</i>	<i>Ocupante</i>
1970	1573	48	223	138
1975	1450	53	163	106
1980	1513	81	109	76
1985	1625	89	112	102
1995	1580	52	90	33
2006	972	76	17	22

Fonte: Censos agropecuários do IBGE de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995 e 2006.

Org. MARMILICZ, S.T.J., 2013.

No município de Guarani das Missões a maior parte dos produtores é proprietária, no todo ou em parte, das terras utilizadas para a agropecuária. A condição de arrendatário, isto é, do produtor que arrenda as terras do estabelecimento mediante o pagamento de uma quantia fixa em dinheiro ou na forma de produtos teve uma relativa queda na década de 1990, mas de acordo com o censo agropecuário de 2006 volta a aproximar-se dos números alcançados na década de 1980.

Já as condições de parceiro (sistema em que, mediante contrato verbal ou escrito, o produtor é obrigado a pagar ao proprietário um percentual da produção obtida com exploração de sua propriedade) e de ocupante (exploração em terras públicas, devolutas ou de terceiros em que o produtor nada paga pelo seu uso) tiveram uma significativa queda, possivelmente explicada, no caso dos parceiros, em razão de divergências com relação à divisão da produção, área de plantio e inexistência de contrato, que acaba gerando certa insegurança quanto aos direitos de propriedade, ou de maneira geral, pelo êxodo rural constatado.

Tabela 5 – Ocupação da mão-de-obra de Guarani das Missões – RS de 1970 a 2006.

<i>Escala temporal</i>	<i>Pessoal ocupado por categoria – número de pessoas</i>			
	<i>Familiar</i>	<i>Empregado permanente</i>	<i>Empregado temporário</i>	<i>Parceiro</i>
1970	4640	35	39	1
1975	6301	49	239	4
1980	5754	91	441	11
1985	5435	85	8	2
1995	4768	78	169	21
2006	2993	-	-	-

Fonte: Censos agropecuários do IBGE de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995 e 2006.

Org. MARMILICZ, S.T.J., 2013.

(-) Dados inexistentes.

Apesar do Censo Agropecuário de 2006 não dispor de informações sobre o número de empregados permanentes e temporários, é certo que essas formas de ocupação de mão-de-obra ainda são utilizadas em algumas propriedades, em proporção semelhante ao demonstrado nos censos anteriores, embora a mão-de-obra familiar predomine e se sobreponha a qualquer outra (Tabela 5).

A ocupação da mão-de-obra do parceiro está contemplada na Tabela 4 e demonstra a redução desta enquanto condição de produtor, que leva em conta a relação com a propriedade, mas pode ser considerada estável do ponto de vista da ocupação de mão-de-obra. Convém frisar, com base nas entrevistas realizadas, que outra forma de ocupação da mão-de-obra tem sido a terceirização, necessária especialmente para o plantio da soja, milho e trigo.

Segundo Schneider e Conterato (2006) esta realidade decorre da apropriação do progresso técnico pelos agricultores, mesmo que em níveis diferenciados. Trata-se de um processo que delega a agentes externos tarefas previamente realizadas no interior das unidades pelos próprios agricultores. Por ser utilizada durante curtos espaços de tempo (poucos dias ou semanas durante um ano), a “terceirização” através da prestação de serviços de máquinas ou equipamentos agrícolas nem sempre resulta em incrementos significativos na renda. Do mesmo modo, aqueles que não dispõem das ferramentas necessárias ao plantio consideram a contratação de tais serviços mais viável do que a aquisição de tratores e demais implementos devido aos altos investimentos e retorno incerto, especialmente ao se considerar as áreas efetivamente cultivadas.

Observa-se que em Guarani das Missões não há uma divisão do trabalho, no sentido de os pequenos proprietários produzirem para a subsistência e para o abastecimento do mercado interno, e os maiores proprietários rurais para o mercado nacional e internacional, pois a maioria dos agricultores, independentemente da quantidade de terra disponível desenvolvem, como principal cultura, a soja, para a venda em caráter comercial.

Apesar de a soja ser ainda hoje a principal cultura do município, pode-se afirmar que não é somente ela quem sustenta as famílias dos agricultores como ocorria no passado, já que sua suposta viabilidade é consequência de outras possibilidades de renda no meio rural. Dentre estas possibilidades de renda destacamos a produção de leite, as aposentadorias, a diversificação propiciada por algumas alternativas de agroindústrias e hortifrutigranjeiros, além da prestação de serviços e do emprego em outras propriedades ou até mesmo nas cidades da região.

As “possibilidades de renda” aqui aludidas são as formas encontradas pelos agricultores familiares do município de garantir a sua reprodução socioeconômica já que a renda monetária advinda da produção agrícola por conta própria é, para a

maioria das famílias, a menos importante. O recurso a outras fontes de renda, de origem não-agrícola, é disseminado em grande parte das famílias. No entanto, a produção para o autoconsumo sobressai como uma contribuição importante, ainda que de difícil mensuração. Igualmente importante é a agricultura como base da definição da identidade social, o que está associado ao peso dessa atividade na ocupação da mão de obra familiar disponível e como forma de ocupação do território (Carneiro e Maluf, 2005).

É com base nessa visão integradora das famílias rurais, considerando a sua múltipla inserção na sociedade, no ambiente e na economia que se torna possível, segundo Carneiro e Maluf (2005) aproximar a abordagem multifuncional da agricultura à percepção desse agricultor como um camponês, ou seja, um ator social para quem o sentido de suas atitudes, incluindo o fazer agrícola, não se reduz à lógica econômica e não pode ser desvinculado de sua cultura e de sua maneira de se relacionar com o mundo social e natural.

A utilidade da noção de multifuncionalidade, neste caso, consiste em permitir colocar no mesmo quadro analítico diversos elementos e fatos sociais que compõem o universo social do mundo rural, favorecendo a compreensão da inserção de diferentes tipos de famílias rurais nesse universo e, assim, legitimando formas de inserção social e de fontes de renda que normalmente ficam fora dos quadros analíticos hegemônicos. Não se trata de apenas inserir novas formas de participação econômica de segmentos da população rural, mas sim de abordar a multifuncionalidade integrada a outras esferas do mundo social igualmente importantes na reprodução social de famílias rurais.

3.3 As atividades produtivas do município de Guarani das Missões – RS de 1970 a 2011

O município de Guarani das Missões apresenta, em termos geomorfológicos e pedológicos, condições favoráveis ao desenvolvimento de atividades agrícolas que associadas ao interesse dos colonizadores em cultivar as terras então ocupadas orientou a organização do espaço rural e a definição da “vocação” do município. A falta de dados ou de registros oficiais não nos permite fazer uma análise profunda de como as coisas efetivamente se encaminharam desde o início, a não ser a vaga

informação de que os primeiros habitantes pós-colonização se dedicaram ao cultivo de produtos que garantissem a subsistência das famílias (dentre eles a soja) e de que até a emancipação do município o mesmo contava com um considerável rol de estabelecimentos comerciais, de serviços e até mesmo industriais.

Neste sentido, para termos uma ideia da produção no espaço rural de Guarani das Missões, nos utilizamos dos Censos Agropecuários realizados pelo IBGE nos anos de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995 e 2006, bem como de informações disponibilizadas pela FEE e pela Emater datadas de 2010 e 2012, respectivamente. Além dos dados quantitativos, as entrevistas com proprietários rurais do município compõem os aspectos qualitativos e a análise que os próprios agricultores fazem de suas atividades. Sendo assim, foram entrevistados 12 agricultores (Tabela 6) que são produtores de soja e que representam a grande maioria dos agricultores do município.

Tabela 6 – Estabelecimentos agropecuários visitados segundo as atividades agropecuárias desenvolvidas em Guarani das Missões – RS.

DESCRIÇÃO	Nº PROPRIEDADES
Produtores de soja, outros produtos agrícolas e leite.	3
Produtores de soja, outros produtos agrícolas e agroindústrias.	1
Produtores de soja, outros produtos agrícolas, leite e agroindústrias.	1
Produtores de soja, outros produtos agrícolas e hortigranjeiros.	2
Produtores de soja, outros produtos agrícolas, leite e hortigranjeiros.	1
Produtores de soja e outros produtos agrícolas.	4
TOTAL	12

Fonte: Trabalho de campo, 2013.
Org. MARMILICZ, S.T.J., 2013.

Ao analisarmos a área utilizada com lavouras temporárias que, conforme trabalho realizado por Marmilicz e Sallet (1996), era em torno de 5.000 hectares no ano de 1960, podemos observar um aumento significativo nos dez anos seguintes (Tabela 3). Através da Tabela 7 constata-se que em 1970 a soja passou a ocupar a maior parte das áreas destinadas ao cultivo das lavouras temporárias, destacando-se nas quantidades produzidas por hectare. O milho ocupava a segunda posição, tanto em área quanto em produção, sendo a maior parte de ambas as culturas

plantadas em associação. A terceira cultura em área e em produção era o trigo, seguida por culturas de subsistência como a mandioca, o feijão e o arroz, além da cana-de-açúcar e do linho.

Tabela 7 – Principais produtos da lavoura temporária cultivados em Guarani das Missões – RS

<i>Escala Temporal</i>	<i>Quantidade produzida (toneladas) Em área por hectare (ha)</i>							
	<i>Soja</i>	<i>Milho</i>	<i>Trigo</i>	<i>Feijão</i>	<i>Arroz</i>	<i>Cana-de-açúcar</i>	<i>Mandioca</i>	<i>Linho</i>
1970	12053 t	10068 t	3060 t	87 t	301 t	1147 t	16149 t	3 t
	15378 ha	13509 ha	3999 ha	175 ha	283 ha	140 ha	1324 ha	-
1975	21571 t	11028 t	3657 t	166 t	356 t	1146 t	11025 t	-
	20356 ha	12174 ha	5251 ha	275 ha	264 ha	57 ha	778 ha	-
1980	22137 t	10061 t	3016 t	42 t	195 t	4626 t	6989 t	4 t
	20594 ha	7879 ha	5426 ha	116 ha	114 ha	194 ha	482 ha	5 ha
1985	27145 t	9566 t	3060 t	87 t	151 t	4503 t	4808 t	-
	20565 ha	6257 ha	6092 ha	152 ha	151 ha	230 ha	469 ha	-
1995	37800 t	21000 t	450 t	168 t	2474 t	6000 t	10000 t	180 t
	22500 ha	7000 ha	500 ha	280 ha	190 ha	200 ha	500 ha	120 ha
2006	21000 t	10800 t	765 t	84 t	30 t	4500 t	8000 t	778 t
	17500 ha	4500 ha	1500 ha	110 ha	15 ha	150 ha	400 ha	1080 ha
2010	40950 t	21000 t	7350 t	80 t	-	7500 t	6000 t	230 t
	17500 ha	5000 ha	3500 ha	110 ha	-	150 ha	400 ha	240 ha

Fonte: Censos agropecuários do IBGE de 1970, 1975, 1980, 1985 e dados da Fundação de Economia e Estatística.
Org. MARMILICZ, S.T.J., 2013.
(-) Dados inexistentes.

De modo geral, observa-se que nos censos agropecuários seguintes, ou seja, de 1975 em diante houve uma significativa ampliação das áreas destinadas ao cultivo da soja em detrimento da redução no plantio das outras cultivares.

No que se refere ao trigo constata-se que ele manteve, entre 1970 e 1985, quantidades produzidas semelhantes, em áreas sempre maiores, porém no censo agropecuário de 1995 apresentou uma brusca redução sob os dois aspectos. Tal redução seguiu uma tendência nacional e se devia ao fato de que o governo brasileiro já havia praticamente eliminado os subsídios ao setor tritícola, assim como havia deixado de comprar e estocar o produto, fazendo do mercado o elemento decisivo para o desenvolvimento da cultura no país, o que contribuiu para desestimular a produção tritícola (BRUM, HECK e LEMES, 2005). Somado a estes fatores está o surgimento do Mercosul que firmou a Argentina como principal fornecedor de trigo ao Brasil. De 2006 para cá, no entanto, tem se observado um

aumento gradativo nas áreas e nas quantidades produzidas de trigo, possivelmente em função de avanços da tecnologia como o plantio direto, o clima propício e o mercado estimulador quando do plantio. Com relação às demais culturas temporárias, constata-se que as áreas e conseqüentemente as quantidades produzidas de mandioca e de arroz foram as que sofreram maior redução. Tanto uma quanto a outra foram afetadas pela importância comercial da soja cujos custos de produção eram consideravelmente menores para a produtividade relativamente alta que dela obtiam. Assim, a diminuição na produção da mandioca também se observa ao considerar que houve o decréscimo no número de suínos, antes base da sua alimentação, enquanto que a diminuição na produção do arroz foi acompanhada do aumento de áreas drenadas nas quais se pudesse introduzir a soja.

A produção de linho apesar de não ser tão expressiva, é cultivada no município desde o período da colonização, e constitui ao lado do girassol e da canola uma alternativa de produção, considerando que depois da soja, são matérias-primas amplamente utilizadas pela Giovelli Indústria de Óleos Vegetais. Mesmo não constando na tabela, dados da FEE apontam a inclusão de uma nova cultura temporária: o girassol. Em 2006 houve o registro da colheita de 771 toneladas de girassol em área de 476 hectares. Dados do ano de 2010 comprovam que tais culturas vêm sendo cultivadas no município, porém em áreas diminutas, não ultrapassando em ambas, as áreas de 240 hectares de produção.

Quanto à cana-de-açúcar, percebe-se que em termos de área, apesar de algumas oscilações, mantém-se praticamente a mesma no período compreendido entre 1970 e 2010, havendo, porém um aumento nas quantidades produzidas. Apesar do aumento nas quantidades produzidas este ainda é considerado de baixo rendimento (em média 50 ton./ha), possivelmente explicado pelo fato de que a maior parte dos produtores possui limitadas práticas de manejo que lhe garantam melhor produtividade e de que, à exceção das agroindústrias de cachaça e de melado existentes no município (tanto as formais quanto as informais), os demais produtores utilizam a cana-de-açúcar como alimento para o gado, não tendo maior preocupação com os aspectos quantitativos ou qualitativos desta matéria-prima.

No que diz respeito à pecuária a Tabela 8 mostra que o município de Guarani das Missões manteve um expressivo efetivo de cabeças de suínos entre os anos de 1970 e 1995, que de acordo com os dados disponibilizados em 2006 apresentaram uma redução com relação ao período anterior de 70,53%, seguido de um acréscimo

de 24,66% em 2010. Os atuais dados relativos a suínos demonstram uma tendência no município à produção para autoconsumo e cuja comercialização só ocorre quando há certo excedente que não será consumido pela própria família. Nestes casos, a comercialização ocorre entre vizinhos, para açougues do próprio município, para atender à demanda de programas como o PNAE ou o PAA, e ainda, há quem produza salame ou faça a venda de carne “sob encomenda”, embora esta não seja uma prática muito comum em função das atuais legislações e fiscalização sanitária. Há no município apenas 6 propriedades que se dedicam à criação de suínos com o objetivo de comercialização, seja no sistema de integração seja por conta própria (Emater, 2012).

Tabela 8 – Evolução do efetivo da pecuária em Guarani das Missões – RS de 1970 a 2010.

<i>Escala temporal</i>	<i>Pecuária (efetivo de cabeças)</i>				
	<i>Bovinos</i>	<i>Suínos</i>	<i>Equinos</i>	<i>Ovinos e caprinos</i>	<i>Asininos e muares</i>
1970	10013	28415	2192	104	34
1975	9471	32879	2387	166	34
1980	10800	32200	1250	152	20
1985	8290	20500	1200	170	15
1995	11100	19080	910	2245	10
2006	12800*	5623	264	167	-
2010	15979*	7010	230	201	-

Fonte: Censos agropecuários do IBGE de 1970, 1975, 1980, 1985 e dados da Fundação de Economia e Estatística.

Org. MARMILICZ, S.T.J., 2013.

(*) 4475 vacas ordenhadas em 2006 e 5380 vacas ordenhadas em 2010.

(-) Dados inexistentes.

O segundo lugar em termos de efetivo da pecuária de Guarani das Missões foi ocupado até o ano de 1995 pelos bovinos, sendo que de acordo com dados da FEE nos anos de 2006 e 2010 estes passaram a constituir o maior efetivo do município. Há que se mencionar que nos censos agropecuários dos anos de 1970, 1975 e 1980, era fornecida a informação da finalidade dos rebanhos tendo, no município de Guarani das Missões, no caso do rebanho bovino, o predomínio dos bovinos de leite em relação aos de corte. Considerando os dados de 2006 e 2010, por sua vez, os bovinos de leite perderam essa prerrogativa. Um dado curioso sobre esse assunto é que, embora em anos anteriores os bovinos de leite superassem os

de corte, essa produção não visava exclusivamente à comercialização. Os dados do IBGE trazem os seguintes números: 1975, dos 1891000 litros produzidos foram vendidos 264000 litros; 1980, dos 2941000 litros produzidos foram vendidos 910000 litros; 1985, dos 3357000 litros produzidos foram vendidos 1990000 litros. Percebe-se que a produção de leite aumentou de um modo geral, do mesmo modo que aquela destinada à comercialização. Atualmente são comercializados em torno de 13000000 de litros por ano segundo dados da Emater. São da Emater também os dados relativos ao número de propriedades dedicadas à produção leiteira e que totalizam 402 no município, ou seja, se considerarmos as 1088 propriedades rurais, em torno de 37% delas praticam esta atividade e dela retiram a base da renda que mantém as famílias durante o ano.

Equinos, caprinos, ovinos, asininos e muares também compuseram os dados da pecuária do município, sendo que dos dois últimos não existem dados atualizados que comprovem sua criação, motivado possivelmente por não mais existir a necessidade para utilização como forma de tração ou transporte. A redução no número de equinos também está atrelada a essa situação. Caprinos e ovinos são produzidos em algumas propriedades para fins de autoconsumo.

Tabela 9 – Principais produtos da lavoura permanente cultivados em Guarani das Missões – RS

<i>Escala temporal</i>	<u>Quantidade produzida em toneladas(t) ou mil frutos (mf)</u> <u>Em área por hectare (ha)</u>						
	<i>Erva-mate</i>	<i>Laranja</i>	<i>Pêssego</i>	<i>Pera</i>	<i>Maçã</i>	<i>Uva</i>	<i>Tangerina</i>
1970	-	4850 mf 58 ha	1371 mf -	217 mf -	60 mf -	204 t 44 ha	813 mf -
1975	4 t -	2652 mf 18 ha	694 mf 6 ha	157 mf -	96 mf -	116 t 35 ha	1966 mf 11 ha
1980	-	3183 mf 36 ha	1264 mf 16 ha	290 mf 2 ha	83 mf 1 ha	169 t 23 ha	1235 mf 11 ha
1985	16 t -	3255 mf 38 ha	1749 mf 22 ha	205 mf 3 ha	51 mf 2 ha	132 t 41 ha	2173 mf 21 ha
1995	494 t 19 ha	3800 mf 95 ha	1530 mf 18 ha	150 mf 5 ha	66 mf 3 ha	198 t 44 ha	2030 mf 35 ha
2006	67 t 18 ha	900 t 90 ha	210 t 35 ha	20 t 5 ha	6 t 2 ha	180 t 40 ha	144 t 18 ha
2010	67 t 19 ha	900 t 90 ha	180 t 30 ha	20 t 5 ha	6 t 2 ha	135 t 30 ha	144 t 18 ha

Fonte: Censos agropecuários do IBGE de 1970, 1975, 1980, 1985 e dados da Fundação de Economia e Estatística.

Org. MARMILICZ, S.T.J., 2013.

(-) Dados inexistentes.

Quanto às lavouras permanentes se pode afirmar, com base na Tabela 9, que não existem grandes áreas ou cultivos voltados para a comercialização, a não ser no caso de poucos produtores de laranja e a dos excedentes resultantes da falta de consumo dentro das próprias propriedades rurais nas demais espécies.

Nos últimos anos, iniciativas provindas do governo federal como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) buscam incentivar a agricultura familiar destinando recursos e utilizando mecanismos de comercialização que favoreçam a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, e assim estimulem os processos de agregação de valor à produção. Diante destas alternativas e conforme informações obtidas junto à Prefeitura Municipal e à Cooguarani, ocorrem duas situações no município de Guarani das Missões: uma, relacionada ao PNAE, programa que é gerenciado pelo município e no qual se atingem os percentuais mínimos de aquisição junto à agricultura familiar em função de que é possível adquirir a carne dos agricultores, pois caso ficasse na dependência da produção hortifrutigranjeira não alcançaria. Com relação à carne, cabe salientar que essa só pode ser adquirida dos agricultores porque o abate dos animais e se necessário, a transformação, ocorre junto ao Abatedouro da Escola Estadual Técnica Guaramano, o que dá a garantia de carne inspecionada.

A outra situação, relacionada ao PAA, gerenciado pela Cooguarani e que atualmente não está em vigor. Segundo informações obtidas na referida instituição, quando o PAA esteve em funcionamento os agricultores se organizavam para entregar os produtos cadastrados, sendo que em alguns casos onde houve prejuízo de produção devido à seca, por exemplo, os mesmos acabavam comprando de outros produtores ou até mesmo de supermercados a fim de cumprir com seu compromisso junto ao programa.

Estas considerações nos permitem perceber que apesar das demandas e de alternativas para a produção de alimentos, há um interesse muito restrito nesse segmento por parte dos agricultores do município de Guarani das Missões, bem como faltam estímulos ou políticas públicas locais direcionadas para estes empreendimentos. Some-se a isso o fato de que a educação não só no município, mas no Brasil como um todo, privilegiou as profissões “urbanas”, incutindo nos jovens a ideia de que o trabalho na agricultura é difícil, com pouco retorno e que,

portanto, ser empregado é uma boa opção já que no final do mês o salário é garantido.

Cabe aqui destacar o que Abramovay (2000) escreve sobre “inovação e território”:

se o meio rural representar aos olhos dos que o habitam – sobretudo os mais jovens – estagnação, conservadorismo e atraso, as chances de iniciativas inovadoras serão mínimas. É por isso que não se trata apenas de melhorar a escola rural ou de ampliar a realização de cursos profissionais, mas de modificar o conjunto do ambiente que se refere à aquisição e ao uso do conhecimento no meio rural. Se a formação for estritamente profissional e não estiver associada à permanente busca de oportunidades locais de desenvolvimento, o máximo que poderá acontecer é que a região se torne uma exportadora de mão-de-obra com formação um pouco melhor que a média.

Diante disso, impõe-se um dos pressupostos básicos para o desenvolvimento territorial rural, ou seja, a dinâmica de aprendizagem, de valorização das práticas produtivas e da cultura técnica locais que, ao que parece, ficaram esquecidas no tempo em nosso município. Aspectos como a identidade regional, um clima favorável ao espírito empreendedor, a existência de redes públicas e privadas ou a atração do meio ambiente cultural e natural aliadas a políticas públicas direcionadas para este fim poderiam resultar em projetos capazes de valorizar os atributos locais e regionais no processo de desenvolvimento.

3.2.1 Compreendendo as estratégias de reprodução socioeconômica dos agricultores familiares produtores de soja de Guarani das Missões

Considerando que a proposta de estudo sobre Guarani das Missões compreendia analisar a soja enquanto estratégia de reprodução socioeconômica dos agricultores familiares, foram realizadas entrevistas com 12 agricultores que representam a condição de qualquer agricultor do município, isto é, a condição de “produtor de soja”.

A partir das entrevistas realizadas traçamos um perfil e uma classificação do grupo, assim constituída:

- 1) Dois agricultores com curso superior completo: os entrevistados têm a idade de 37 e 53 anos, são casados, residem fora do estabelecimento, na região metropolitana de Porto Alegre. Em uma das propriedades mora a mãe do entrevistado, que já é aposentada, mas é o filho quem gerencia e decide os cultivos; na outra propriedade, há uma casa em que a família fica quando visita a propriedade, ficando aos cuidados dos cunhados que moram próximo na maior parte do ano, sendo o gerenciamento dos cultivos feito pelo proprietário. As propriedades têm áreas cultivadas entre 17 e 22 hectares.
- 2) Sete agricultores com ensino fundamental incompleto (geralmente os anos iniciais concluídos): os entrevistados apresentam idades entre 43 e 62 anos e todos moram na propriedade. Destes, um entrevistado é separado e a mãe mora junto; dois entrevistados têm filhos que são solteiros e residem junto com os pais; quatro entrevistados moram somente com a esposa, pois os filhos foram para a cidade ou outras cidades trabalhar ou já são casados. As propriedades tem áreas cultivadas entre 6 e 55 hectares.
- 3) Três agricultores com ensino médio completo: os entrevistados possuem idade entre 33 e 38 anos, casados, todos já possuem filhos (estes com idade entre 1 e 10 anos) e todos residem na propriedade, inclusive seus pais, porém em casas separadas. As propriedades têm áreas cultivadas entre 26 e 52 hectares.

3.2.1.1 Primeiro perfil

Optou-se por esta classificação, por ela apresentar pelo menos três situações distintas no município. A primeira delas se refere às pessoas que nasceram e cresceram no município, buscaram outra formação profissional e atualmente vivem em grandes centros urbanos. Estes, porém, apesar dos benefícios do “mundo urbano” almejam ao “conquistar” a aposentadoria retornar às raízes, tanto é que mensalmente e mais especificamente, nas épocas de plantio se deslocam até suas propriedades para acompanhar ou executar o trabalho. Um dos entrevistados cultiva somente a soja, enquanto que o outro, além da soja, planta milho e trigo. Sobre a soja assim se manifestam:

“pra mim soja é uma diversão [...] planto 100% soja [...] planto soja porque não tenho maquinário, pessoal aí tem maquinário, todo mundo tem maquinário [...] eu pago eles, tudo, tudo, tudo [...] o que me leva a plantar soja [...] eu gasto dois dias pra plantar e dois pra colher, dois a três dias, por ano e eu tenho meu troco [...] eu só estou aqui pelo fato de ter outras atividades [...] a soja, ela é feita para o grande produtor, o pequeninho não tá aguentando” (PS1, 53 anos).

“na verdade eu faço isso aqui porque eu gosto e é uma, pra mim, é uma renda extra, que nem esse ano que passou deu o que, das 15 hectares deu 750 sacos de soja, eu gastei [...] 280 sacos de soja, o resto me sobrou tudo [...] planto soja porque me dá um retorno mais rápido [...] milho pra rotação de cultura [...] como não tenho gado, o trigo é pra usar no inverno, pra não deixar ela (a terra) meio ano parado” (PS2, 37 anos).



Figura 6 – Propriedades de produtores de soja e outros produtos agrícolas.

Fonte: Arquivos pessoais da pesquisadora.

Org.: MARMILICZ, S.T.J.

Ambos veem na soja uma oportunidade de renda extra obtida em pouco tempo, o que segundo eles, foi facilitado após a introdução da soja transgênica. Consideram que seria difícil sobreviver somente da renda da lavoura, mas o fato de,

juntamente com suas esposas, desempenharem outras atividades torna possível também à realização desta. Como não residem na propriedade e por viver em grandes centros ponderam que qualidade de vida é poder produzir a carne de frango, de gado, de porco que sai “mais em conta” e que tem um sabor diferenciado ou simplesmente, “ter uma casa simples e poder entrar sujo dentro de casa”. Essa opção pela simplicidade, que muitos poderiam interpretar como “pobreza” é visível nas características de suas moradias (Figura 6). Demonstram o interesse em adquirir mais terras para continuar investindo em lavouras.

3.2.1.2 Segundo perfil

O segundo perfil corresponde aos agricultores que apresentam o grau de escolaridade menor e uma faixa etária que compreende pessoas já aposentadas ou faltando poucos anos para tal. Além da aposentadoria, há neste grupo um funcionário público, que também trabalha com hortifrutigranjeiros, produtores de leite e um fabricante de cachaça. Apenas duas famílias têm filhos jovens residindo junto, dos quais nenhum se dedica exclusivamente às atividades dos pais, embora os auxiliem quando possível. Com exceção de um caso em que o filho terminou o Ensino Médio, casou e continua, em parte, trabalhando com atividades agrícolas, porque também tem um trabalho no qual é assalariado, nas demais famílias os filhos ou já concluíram ou ainda estão cursando o Ensino Superior desempenhando atividades não agrícolas e há o caso de técnicos agrícolas formados no município que estão empregados em fazendas no Maranhão. Algumas das considerações feitas pelos agricultores sobre a opção pelo cultivo da soja e de outros produtos agrícolas:

“eu trabalhar não posso mais trabalhar agora (por causa de problemas de saúde) [...] é que eu pago pra fazer tudo, aí eu fico sentado [...] antigamente pra fazer 10 hectares tinha que ter um baita trator e hoje com um trator, qualquer trator, tu faz em um dia e depois tu fica o resto do ... parado, por isso não dá pra botar um capital muito grande. Mas eu acho melhor assim [...] aí o cara vai na roça só pra se entreter” (PS3, 58 anos).

“dá menos serviço, é mais fácil de trabalhar [...] com dois, três dias tu faz a lavoura, fica sentado, só vai pra lavoura quando precisar e a vaca é uma cadeia pro cara” (PS4, 53 anos).

“soja pra rotação de cultura [...] o milho é pra uso e também rotação [...] e pastagem é, porque também ele muda o ciclo de plantio né [...] assim ó, nessas 6 hectares ali eu planto aveia, ali embaixo tem onde tinha aveia de verão, ali eu vou largar duas vez e se foi o pasto e lá onde tinha soja eu já larguei umas quatro vez naquele pedaço por causa que ele muda de cultura né e aqui era aveia de verão e aveia de inverno e fica a mesma coisa, então ele não cresce assim como tu mudar de planta. Por que dá problema de doença no soja hoje? Quem planta só soja e soja e soja, porque falta mudar o cultivo, ele quebra o ciclo da planta, que ele acostuma, fica a doença, fica tudo [...] e o soja é assim, tu pega aquele dinheiro e já pauleia [...] e o leite tu tem aquele dinheiro pra luz, pro carro” (PS5, 46 anos).

“soja é pra rotação de cultura e menos serviço, só que daqui pra diante não vou plantar mais, vou plantar só milho e pastagem, que soja precisa muito veneno [...] sem maquinário não vale a pena [...] aí vamos ficar só com o milho pra consumo e pastagem, pro leite [...] deixar a soja pros grandes” (PS6, 62 anos).

“eu acho que não tem escolha, por exemplo, no soja, é o que se planta aqui, então, nós ia plantar o que? É tradição e é uma das culturas que se adaptam na região, no sistema da gente e não vou dizer que não dá dinheiro [...] quando produz, a soja dá muito dinheiro” (PS7, 58 anos).

“soja...pra rotação de cultura” (PS8, 55 anos).

“soja é melhor [...] dá menos serviço, eu sou sozinho e minha mãe com 70 anos vamos tirar leite ainda? Aí estamos perdidos [...] tu sabe né, quando dá bem dá, se o tempo não atrapalha” (PS9, 43 anos).

Os entrevistados são unânimes em considerar a soja um bom negócio, desde que o clima seja favorável. Além disso, destacam ser uma atividade na qual não necessitam trabalhar tanto, visto que despendem poucos dias do ano de trabalho efetivo. Geralmente, os agricultores que também trabalham com pecuária leiteira ou com hortifrutigranjeiros, dão bastante valor à soja por considera-la uma boa opção para a rotação de culturas. O técnico da Emater entrevistado corrobora a ideia de que a soja é um bom negócio, pois é uma cultura cujo investimento tem o retorno dobrado em seis meses e caso a safra enfrente problemas, tem o seguro que ameniza as perdas. Salienta, no entanto, que na pequena propriedade é uma alternativa interessante quando conjugada com outras atividades como a pecuária leiteira, a fruticultura, entre outras. Afirma que os agricultores que apresentam boas condições de vida no município são aqueles que estão utilizando esta forma de reprodução socioeconômica.

“a agricultura familiar né, ela não se viabiliza produzindo commodities [...] soja [...] só que assim, a gente não pode dizer que soja não é lucrativo. Se você pegar e plantar um hectare de soja, o teu custo de produção hoje é quinze sacos por hectare. Imagina, você colhe quarenta, uma expectativa

de quarenta te sobra vinte e cinco. Qual é a aplicação que em seis meses, você mais que dobra o capital? Não existe outra aplicação que te faça isso. Claro que você corre risco, mas tem seguro hoje [...] então assim, dizer que não é lucrativo Simoni, isso não. Na verdade, hoje é uma atividade lucrativa. Só que assim ó, viabiliza na pequena propriedade, quem planta dez hectares sobra 200 sacos, por exemplo, vezes cinquenta, dez mil, isso? Dividido por doze, não chega a fechar R\$ 1.000,00 (mil reais). A família vive com isso? [...] aí assim, tem outras oportunidades, se você tiver fruticultura, tiver leite. Por que que leite mesmo sendo uma commodity ela dá na pequena propriedade? Porque ela te permite escala, numa pequena área você consegue produzir muito...diferente do soja. O soja não te permite escala, tu tem uma sazonalidade e tu tem um limite técnico de produção, por mais que tu use a melhor tecnologia que tem. Agora assim, tem propriedades que tem leite e soja, o leite paga todas as contas, sobra um pouco de dinheiro do leite e sobra toda a lavoura. Aí sim, eles juntam mil sacos um ano, mais mil no outro e esses agricultores que não tem dívida que estão bem” (TE – Trabalho de Campo, Julho/2013).

Além do clima, o representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guarani das Missões assim pondera sobre os problemas enfrentados pelos agricultores familiares do município:

“[...] preços, má organização na produção, custos elevados para produzir, pragas em algumas culturas [...] deveriam estar organizados em associações ou cooperativismo” (RSTR – Trabalho de Campo, Agosto/2013).

Sobre as crescentes demandas por novas tecnologias, os agricultores manifestam a facilidade que existe atualmente em cultivar a soja, porém os custos elevados com a aquisição de tratores e equipamentos os obriga a contratar os serviços de terceiros. Apesar disso é tudo muito rápido e “assistir” ao processo de produção é algo prazeroso, bem como é prazeroso preparar a terra, ao contrário da atividade leiteira que exige mais trabalho, sendo considerada uma “cadeia” onde as pessoas ficam presas. Sobre esses aspectos, também a maioria dos agricultores afirma que a introdução dos transgênicos melhorou “a vida” de todos, embora alguns mencionem a resistência que certas ervas daninhas adquiriram, tornando-se de difícil eliminação e da desconfiança quanto a problemas que possam ocorrer com a saúde das pessoas.

“plantamos transgênico e é bom [...] como vamos ir contra se é tudo transgênico? [...] e é fácil porque com o transgênico tu economiza um eito, tu não precisa lavrar, não precisa gradear [...] não precisa um monte de gente, ficou prático [...] eu acho que os venenos que se usavam antes do

transgênico era pior do que agora, a gente esparramava uma trifluralina na terra e depois ia gradear pra incorporar, era aquela poeira tu chupando no nariz, é menos veneno do que antes” (PS4, 53 anos)

“umas parte melhorou, outras partes piorou, melhorou na carpida, mas aí tá acontecendo inços que não tem agora controle [...] tem coisas que nós não matemo mais, virou resistente ao glifosato, roundap né [...] agora pra controlar já temos que usar mais veneno né” (PS5, 46 anos).

“melhorou pras enxadas, não tinha como...agora, produção não [...] acho que até baixou” (PS6, 62 anos).

“mas eu acho que melhorou, não posso dizer então que pra saúde da gente [...] te facilita os trabalhos [...] plantar soja hoje não tem mais graça, não dá serviço, coisa mais fácil que tem é plantar soja [...] e o sol quente que teria que enfrentar, eu acho que é bom” (PS7, 58 anos).

“melhorou que limpou as roças [...] se não fosse o transgênico não ia plantar mais soja” (PS8, 55 anos).

Com relação à diminuição nos trabalhos relativos ao plantio proporcionados pelos transgênicos e ao fato de muitos agricultores não disporem seu tempo ocioso para a realização de atividades diversificadas, o técnico da Emater entende ser uma consequência, em grande medida, da própria questão cultural ou da formação do agricultor que se sente desqualificado a fazer qualquer outra coisa que não seja cultivar as commodities. Além de necessitar de mais trabalho, como citado no exemplo da horta, atividades diferentes daquelas às que os agricultores estão habituados demandam uma série de conhecimentos relacionados à produção, transformação, qualidade do produto, venda/mercado, transporte, custos, que não lhes são exigidos no cultivo de commodities, eis que já existe certo conhecimento em torno destas, que há um pacote tecnológico que permite sua aplicação sem maiores transtornos e cujo resultado é o alto retorno do capital investido.

“e isso entra a questão cultural, a formação do agricultor [...] eu acho que um dos maiores problemas nossos é a questão cultural e a própria resistência né, mas isso é também pelo tipo de atividade [...] pra colocar uma hectare de horta tu precisa dez pessoas pra trabalhar, tem que trabalhar dia inteiro, pra plantar um hectare de soja, tem um estudo da Emater que você gasta meio dia por ano, por hectare, uma pessoa meio dia por ano por hectare. Se você planta dez hectares você trabalha cinco dias no ano, e o resto do tempo? [...] soja é uma commodity que tem liquidez, que você compra o pacote e você não precisa correr atrás, tem alguém que sempre tá querendo comprar, já se tem um certo conhecimento integralizado de todos os agricultores, como produzir, tem uma tecnologia, um pacote tecnológico que eles simplesmente aplicam aquilo, não trabalham, não dá trabalho, dá um retorno de praticamente 100% do capital investido. Pra que coisa melhor que isso? (TE – Trabalho de Campo, Julho/2013).

Ideia semelhante é manifestada por RSTR. Para este entrevistado, em Guarani das Missões a modernização da agricultura atingiu diretamente os agricultores, contrastando com o seu saber tradicional e alterando a sua lógica de plantio. A referida modernização tornou os agricultores cada vez mais dependentes da aplicação de produtos químicos em suas terras e plantações, diante do esgotamento dos solos e do aumento da resistência às pragas.

“os agricultores iam acatando esta revolução do modelo tecnológico, deste pacote ou um kit para produzir, sementes geneticamente modificadas, insumos em grande quantidade e da mesma forma o acompanhamento de agrotóxicos, defensivos que é um uso indiscriminado. As consequências disto tudo, alto custo de produção, com exagero de agrotóxicos, consequências na saúde da população, contaminando os alimentos e o meio ambiente” (RSTR – Trabalho de Campo, Agosto/2013).

Pode-se inferir que a melhoria aludida pelos agricultores e que representa para eles menor tempo de trabalho, menos trabalho, praticidade e outras vantagens alardeadas, são consequência do que Schneider e Niederle (2008) denominam de processo de mercantilização, processo esse que tem promovido a crescente integração das famílias ao mercado. Segundo esses autores, o resultado disso é a redução considerável de sua autonomia, já que passam a depender da compra de insumos e ferramentas para produzir e da venda da produção para arrecadar dinheiro que lhes permita reiniciar e reproduzir o ciclo.

Sobre o fato de viverem e exercerem atividades agrícolas, apesar de alguns manifestarem ser esta uma vida sofrida, difícil, de um compromisso contínuo nos 365 dias do ano, no final das contas acabam por considerá-la boa, pois existe o acesso a inúmeros benefícios antigamente restritos aos espaços urbanos e não se veem fazendo atividades diferentes das que realizam atualmente. No entanto, em algumas das conversas foram mencionadas as constantes emigrações de jovens guaranienses devido a fatores como os altos preços das terras e a falta de alternativas tanto no campo quanto na cidade convertendo-se em certa insatisfação por verem os filhos ou os jovens, de um modo geral, indo para longe. Ao mesmo tempo tantos outros ficam satisfeitos por terem ajudado os filhos nos estudos e no encaminhamento de seus anseios, através da renda obtida com as atividades agropecuárias.

“ah pra mim é bom aqui, eu pra mim por enquanto tá loco de bom, queriam que eu fosse embora daqui, digo, mas eu não vou embora daqui enquanto...”

mas pode demorar sei lá quanto, querem me levar, digo não vou, que tá bom aqui por enquanto, me sinto bem” (PS3, 58 anos).

A esposa de PS3 menciona que esteve visitando os filhos no Maranhão por dois meses neste ano e que na ocasião havia ligado para PS3 pedindo que vendesse a propriedade e fosse para lá. Manifesta o desejo de viver perto dos filhos, mas não discorda do marido quando o mesmo declara que viverá em sua propriedade “até o fim da vida”. Pode-se constatar que o casal dispõe, além da renda da aposentadoria, uma propriedade organizada que lhes permite se sentirem bem em sua propriedade (Figura 7).



Figura 7 – Propriedade cuja renda provém da produção de soja, outros produtos agrícolas e aposentadoria.

Fonte: Arquivos pessoais da pesquisadora.

Org.: MARMILICZ, S.T.J.

A preocupação com as instabilidades climáticas é um dos principais motivos de desânimo entre os agricultores, já que a maior parte das terras do município é apta às atividades agrícolas:

“é a tal da coisa, horas te anima, horas te desanima [...] mas acho que tá bom [...] porque uma coisa que nos preocupa então é o clima né, que se tu tivesse assim, eu vou plantar eu vou colher, não talvez tão bem, mas eu vou colher por exemplo soja, eu vou plantar e vou colher 35 sacos por hectare eu acho que estaria bom. Hoje, o que tem na cidade que tu não tem aqui? Sei lá, o asfalto na porta da casa, o mercado na porta da casa, então isso a gente não tem aqui, tu tem luz elétrica, tu tem água encanada, tu tem ar condicionado, tu tem carro né? Mas pra tudo tem que trabalhar, tem dívidas também, mas na cidade também [...] o plantio direto, o transgênico, facilitou a nossa vida aqui na roça. Se hoje nós tivesse que passar o que a gente passava em cima desse tratorzinho [...] dia e noite em cima do tratorzinho, gradeando, plantando, o sol não era tão quente naquela época, mas a gente trabalhava” (PS7, 58 anos).

Apesar da relativa preocupação com as instabilidades climáticas PS7 considera sua vida no meio rural tão boa quanto a de quem vive na cidade, pois dispõe de diversos recursos e comodidade em sua propriedade. Demonstra satisfação por seus filhos estarem encaminhados, dois já com curso superior completo e uma filha cursando o Ensino Superior. A reorganização da propriedade com melhorias na habitação da família é para eles um orgulho, que foi conquistado em grande medida com a renda obtida com a comercialização da cachaça por eles produzida (Figura 8).



Figura 8 – Propriedade cuja renda provém da produção de soja, outros produtos agrícolas e agroindústria de cachaça.

Fonte: Arquivos pessoais da pesquisadora.

Org.: MARMILICZ, S.T.J.

Embora se utilizando de outras palavras, PS4 também dá a entender que se o clima não colabora o resultado é ruim e, conseqüentemente, o ano torna-se mais longo porque a renda torna-se insuficiente para atender a todas as necessidades da família. Alega não ter outra alternativa a não ser “aguentar”, considerando que esta é sua profissão e é o que sabe efetivamente fazer. Por outro lado, quando o clima e demais condições favorecem uma boa colheita, todos estão bem.

“temo que aguentar [...] quando deu bem temo bem, quando deu mal, passemos igual, meio seco, mas passemos, a profissão nossa é essa aí né, deu não deu temo que aguentar” (PS4, 53 anos).

Neste momento da conversa, a mãe de PS4 alega que o governo não está ajudando os jovens a se manterem no meio rural e que os preços das terras estão muito elevados. Deste modo conclui que não há jovem que tenha condições de assumir dívidas e que há muitos jovens da região se dirigindo para outras mais dinâmicas, nas quais têm acesso a um trabalho que lhes garante um salário no final do mês e não apenas no final do ano, como é o caso deles, em que correm o risco de a safra não ser a mais satisfatória. Assim, constata-se que uma tendência sentida pelos próprios agricultores é a de que num futuro não muito distante a atual estrutura das propriedades se modificará, ou seja, conforme as palavras da mãe de PS4 “o grande engole os pequenos”. O resultado disso são agricultores familiares desfazendo-se de suas propriedades e contribuindo para que os grandes produtores se apropriem cada vez mais das áreas agricultáveis.

Na mesma direção se manifesta PS5, reforçando por sua vez, que o que mais dificulta a vida na agricultura são os altos custos despendidos para a produção de qualquer um dos produtos, seja o leite, seja a soja:

“sofrida [...] a agricultura é sofrida [...] assim, numa parte é boa, porque vai a hora que quer, volta a hora que quer, mas tem... o tal de leite é cada dia, é 365 dias [...] se o sol não queima ainda que dá soja [...] assim ó, esse ano o preço tá bom, mas só a parte de insumo [...] que é meio alto, os impostos são muito caro das coisas né, diesel, desde adubo [...] assim na parte de financiamento é bom mas, só que o custo é muito alto pra hoje nós produzir qualquer coisa” (PS5, 46 anos).

O fato de não possuírem grandes áreas de terra é considerada pela família de PS5 um empecilho à ampliação da atividade leiteira que atualmente constitui a principal fonte de renda. Refere como de grande importância a manutenção de áreas de preservação de matas, especialmente ao longo do riacho que passa por sua propriedade. Lembra que quando era criança a ideia que era passada era a de que as árvores não tinham que estar ali, deviam ser cortadas, mas aduz que se deve ter a consciência da preservação, pois não será a retirada dos poucos metros de mata ciliar ou a drenagem das áreas úmidas que irá resolver ou ampliar as áreas utilizadas para a agricultura ou pecuária a esse ponto (Figura 9).



Figura 9 – Propriedade cuja renda provém da produção de soja, outros produtos agrícolas e leite

Fonte: Arquivos pessoais da pesquisadora.

Org.: MARMILICZ, S.T.J.

Embora expresse que considera boa a vida que tem, juntamente com sua esposa, PS8 chama a atenção para problemas de saúde:

“pra nós viver tá bem [...] nem que a saúde tá meio gasta, mas assim tá bom o resto” (PS8, 55 anos).



Figura 10 – Propriedade cuja renda provém da produção de soja, outros produtos agrícolas, hortifrutigranjeiros, aposentadoria e salário decorrente de emprego público.

Fonte: Arquivos pessoais da pesquisadora.

Org.: MARMILICZ, S.T.J.

Os problemas de saúde mencionados são associados ao cultivo de soja e demais produtos agrícolas numa época em que ainda não havia a mecanização, ou seja, toda a família independentemente da idade ajudava no plantio e na colheita manual, repercutindo principalmente em doenças na coluna.

Reiterando a ideia de que vivem bem “fazendo o que fazem”, a esposa de PS8 declara que trabalhar com a produção de hortaliças é uma terapia para ela, que é quem realiza a maior parte do cultivo e cuidados com as hortas (Figura 10). O entrevistado PS8, que também é funcionário público, é responsável por fazer as entregas que na atualidade são restritas a dois mercados, um em Guarani das Missões e outro em Cerro Largo. Justificam ainda que a renda obtida é boa, que a vida melhorou após reduzirem a quantidade da produção que antes exigia a contratação de mão-de-obra, sendo que esta havia se tornado um problema, pois é praticamente inexistente. Saliendam que poderiam produzir muito mais diante da proposta de uma empresa do município de Cerro Largo para produção de uma série de alimentos, já que a mesma oferta refeições diárias a mais de 300 funcionários, mas que não tem condições de assumir tal compromisso pelas dificuldades já mencionadas.

3.2.1.3 Terceiro perfil

A terceira classificação diz respeito ao grupo de agricultores mais jovens e que chegaram a concluir o Ensino Médio. Vivem na mesma propriedade que os pais que já são aposentados e apesar de plantar a soja e outros produtos agrícolas, não é mais a soja quem orienta suas vidas, como ocorria no passado, quando as propriedades eram gerenciadas exclusivamente pelos pais. Se percebe, especialmente nos casos em que há uma diversificação, seja com o leite, com a agroindústria ou com hortifrutigranjeiros, que a soja é uma boa alternativa para a rotação de cultura, permitindo uma rentabilidade que isoladamente não manteria as famílias e também ideias mais abertas a mudanças e desafios. Ao responder sobre o que justifica a escolha pelo cultivo dos produtos em suas propriedades respondem:

“gostar, primeira coisa né. Eu só faço o que eu gosto né e assim, é uma alternativa, é uma renda boa, tudo o que a gente faz tem uma rendinha, o que não tem renda tem seguro e aqui na questão das horta, ali não tem muita perca. Sabe, isso é uma coisa que recupera rápido e o leite também tipo assim, dá uma estiagem uma coisa assim, a hora que choveu já a grama recupera e a perca é menor do que uma cultura anual, anual só vai recuperar no próximo. Então justifica isso, por gostar, ter uma renda boa, ter mercado” (PS10, 35 anos).

Há muita segurança nas palavras de PS10. Afirma veementemente gostar do que faz e isso se traduz na alegria com que fala de tudo o que produz. E isso não se resume ao entrevistado.



Figura 11 – Propriedade cuja renda provém da produção de soja, outros produtos agrícolas, leite, hortifrutigranjeiros e aposentadorias

Fonte: Arquivos pessoais da pesquisadora.

Org.: MARMILICZ, S.T.J.

No momento em que conversávamos a esposa de PS10 preparava amostras de solo para análise (Figura 11), enquanto seus pais nos acompanhavam, manifestando suas opiniões e confirmando com a mesma certeza e alegria a opção por trabalharem neste segmento da economia. De certo modo, os pais de PS10 demonstram a insatisfação de que seu outro filho tenha preferido estudar ao invés de permanecer na lavoura, mas aceitam a escolha do mesmo, que atualmente vive no município de Caxias do Sul – RS, trabalhando como engenheiro mecânico.

A mesma satisfação em fazer o que gosta é demonstrada por PS11, que associa a opção por cultivar a soja e outros produtos agrícolas à necessidade de recuperar o solo, que segundo o próprio estaria bastante degradado:

“melhorar o solo [...] e outra que eu gosto. Prefiro dez vezes mexer com lavoura do que outras coisas [...] não é tanto por lucro, por gostar. E claro que tem que sempre visar ter lucro, a gente investe faz os trato tudo o que precisa mas plantando tu vai melhorando o solo, as áreas de terra aqui

eram bem degradadas, fraca, então a gente tá tentando, tá chegando num ponto melhor” (PS11, 33 anos).

Mesmo manifestando que “mexer com a lavoura” não ocorra tanto por lucro, PS11 considera importante visar o lucro, pois é a partir dele que são dadas as condições necessárias para continuar investindo na propriedade. PS12, por sua vez, justifica o plantio da soja como uma opção necessária para não deixar parte da lavoura ociosa, já que a propriedade é mantida predominantemente pela pecuária leiteira.

“o soja hoje seria por uma sobra de terra que não necessita toda a lavoura pra pastagem [...] tipo rotação de cultura, tipo pastagem é dois anos num lugar, milho 2 anos, soja 2 anos. Daí tira a pastagem bota o soja, tira a pastagem daqui bota onde tinha milho porque daí já tá inçado, porque onde tu planta milho sempre vai inçando [...] tipo pequena propriedade o soja não mantém [...] hoje nós mantemos a propriedade bem dizer, pelas vacas e o soja vem em segundo, o milho em terceiro pra tratar as vacas” (PS12, 38 anos).

Perguntado sobre a introdução dos transgênicos, do mesmo modo que os outros dois grupos responderam, consideram que houve melhorias em aspectos como a facilidade de plantar e de limpar as lavouras, a necessidade de menos tempo para executar os serviços, bem como de menos mão-de-obra, a qual é bastante escassa. Também indicaram problemas como a resistência de ervas e outras plantas e a necessidade de realizar mais rotação de cultura em função do transgênico. Estiveram presentes em algumas conversas a preocupação com o futuro das novas gerações e a facilidade e rapidez com que essas novas tecnologias vem sendo introduzidas no dia-a-dia dos agricultores (e com elas alguns problemas que antes não existiam ou eram mínimos), mesmo que nem sempre sejam testadas ou que tenham a devida comprovação de não causar malefícios ao ser humano.

“eu acho que no geral ficou na mesma, que melhorou assim facilitou um pouco, mas também trouxe os problemas [...] tem que manejar bem, tem que tomar um certo cuidado, porque tipo assim, dá bastante problema, tem que trabalhar bastante a rotação de cultura, que dá bastante resistência, de ervas, de plantas, coisas assim [...] ele funciona assim, mas tem que tomar bastante cuidado, porque se começar a insistir muito na monocultura, olha vira um problema né. Então tem certos cuidados que acabou, que antes no convencional não eram tão necessários [...] em partes piorou, em partes melhorou, como tem os dois lados da moeda [...] facilitou porque tu hoje senta num trator e faz tudo [...] tá saindo uns estudo que tá deixando a gente de cabelo de pé [...] a questão do câncer [...] a gente no fim se preocupa. Então no milho a gente usa 50% transgenia [...] e 50% usa o comum também. Mas aí eu não sei também o porquê cada vez tá invadindo

mais pragas, o comum tá ficando complicado de conviver com (os problemas que vieram com os transgênicos) [...] o humano vai ser a vítima maior disso, porque a ciência tá avançando assim, eu acho que sem medir as consequências [...] é bom, a gente acha bonito ver a evolução tudo né, só que os efeitos, vai saber [...] e as nossas gerações, coitados, o que vai ser deles [...] foi de vereda né [...] quando surgiu o soja transgênico foi demorado né, e assim aqui questão de 1, 2 anos liberaram o milho transgênico, daí já tinha pra secante, daí pra uma lagarta, depois pra três lagartas, agora pra sete tipo de lagarta já tão falando, então é de vereda né” (PS10, 35 anos).

Da mesma forma que demonstra alegria no que faz, PS10 demonstra sua preocupação em torno das consequências do uso dos transgênicos. Ao mesmo tempo em que alude certa melhora, chama a atenção para problemas que atribui à introdução dos transgênicos como a necessidade de conhecimento para o manejo adequado e estudos associando os transgênicos a casos de câncer. Quanto à rápida expansão dos cultivos transgênicos pelo país mencionada por PS10, Castro (2008) alega que a explicação não pode ser atribuída apenas pela eficiência da nova tecnologia (que ainda provoca diversas controvérsias), mas também pelos arranjos econômicos, políticos, sociais e institucionais assumidos durante este processo. A autora destaca que foram três os principais responsáveis por esta difusão: a própria transnacional detentora da tecnologia (Monsanto), os agricultores que se sentiam inocentados pelas supostas vantagens da produção ilegal quando das primeiras apreensões no Estado do RS no ano de 1998 e o governo, que omissos às decisões judiciais, não fiscalizou a produção à época.

A visão de que os transgênicos melhoraram a vida do agricultor também é compartilhada por PS11, especialmente no que tange a limpeza das lavouras e a praticidade em cultivá-las. Acredita que os produtos transgênicos não sejam tão bons quanto os convencionais em função da quantia de veneno que é aplicada nestas plantações, mas considera que não há outra alternativa porque não existe distinção entre um ou outro produto, ou seja, não há no município um mercado específico que adquira os cultivos convencionais que exigem do agricultor práticas menos invasivas de contaminação do ar, solo, águas e alimentos que reflitam em valorização monetária por esta opção. Além disso, a falta de mão-de-obra indispensável nos casos de cultivo convencional os inviabiliza em grande medida. Sobre tais aspectos cabe ressaltar que as empresas detentoras dessa tecnologia penetram de tal modo nos principais mercados produtores, como o de soja e milho, que acabam por restringir a escolha dos consumidores pelo lado da oferta e impede-

os de optar pelo consumo de organismos transgênicos ou convencionais. Isso ocorre porque estas empresas contam com um sólido aparato legal de defesa de patentes, acordos e fiscalização de agricultores, que lhes garante grande poder de coação e econômico.

“melhorou porque consegue produzir um pouco mais prático, mais área tu consegue plantar, mas em termos de produção, por facilidade de limpar a área de lavoura, facilita bastante mas, não sei, produção o convencional produzia mais. E outra que eu acho, produto transgênico não é tão bom como o convencional, porque a quantia de veneno que tu joga em cima. Eu se tivesse condições e fosse valorizar melhor o convencional, plantaria o convencional, mas hoje não existe uma diferença muito boa em mercado quem planta o convencional. Cara pequeno, tinha que se organizar, tantos produtores vão plantar convencional e vão vender separado, aí se tivesse um mercado separado até dava. Hoje não existe uma valorização pra quem planta o convencional e é mais difícil, tem que carpir e aí quem que vai carpir, não tem mão-de-obra. Tu entra com o transgênico por várias vantagens” (PS11, 33 anos).

O discurso de PS12 demonstra sua inequívoca opção pela utilização de transgênicos diante das “maravilhas” por eles proporcionadas. A forma como verbaliza e justifica o uso dos transgênicos convence até os mais céticos dos benefícios que a agricultura alcança com esta tecnologia, especialmente em se tratando da quantia de veneno que, segundo PS12, é menor em função das toxinas que a própria planta produz e que repele os insetos. Como se percebe, nesta situação, a opinião de PS12 diverge totalmente daquela propalada por PS10 e PS11, sendo possível concluir que a eficácia nas estratégias de marketing disseminadas por empresas como a Monsanto tem permitido às mesmas atingir todos os preceitos necessários à difusão desta tecnologia, independente dos estudos realizados e da porcentagem dos ganhos. Isso tem sido possível, segundo Castro (2008), porque os agricultores brasileiros já mantinham uma relação de confiança com a Monsanto, pois conheciam e compravam há anos os seus produtos, entre eles o dessecante a base de glifosato, amplamente utilizado nas lavouras e perfeitamente adaptável à técnica do plantio direto, muito utilizado no país.

“pra mim o transgênico hoje melhorou bastante [...] isso veio beneficiar, porque tu compra um milho transgênico de lagarta, tu hoje não precisa passar 3, 4 vezes o veneno né, tu economiza ali né. Tu economiza e outra, imagina tu passar cada 8 dias veneno na roça, pra ti também fica melhor [...] tu não tem muita economia em valor, mas sim no uso, porque tu compra o milho ele já vem resistente, então o milho não vai passar pro ar o veneno

que ele tem né, que ele tem tipo uma toxina, por isso que o inseto não vem. [...] se ela não é resistente, no dessecar tu já tem que botar o veneno, tu desseca, bota o veneno, ele nasceu o milhozinho com 8 dias tu tem que passar o veneno, ele cresceu mais um portezinho, porque o veneno só dura 15 dias, mais que 15 não dura, ele largou a folha nova o veneno se foi. Então diria que há cada 10 dias teria que passar veneno, então tu imagina até o milho ficar assim num porte quanto veneno tem que passar, é ruim pra ti como é ruim pros outros também. Então tu compra um milho transgênico que é caro, é caro, mas tu tem esse que tu não passa o veneno no ar né, tu não larga veneno no ar. Essa é a vantagem” (PS12, 38 anos).

Um trabalho recente de Melgarejo, Ferraz e Fernandes (2013) indica que a suposta redução de agrotóxicos sobre as lavouras não se sustenta já que só no Brasil existem atualmente sete casos de espécies tolerantes ao glifosato, o que tem conduzido a uma substantiva ampliação no uso de agrotóxicos e ao redirecionamento para que as plantas geneticamente modificadas e que tem por característica a tecnologia (Ht) que as torna tolerante a herbicidas, possam e venham admitir herbicidas com altas doses de toxicidade. Além disso, muitas destas plantas geneticamente modificadas têm se tornado invasoras comprometendo o cultivo de outras plantas geneticamente modificadas. As consequências imediatas são a elevação dos custos de produção e a redução na qualidade dos produtos, diante da presença de resíduos tóxicos nos mesmos.

Da mesma forma, os resultados das tecnologias (Bt) que envolvem a produção de plantas-inseticidas, também têm se mostrado insatisfatórios. Nesse caso, os registros de surgimento de pragas resistentes e de emergência de pragas secundárias acarretam a redução na rentabilidade das explorações pelo incremento nos custos dos agrotóxicos, situação que por vezes pode ser agravada pela indisponibilidade de inseticidas e formas de tratamento eficazes.

Algumas das referências que os agricultores fazem a respeito da transgenia, em particular da soja, é confirmada por estudos anteriores e que tratam dessa questão. No caso do aumento na produtividade que alguns aludem, Korb, Gasparini e Mendonça (2012) afirmam que não é uma situação atribuível diretamente à transgenia, pois as variedades de soja transgênicas presentes no mercado até o momento apenas propiciam a resistência da soja a determinados herbicidas e pragas. Vieira et al (2008) justificam, igualmente, que o aumento na produtividade ocorreu, principalmente, pela busca de genótipos com alta qualidade produtiva e adaptativa às diferentes condições edafoclimáticas do Brasil, e com o uso expressivo de fertilizantes químicos. Além disso, confirmam que o aumento da

produção decorrente desse melhoramento diminuiu a resistência das plantas às doenças, e aumentou a resistência das “pragas” e “ervas daninhas”, exigindo o uso intensivo de defensivos agrícolas.

Fatores como a qualificação técnica dos agricultores e os investimentos em tecnologias de conservação dos solos, como o plantio direto na palha, que além de evitar a erosão incrementa nitrogênio no solo e aumenta a microbiota (PEREIRA et al, 2007) contribuíram para que houvesse o incremento da produtividade muitas vezes atribuído exclusivamente à transgenia. Esses mesmos autores apontam que parte da estratégia imperial praticada pelas empresas transnacionais abarca o denominado “dirigismo científico-tecnológico”. Por esta estratégia são determinadas as matérias que devem ou não ser pesquisadas sendo que os possíveis riscos dos alimentos transgênicos não estão entre os assuntos que recebem incentivos e financiamento para as pesquisas, o que, por vezes, afasta os pesquisadores de seus reais propósitos e intenções.

No que se refere à descrição que fazem em torno de suas vidas e de suas famílias considerando as atividades econômicas que exercem, todos têm uma visão otimista, seja em termos de melhorias financeiras, seja na liberdade e nas vantagens que desfrutam por viver no meio rural, em contato com a natureza, no bem estar em realizar as coisas com prazer.

“a gente faz porque gosta, faz com prazer [...] a gente gosta pelo seguinte, porque a gente tá direto com a natureza, tipo assim, tu tá indo pra roça, tá voltando, apanha uma laranja, uma bergamota, uma fruta e vai comendo, é direto coma natureza, uma coisa que pra nós não tem preço. Porque tu vai em qualquer lugar tu tem que comprar o que precisa e tem as suas dificuldades e é trabalhoso tudo. Mas a gente tá livre, tá livre de horários, tá livre [...] quanto mais a gente sai, eu não fui muito, fui até São Paulo só, Argentina, Paraguai, esses lugares aí, quanto mais a gente sai e vai pra cidade mais eu volto gostando daqui, porque é uma coisa assim que não tem preço uma coisa que a gente faz e outra, produzir alimento eu acho que é o maior, sei lá, eu acho que é uma coisa muito importante [...] então claro que tem que ter incentivo, um pouco tá faltando alguma coisinha de repente incentivo, mas assim, eu acho que não adianta incentivar, jogar dinheiro, incentivar se o pessoal não gosta, não quer ou [...] o incentivo tinha que ser na mentalidade das pessoas, sei lá” (PS10, 35 anos).

O relato que PS10 faz demonstra que parte da produção é destinada para o consumo interno, havendo a determinação em permanecer na terra e em manter sua autonomia. Se observa que o meio ambiente não representa para PS10 somente a base e o entorno de sua estrutura de produção, mas de acordo com Salamoni e

Gerardi (2001) é uma dimensão abrangente, relacionada à totalidade da vida do agricultor e fundamento da lógica de reprodução social da família.

“é uma atividade que a gente faz por gostar e poderia estar trabalhando de técnico em fazendas, mas eu gosto do trabalho [...] no geral, se tu for ver, 5% a 10% ficam na agricultura [...] eu acho que é pouco incentivo pra juventude, vida mais fácil na cidade, não se judia tanto, menos trabalho, mais divertido, sei lá o que que é [...] mas dá [...] se organiza uma produção de leite cada mês tu vai ter seu dinheiro, mas exige mais da pessoa [...] planto umas áreas de soja porque gosto e porque dá um pouco de lucro, mas não é muita coisa. Vou me estruturar mais na agroindústria e no leite, garantir uma renda mensal e deu. Tem meios, vish! [...] se tu quiser tu faz um monte de funções ali, a agroindústria [...] querer agregar renda em qualquer atividade tu consegue [...] é um trabalho de oito anos que tô mexendo, mexendo [...] claro eu tenho um monte de conta pra pagar [...] se eu não tivesse nenhuma conta eu tava por cima do charque [...] eu tenho uma visão boa, não tenho uma visão de parar ou dizer, ah eu não quero mais a agricultura, eu não. Pagando minhas conta eu sei que aqui dá e eu vou bem na vida” (PS11, 33 anos).

A descrição de PS11 sobre sua vida e de sua família se trata, antes de qualquer coisa, em conquistas resultantes da resistência e da capacidade de iniciativa deles próprios, o que se observa na diversidade de atividades que realizam para garantir sua reprodução socioeconômica (Figura 12).



Figura 12 – Propriedade cuja renda provém da produção de soja, outros produtos agrícolas, leite, agroindústria de melado e aposentadoria

Fonte: Arquivos pessoais da pesquisadora.

Org.: MARMILICZ, S.T.J.

Ao abordar o ínfimo percentual de jovens que permanece no meio rural, PS11 traz à baila um assunto tratado por Abramovay (2005) e que indica num primeiro momento que a grande maioria dos jovens (em um estudo realizado em SC) não pretende seguir a profissão dos pais. Num segundo momento, Abramovay (2005) avalia que uma política de desenvolvimento rural voltada para a juventude não pode limitar-se à agricultura, pois os futuros agricultores serão cada vez mais pluriativos. Significa dizer que há uma tendência para a combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família. De acordo com Schneider (2005) a emergência da pluriatividade ocorre em situações em que os membros que compõem as famílias domiciliadas nos espaços rurais combinam a atividade agrícola com outras formas de ocupação em atividades não-agrícolas. Assim, ao considerar que suas rendas dependerão da agricultura, mas também de outras atividades, dever-se-ia promover um ambiente que estimulasse a formulação de projetos inovadores que façam do meio rural, para os jovens, não uma fatalidade, mas uma opção de vida. Foi o que ocorreu com PS11. Sua opção de vida poderia ter sido igual a de muitos jovens que, como ele, chegaram a concluir a formação de técnico em agropecuária e resolveram fazer suas vidas em outras paragens. Mas é ali, na propriedade dos pais, que PS11 está construindo e reconstruindo sua história, de forma inovadora e empreendedora, apesar das dificuldades.

A valorização de seu lugar de vida, da reprodução socioeconômica de sua família é apresentada por PS12 como uma satisfação ao ver a propriedade melhor organizada (Figura 13).

“Há dois, três anos atrás ia dizer ‘meu Deus perder um dia pra cortar grama?’ [...] hoje não, hoje plantemo coqueiro e flor lá em cima né, plantemo um carrero até de timbaúva [...] Com esse ‘de olho na propriedade’ a gente tá pensando bem diferente, que a gente antes olhava uma propriedade de quem é caprichoso, tu olhava e achava bonito mas tu não fazia em casa, achava bonito lá, mas tinha preguiça de fazer em casa, como tem muitos que acham que é não dar valor, que isso não te recompensa” (PS12, 38 anos).

Este novo olhar mencionado por PS12 não só para a propriedade mas às atividades econômicas da família é atribuído ao programa de capacitação do qual participam. Esta ideia corrobora que mais importante do que o aprendizado de

técnicas agrônômicas são, de acordo com Abramovay (2005), os conhecimentos de gestão, contabilidade e funcionamento de mercados.



Figura 13 – Propriedade cuja renda provém da produção de soja, outros produtos agrícolas, leite e aposentadoria

Fonte: Arquivos pessoais da pesquisadora.

Org.: MARMILICZ, S.T.J.

Como se pode constatar, no meio rural, não basta a inserção do agricultor familiar aos padrões tecnológicos, nem tampouco elevação de sua renda, para identificar melhorias na “qualidade de vida”. É preciso repensar as relações do homem com o meio ambiente, espaço que é finito e determinante nos vários sistemas de produção agropecuários. Em certa medida, a reprodução social do agricultor familiar está dependente da preservação ambiental e embora muita coisa ainda não venha sendo colocada em prática, essa tem sido uma preocupação notada nas propriedades em que ocorre uma maior diversificação de atividades e também entre os mais jovens.

Em vários momentos, PS11, 33 anos, o mais jovem dos entrevistados relata os conhecimentos adquiridos junto ao curso técnico em agropecuária, as dificuldades e as perspectivas que vislumbra sobre a vida na agropecuária:

“a gente adquiriu conhecimento aos poucos, um pouco no curso técnico, mas ali foi pouquinho coisa [...] na época, eu ia lá pra Goiás trabalhar na SLC, Jhon Deere [...] daí foi ali com o professor L.C. , que disse: mas faz em casa e coisa e tal, pode desenvolver aqui. Claro, só que não é moleza,

propriedade sem muita estrutura e coisa e tal, tava organizada pra produzir soja e coisa e um pouco de leite, e nem estrutura boa pra isso não tinha. Então a gente entrou nessa né, mas só que não é fácil. Então, muitos não encaram quando veem que tem um obstáculo grande pra tu encarar ali, pra mexer com toda a propriedade né. É tipo uma empresa, tem que mexer em tudo que ponta, daí o cara pensa vou trabalhar de empregado, ganhar meu salário e não vou me incomodar. Porque o cara boboeu, uma, duas, o cara se quebra, é bem fácil se quebrar hoje em dia. Tu não ter um pouco de crédito pra ajudar umas horas, tu tá quebrado. Só que o que dá, dá. Hoje em dia tem o seguro, tu financia a lavoura, se não produziu, o seguro te tira o custo, te devolve, até dá um dinheiro por cima. Tá melhor, hoje em dia tá beleza. Antigamente não tinha isso. O pai eu me lembro, plantava, não colhia, perdia tudo e viver como e manter uma propriedade? Hoje em dia tá bem melhor” (PS11, 33 anos).

Sobre a aquisição de conhecimentos o entrevistado PS12 deixa transparecer a importância de mudanças de atitude em sua propriedade a partir da capacitação recebida dentro do projeto PISA. O PISA (Programa de Produção Integrada de Sistemas Agropecuários em Microbacias Hidrográficas), inicialmente um programa do governo Federal, conta desde 2011 com a expertise do Sebrae/RS, que reuniu esforços com a Farsul e o Senar/RS e que, entre outros objetivos, visa a capacitação de proprietários rurais para uma gestão eficiente, redução dos custos, aumento da produtividade, diminuição dos impactos ambientais.

3.2.1.4 O cooperativismo, a assistência técnica e o crédito agrícola nas atividades agropecuárias em Guarani das Missões – RS.

Os relatos e a caracterização dos perfis dos agricultores familiares em Guarani das Missões nos permitem não prever, mas imaginar situações futuras, possíveis de ocorrer nas propriedades de pequeno porte do município e com isso, pensar mecanismos que garantam a reprodução socioeconômica dos agricultores compatível com o que se pensa atualmente sobre o desenvolvimento rural sustentável. Sobre as propriedades e seus atores podemos supor:

- 1) Propriedades onde se desenvolvem monocultivos custeados principalmente por atividades não agrícolas;
- 2) Propriedades onde se desenvolvem monocultivos associados a alguma outra atividade (diversificação) em que o casal de agricultores aguarda a

aposentadoria para decidir se permanecem no meio rural ou vão viver na cidade;

- 3) Propriedades onde se desenvolvem monocultivos associados a alguma outra atividade (diversificação) em que há jovens ou crianças na família.

Sobre tais situações os próprios agricultores emitem sua opinião: “o incentivo tinha que ser na mentalidade das pessoas”. Certas circunstâncias são praticamente consolidadas: o médico, o advogado ou o empresário que investem parte de seus capitais para obter uma renda extra na agricultura e que veem nessa atividade uma possibilidade de lazer ou hobby e os agricultores que por terem vivido as diferentes fases da “sojização” amargam problemas de saúde e incertezas financeiras quanto à continuidade das atividades agrícolas e julgam ter na cidade o amparo por vezes mais difícil ao que teriam na área rural, mesmo porque os filhos não estão por perto para o fazê-lo. Uma das circunstâncias, no entanto, está aberta às possibilidades que pudermos dar a ela. Tratar-se-ia aqui de possibilitar às crianças e ao jovem que ainda vive no meio rural ter uma perspectiva, uma visão diversa a que está instituída e que criou ao longo dos anos “uma mentalidade” na qual viver na “roça não dá mais”.

Não se pode deixar de mencionar, no entanto, que houveram alguns avanços. Dentre os avanços podemos considerar o acesso a linhas de crédito que tem facilitado à manutenção e especialmente a ampliação das atividades agropecuárias. Considerando que 100% dos entrevistados manifestou a utilização de recursos do PRONAF se pode afirmar que esta constitui uma importante política pública já que visa, basicamente, financiar e fortalecer as atividades produtivas principais dos agricultores familiares, mas, também, a produção para consumo de alimentos das famílias. Apesar disso, o fato de fortalecer as atividades produtivas principais dos agricultores pode estar de certo modo fazendo uma associação positiva entre a presença do PRONAF e o aumento da erosão, da frequência no uso de agrotóxicos e da utilização preferencial pela adubação química, contribuindo para a difusão de um “pacote tecnológico produtivista”, sem um controle associado dos possíveis danos ambientais que podem resultar do seu uso intensivo.

Sobre isso, é pertinente mencionar que, é de extrema importância o papel da assistência técnica ao criar novas possibilidades de resgate dos conhecimentos locais e de participação consciente nas mudanças necessárias nos níveis político, social, ambiental, econômico, cultural e ético. Esta, no entanto, é uma premissa da

assistência técnica e extensão rural pública que nem sempre consegue atender à demanda existente diante do exíguo número de técnicos e demais recursos indispensáveis ao exercício de tais tarefas.

Em relação ao PRONAF o entrevistado do escritório municipal da EMATER/RS, destaca que:

Proagro Mais [...] tem um que encaminhou no nome de quatro. Aí você pega assim [...] cada um se der Proagro cada um recebe sete mil, são vinte e oito mil, às vezes é muito mais do que ele iria colher lá. Então a própria política pública estimula a fazer isso (TE – Trabalho de Campo, Agosto/2013).

Ao mesmo tempo em que se avalia como positivo o acesso dos agricultores às políticas públicas como o PRONAF, sua vinculação à existência do Proagro Mais – que cobre o financiamento da produção e apoia financeiramente o agricultor até a próxima safra – tem induzido os produtores, segundo o técnico da Emater, a financiar a produção no nome de diversas pessoas da família e a não buscar alternativas, considerando que essa prática pode ser mais lucrativa que a própria produção. Assim, a própria política pública, quando é mal conduzida reforça a ideia de que os agricultores devem continuar plantando a soja e o milho, por exemplo, se importando pouco com outras formas de reprodução socioeconômica.

Com relação à assistência técnica, o município de Guarani das Missões, conta com os serviços da Emater e da Secretaria Municipal da Agricultura, tendo sido apontado que 50% e 8,33% dos entrevistados, respectivamente, recebem alguma forma de assistência destes órgãos. Além de órgãos públicos, há a assistência técnica dirigida por cooperativas (Comtul e Cotrisa), pela Giovelli Indústria de Óleos Vegetais e pelas diversas agropecuárias que comercializam as sementes e os demais insumos. Neste caso, foram apontados 83,3% das propriedades atendidas por este tipo de assistência técnica.

De um modo geral, os agricultores avaliam a assistência técnica como “boa” ao se referirem tanto àquela pública como à particular, mas enfatizam a necessidade de ampliar, além de melhorar o que atualmente se oferece no âmbito da assistência técnica pública. Cabe frisar, que a assistência técnica aqui aludida está relacionada a ações individuais de extensão rural como, por exemplo, as visitas técnicas, o contato pessoal e até mesmo os experimentos na propriedade rural. Quanto à

assistência técnica particular não tecem qualquer tipo de crítica, mesmo porque por se tratar das estratégias de venda das empresas há o interesse em que o agricultor se sinta satisfeito com o atendimento.

Assim como a assistência técnica e a extensão rural são importantes instrumentos de fomento e apoio aos agricultores, também as cooperativas são apontadas em diversos estudos como organismos eficazes nas propostas de desenvolvimento rural, que poderiam impedir em grande medida o declínio econômico e social de muitas comunidades. Contudo, considerando que 41,65% dos entrevistados não pertencem a nenhuma cooperativa de produtores e mesmo que 58,31% dos entrevistados tenham informado que são associados a alguma cooperativa no município, em grande medida se disseminou a desconfiança com relação à adesão a esta forma de organização. Alguns dos fatores que explicam esta desconfiança estão relacionados ao reduzido número de serviços que prestam, ao desinteresse das diretorias dessas associações em assumir uma dimensão política de defesa dos interesses dos produtores, quase sempre defendendo seus próprios interesses e se beneficiando da estrutura que é de todos, além de haver uma não profissionalização da administração das cooperativas resultando na má gerência da instituição, que em determinados casos as conduziu a difíceis situações financeiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação principal deste trabalho consistiu em conhecer as influências do modelo modernizador introduzido pela monocultura da soja na agricultura familiar do município de Guarani das Missões – RS. Nessa perspectiva, a pesquisa também se propôs caracterizar a estrutura socioespacial, natural e econômica de Guarani das Missões; buscando entender o processo de organização do espaço rural e as estratégias de reprodução socioeconômica dos agricultores familiares produtores de soja do município em questão. Ao mesmo tempo, buscou-se identificar e descrever alternativas de diversificação produtiva entre os agricultores familiares do referido município.

Através da pesquisa constatou-se que Guarani das Missões concentra a maioria das propriedades nos estabelecimentos com menos de 50 hectares, isto é, 90,99% dos proprietários ocupam áreas inferiores a 50 hectares que somadas ocupam 77,43% da área rural do município. Por sua vez, 9,01% das propriedades possuem áreas entre 50 e 500 hectares que ocupam 22,57% da área total.

Tais propriedades rurais apresentam, em termos geomorfológicos e pedológicos, condições favoráveis ao desenvolvimento de atividades agrícolas que associadas ao interesse dos colonizadores em cultivar as terras então ocupadas orientou a organização do espaço rural e a definição da “vocação” do município. Assim, pode-se afirmar que foi com base nas atividades agrícolas que o município de Guarani das Missões construiu sua história. Inicialmente produzindo gêneros alimentícios e, posteriormente, dedicando-se à produção das monoculturas.

A soja, que ainda hoje é intensamente cultivada, foi introduzida no município no ano de 1933, sendo que até 1960 o cultivo era limitado. Foi especialmente a partir de 1970 que a soja passou a ocupar a maior parte das áreas destinadas ao cultivo das lavouras temporárias, destacando-se nas quantidades produzidas por hectare. O milho ocupava a segunda posição, tanto em área quanto em produção, sendo a maior parte de ambas as culturas plantadas em associação. A terceira cultura em área e em produção era o trigo, seguida por culturas de subsistência como a mandioca, o feijão e o arroz, além da cana-de-açúcar e do linho.

O predomínio de lavouras temporárias no município de Guarani das Missões, com destaque para a soja, tem sido, desde 1970, a consequência do que Anjos et al

(2008) chamam da mais palpável expressão do esforço das famílias no sentido de converter todos os espaços disponíveis à produção da soja e ao que outros autores denominam de fenômeno de “sojização” do espaço rural.

Contrariando a ideia preconcebida de que a soja seria ainda hoje a principal cultura do município, em termos de que ela, por si só ou combinada com outras culturas temporárias estivesse garantindo a reprodução socioeconômica dos agricultores familiares, se pode afirmar que sua viabilidade é resultado de outras fontes de renda no meio rural. Sendo assim, atualmente, a produção de leite, as aposentadorias, a diversificação propiciada por algumas alternativas de agroindústrias e hortifrutigranjeiros, além da prestação de serviços e do emprego em outras propriedades ou até mesmo nas cidades da região tem permitido ao agricultor ou a membros de sua família obter as rendas que efetivamente os sustentam durante o ano. Deste modo, a permanência no cultivo da soja tem se caracterizado por possibilitar uma renda extra, uma espécie de poupança, garantida inclusive porque a maioria dos agricultores financia a produção. Ao financiar a produção por meio do PRONAF os produtores tem acesso ao Proagro Mais que é um seguro público pelo qual, em caso de frustração, há a cobertura do financiamento da produção e a oferta de renda para apoiar financeiramente o agricultor até a próxima safra.

Pode-se afirmar que o PRONAF tem facilitado à manutenção e especialmente a ampliação das atividades agropecuárias ao mesmo tempo em que contribui para a difusão de um “pacote tecnológico produtivista”, sem um controle associado dos possíveis danos ambientais que podem resultar de sua aplicação. Isso se comprova no massivo uso dos transgênicos e na afirmação que a maioria dos agricultores entrevistados fazem das melhorias advindas de seu uso. Tais melhorias são atribuídas à suposta diminuição da quantidade de agrotóxicos espalhados pelo ar, mas especialmente por atualmente ser uma atividade na qual não necessitam trabalhar tanto, visto que despendem poucos dias do ano de trabalho efetivo em virtude da redução no tempo destinado ao plantio e à colheita.

Além da redução no tempo destinado ao trabalho efetivo, a produção de soja foi indicada como uma boa alternativa de rotação de culturas, sendo esta uma preocupação dos produtores de leite, já que segundo os próprios, as pastagens plantadas em áreas de rotação de cultura com soja possibilitam um aproveitamento melhor dos solos.

Em relação à assistência técnica pública, constatou-se os agricultores de Guarani das Missões dispõem dos serviços da Emater e da Secretaria Municipal da Agricultura, tendo sido apontado que 50% e 8,33% dos entrevistados, respectivamente, recebem alguma forma de assistência destes órgãos. Além de órgãos públicos, há a assistência técnica dirigida por cooperativas (Comtul e Cotrisa), pela Giovelli Indústria de Óleos Vegetais e pelas diversas agropecuárias que comercializam as sementes e os demais insumos. Neste caso, foram apontados 83,3% das propriedades atendidas por este tipo de assistência técnica. Sob este aspecto, os agricultores avaliam a assistência técnica como “boa” ao se referirem tanto àquela pública como à particular, mas enfatizam a necessidade de ampliar, além de melhorar o que atualmente se oferece no âmbito da assistência técnica pública.

Quanto à associação em cooperativas, mesmo que 41,65% dos entrevistados tenham respondido que não pertencem a nenhuma cooperativa de produtores e que 58,31% tenham informado sim, em grande medida se disseminou a desconfiança com relação à adesão a esta forma de organização. Alguns dos fatores que explicam esta desconfiança estão relacionados ao reduzido número de serviços que prestam, ao desinteresse das diretorias dessas associações em assumir uma dimensão política de defesa dos interesses dos produtores, quase sempre defendendo seus próprios interesses e se beneficiando da estrutura que é de todos, além de haver uma não profissionalização da administração das cooperativas resultando na má gerência da instituição, que em determinados casos as conduziu a difíceis situações financeiras.

Constatou-se também que os dados relativos a suínos demonstram uma tendência no município à produção para autoconsumo e cuja comercialização só ocorre quando há certo excedente que não será consumido pela própria família. Nestes casos, a comercialização ocorre entre vizinhos, para açougues do próprio município, para atender à demanda de programas como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) ou o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), e ainda, há quem produza salame ou faça a venda de carne “sob encomenda”, embora esta não seja uma prática muito comum em função das atuais legislações e fiscalização sanitária. Há no município apenas 6 propriedades que se dedicam à criação de suínos com o objetivo de comercialização, seja no sistema de integração seja por conta própria. Além disso, os dados relativos ao número de propriedades

dedicadas à produção leiteira apontam um total de 402 produtores no município, ou seja, em torno de 37% das propriedades rurais praticam esta atividade e dela retiram a base da renda que mantém as famílias durante o ano.

Segundo a realidade e as informações dos entrevistados, outras fontes de renda importantes para os agricultores familiares do município são: a aposentadoria (mencionada por 75%), o emprego ou função pública (mencionado por 24,99%), o emprego em funções privadas (mencionado por 8,33%), as agroindústrias (mencionadas por 16,66%), os hortifrutigranjeiros (mencionada por 24,99%). Outro dado que permite identificarmos outras rendas obtidas no meio rural guaraniense é o da mecanização necessária para o plantio direto e dos transgênicos e seu respectivo “pacote” que leva os agricultores a contratarem os serviços de terceiros. Há no espaço rural do município alguns estabelecimentos comerciais (os conhecidos “bolichos”) e de serviços (oficinas mecânicas e marcenarias) em determinadas comunidades.

Ressaltamos que a produção agropecuária foi e continua sendo a principal dinamizadora da economia guaraniense e isso se reflete nos índices do ICMS que são de 36% para esse segmento, 28% para a indústria, 23% para os serviços e apenas 3% para o comércio.

Constata-se através dos censos demográficos do IBGE realizados entre 1970 e 2010, que o município de Guarani das Missões – RS segue a uma tendência verificada em todo território nacional, isto é, a inversão de dados que indicam atualmente o predomínio da população urbana sobre a rural. Além disso, dados do Censo Demográfico de 2010 apontam a redução de cerca de 9,73% na população absoluta do município em comparação ao censo anterior. A dependência do setor agropecuário, a falta de crédito acessível em anos anteriores, a falta de alternativas de trabalho tanto nas áreas rurais quanto nas urbanas e a oferta de formação no setor da agropecuária voltada predominantemente para o agronegócio, são fatores que explicam as situações anteriormente descritas. A descrição por alguns dos entrevistados de que “a vida na agricultura é difícil” e de que “os filhos foram embora em busca de trabalho e de melhores condições de vida”, alguns para cidades próximas e tantos outros para a região metropolitana de Porto Alegre ou outros estados brasileiros como o Maranhão, corroboram a ideia de que não só o espaço rural, mas Guarani das Missões como um todo tem se constituído um polo de repulsão para a população.

O perfil dos agricultores guaranienses traçado a partir das entrevistas realizadas bem como seus relatos sobre alguns aspectos da agricultura e de suas vidas em torno das atividades rurais nos permitem, como referido anteriormente, não prever, mas imaginar situações futuras, possíveis de ocorrer nas propriedades de pequeno porte do município e com isso, pensar mecanismos que garantam a reprodução socioeconômica dos agricultores compatível com o que se pensa atualmente sobre o desenvolvimento rural sustentável.

Dentre as circunstâncias visualizadas, acreditamos ter uma na qual se pudesse ater, ou seja, possibilitar às crianças e ao jovem que ainda vive no meio rural uma perspectiva, uma visão diversa a que está instituída e que criou ao longo dos anos “uma mentalidade” na qual viver na “roça não dá mais”. Na concepção de Abramovay “se o meio rural representar aos olhos dos que o habitam – sobretudo os mais jovens – estagnação, conservadorismo e atraso, as chances de iniciativas inovadoras serão mínimas”. Supõe-se com isso que não basta melhorar a escola rural ou de ampliar a realização de cursos profissionais, mas de buscar permanentemente oportunidades locais de desenvolvimento. Isso significa segundo Wanderley (2000) que o desenvolvimento dos espaços rurais dependerá, cada vez mais, da sua capacidade de atrair outras atividades econômicas e outros interesses sociais e de realizar uma profunda “ressignificação” de suas próprias funções sociais.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. In: LEITE, Sisonando Pedro et alli (orgs.) Reforma agrária e desenvolvimento sustentável. Ministério do desenvolvimento agrário: Brasília, 2000.

_____. **“Juventude rural: ampliando as oportunidades”**, Raízes da Terra: parcerias para a construção de capital social no campo. Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília – DF, Abril de 2005, Ano 1, nº 1. Online em: <http://www.creditofundiario.org.br/materiais/revista/artigos/artigo05.htm>

_____. **Agricultura Familiar e Uso do Solo**. In: São Paulo em Perspectiva, v.11, n.02, p.73-78, abril/jun 1997.

ALMEIDA, Jalcione. **Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento rural sustentável**. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997. p.33-55.

ALMEIDA, Juliano Florczak. **Polonidades e memórias: trajetória de construção das identidades polonesas na Linha Bom Jardim, interior de Guarani das Missões – RS**. 2011. 128 f. Monografia (Bacharel em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

ANJOS, Flávio Sacco dos; CALDAS, Nádia Velleda; HIRAI, Wanda Griep. **Agricultura familiar, desenvolvimento territorial e segurança alimentar: estudo de caso no estado do Rio Grande do Sul**. In: Encontro de Economia Gaúcha, 4, 2008, Porto Alegre, RS). Anais [recurso eletrônico] / 4. Encontro de Economia Gaúcha ; org. Osmar Tomaz de Souza. - Porto Alegre : EDIPUCRS, 2008. CD-ROM.

ARANDIA, Alejandro Kuajara. **Modernização da agricultura: reflexos sobre o emprego rural no Rio Grande do Sul, 1970-1980**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 1-25, 1976.

ASCUY AMEGHINO, E. **De cultivo marginal a motor de la agriculturización: hipótesis y problemas en torno a la “sojización”**. In: Documentos de Trabajo, nº 2, CIEA, Buenos Aires, 2004.

BONETTI, Luiz Pedro. **De Santa a Pecadora: a Saga da Soja pelos campos do Rio Grande**. Cruz Alta, 1987.

BORBA, M.F.S.; GOMES, J.C.C; TRUJILLO, R.G. **Desenvolvimento endógeno como estratégia para a sustentabilidade de áreas marginais**. In: PORTO, V. H. da Fonseca; WIZNIEWSKY, C. R.Flores; SIMCH, T. de Lemos. *Agricultor familiar: sujeito de um novo método de pesquisa, o participativo*. Pelotas, Ed. Embrapa Clima Temperado, 2004.

BRASIL. **Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993**. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm>. Acesso em 10 de agosto de 2013.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em 10 de agosto de 2013.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Secretaria Geral. **Projeto RADAMBRASIL**. Folha SH. 22 e parte das folhas SH 21 e SI 22. Rio de Janeiro, 1986. 794 p. (Levantamento de Recursos Naturais, v. 33).

BRUM, Argemiro Luís; HECK, Cláudia Regina; LEMES, Cristiano da Luz. **As Políticas Brasileiras de Fomento à Cultura do Trigo: uma revisão histórica**. Editora Unijuí • ano 2 • n. 3 • jan./jun. • 2004 p. 95-117.

BUAINAIN, Antônio Márcio; ROMEIRO, Ademar R., GUANZIROLI, Carlos. **Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural**. Sociologias, Porto Alegre, ano 5, nº 10, p. 312-347, jul/dez 2003.

CAMARGO, José Carlos Godoy; ELESBÃO, Ivo. **O problema do método nas ciências humanas: o caso da Geografia**. In: Mercator - Revista de Geografia da UFC, ano 03, número 06, 2004.

CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. **Multifuncionalidade da agricultura familiar**. In: *Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial – Contribuições ao Debate* / Flávio Borges Botelho Filho (organizador) – Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados, 2005.

CASTRO, Biancca Scarpeline de. **A introdução no Brasil do algodão, milho e soja geneticamente modificados: coincidências reveladoras.** In: Congresso BRASA IX - Tulane University, New Orleans, Louisiana, em 27-29 março de 2008.

CONCEIÇÃO, Octavio Augusto C. **A expansão da soja no Rio Grande do Sul – 1950-75.** Porto Alegre, FEE: 1984.

DELGADO, Guilherme C. **A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003.** In Questões Sociais e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo. Brasília: IPEA, 2005.

_____. **Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária.** Estud. av. [online]. 2001, vol.15, n.43, pp. 157-172. ISSN 0103-4014.

EMATER – RS, ASCAR. **Estudo da situação.** Escritório Municipal de Guarani das Missões, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Entrando nos Territórios do Território.** In: PAULINO, Eliane T. e FABRINI, João E. (Orgs.) **Campesinato e territórios em disputas.** São Paulo: Expressão Popular, 2008a, p.273-301.

_____. **Agronegócio nas Américas: O Mito do Desenvolvimento e a Resistência do Campesinato.** Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, Universidade de São Paulo, 2005.

FRAGOSO, João Luís ; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **A política no império e no início da república velha: dos barões aos coronéis.** In: LINHARES, Maria Yedda (Coord), **História geral do Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTÍSTICA (FEE). 2013. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>. Acesso em: 02 de agosto de 2013.

GEHLEN, Ivaldo. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Social Rural.** São Paulo em Perspectiva, 18(2): 95-103, 2004.

GEHLEN, Ivaldo; RIELLA, Alberto. **Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento Sustentável.** Sociologias, Porto Alegre, ano 6, nº 11, p. 20-26, jan/jun 2004.

GERTZ, René. Elogio da diferença. Zero Hora, Porto Alegre, Caderno "Cultura", de 24 de julho de 2004, p. 10-11. Disponível em <<http://www.renegertz.com/publicacoes/textos/17-textos/24-elogio-da-diferenca>>. Acesso em 10 de agosto de 2013.

GIOVELLI. **Histórico e Matéria-prima**. Guarani das Missões, 2013. Disponível em: <<http://www.gioveli.com.br>>. Acesso em: 27 de julho de 2013.

GRANDO, Marinês Zandavali; MERTZ, Marli M. **De colonos a agricultores familiares: uma trajetória de resistência**. In: CONCEIÇÃO, Octávio A. C. et al. (Org.). O movimento da produção. Porto Alegre: FEE, 2010.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é Questão Agrária?** São Paulo: Editora Braziliense, 1980.

_____. Estrutura Fundiária e Relações de Produção no Campo Brasileiro. Anais do II Encontro Nacional da Abep, Volume 1 Águas de São Pedro, 1980.

_____. **A Industrialização e a Urbanização da Agricultura Brasileira**. São Paulo em Perspectiva, 7(3): 2-10, julho/setembro, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2006**: Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 09 ago. 2013.

_____. **Censo agropecuário 1995-96**: Rio Grande do Sul. IBGE: 1998. CD-ROM.

_____. **Censo agropecuário 1985**: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

_____. **Censo agropecuário 1980**: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1984.

_____. **Censo agropecuário 1975**: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1978.

_____. **Censo agropecuário 1970**: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1974.

IOTTI, Luiza Horn. **A política imigratória brasileira e sua legislação – 1822 -1914**. In: X Encontro Estadual de História, 2010, Santa Maria.

KORB, Arnildo, GASPARINI, Bruno, MENDONÇA, Francisco de Assis. **Soja transgênica: riscos, incertezas e interesses em jogo**. Interthesis, v. 9, n. 2, Julho – Dezembro 2012.

LACERDA, Antonio Carlos de. Et al. **Economia brasileira**. Saraiva, São Paulo, 2000.

LAMARCHE, Hugues. (Coord.) **L'agriculture familiale; 1. une réalité polymorphe**. Paris: L'Harmattan, 1992. 304 p. (Tradução em português A agricultura familiar; uma realidade multiforme. Campinas: Ed. Unicamp, 1993. 336 p.).

LEITE, Sérgio Pereira. **Estado, padrão de desenvolvimento e agricultura: o caso brasileiro**. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, vol. 13, no. 2, 2005: 280-332.

MALUF, R. S. ; CARNEIRO, M. J. T . **Multifuncionalidade da agricultura familiar**. Cadernos do CEAM, v. 5, n. 17, p. 43-58, 2005.

MAPA geológico do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

MARMILICZ, Paulo Tomaz. **A antiga colônia polonesa de Guarani das Missões e suas relações atuais: reflexão em torno do camponês guaraniense, sua trajetória histórica, suas realizações econômicas e desafios – 1891 a 1996**. Editora Policromia, Ijuí, 1996.

MARMILICZ, Tarcisio I., SALLET, Eulalia. **Resenha: fatos que marcaram Guarani das Missões**. 1996. Mimeografado.

MARTINE, George. **A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia?** Lua Nova, nº 23, São Paulo, Mar. 1991.

MARTINS, Rodrigo Constante. **Modernização e relações de trabalho na agricultura brasileira**. Agrária, São Paulo, Nº 4, pp. 165-184, 2006.

MELGAREJO, Leonardo; FERRAZ, José Maria e FERNANDES, Gabriel B. **Transgênicos no Brasil: a manipulação não é só genética**. Agriculturas, v. 10, n. 1, março de 2013.

MERTZ, Marli. **A agricultura familiar no Rio Grande do Sul – um sistema agrário “Colonial”**. Ensaios FEE, Porto Alegre, V. 25, N. 1, P. 277-298, Abr. 2004.

MÜLLER, Geraldo. **A modernização do campo e a questão agrária: tem gente sobrando no rumo das coisas. Dá para mudar?** Anais do IV Encontro Nacional da Abep, Volume I, Águas de São Pedro, 1984.

_____. **Agricultura e industrialização do campo no Brasil**. Revista de Economia Política, Vol. 2/2, nº 6, Abril-Junho 1982.

_____. **Cem anos de República: notas sobre as mudanças estruturais no campo**. Estudos Avançados. São Paulo: IEA, n. 7, p. 109-136, 1989.

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. Estudos Avançados, V.15, Nº 43, São Paulo set./dez. 2001

PALMEIRA, Moacir. **Modernização, Estado e questão agrária**. Estud. av. [online]. 1989, vol.3, n.7, pp. 87-108. ISSN 0103-4014.

PEREIRA, A. A, et al. **Variações qualitativas e quantitativas na microbiota do solo e na fixação biológica do nitrogênio sob diferentes manejos com soja**. Revista Brasileira de Ciência do Solo. p. 1397-1412, 2007 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcs/v31n6/17.pdf>. Acesso em: 25 de julho de 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 5ª Ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1990. 142 p.

PILETTI, Nelson; MOSOLINO, Ivone. **A questão da terra no Brasil**. CAXIAS DO SUL: Maneco, 1999. 111 pp.

SACHS, Ignacy. **Brasil rural: da redescoberta à invenção**. Estudos Avançados, V. 15, Nº 43, 2001.

SACCO DOS ANJOS, Flávio; CALDAS Nádia Velleda. **A propósito do debate sobre pluriatividade e multifuncionalidade na agricultura: o surgimento de uma nova formação discursiva**. Revista Theomai; nº 20, 2009.

O Rural Brasileiro: Velhas e Novas Questões em Debate. Teoria e Pesquisa, V. XVII, nº 1, p. 49-66, jan-jun. 2008.

SALAMONI, Giancarla; GERARDI, Lucia Helena de Oliveira. **Princípios Sobre o Ecodesenvolvimento e suas Relações com a Agricultura Familiar.** In.: Teoria, técnica, espaços e atividades: temas de Geografia contemporânea. Rio Claro: Programa de Pós-Graduação em Geografia – UNESP; Associação de Geografia Teórica – AGETEO, 2001.

SCHLESINGER, Sergio. **Soja: o grão que segue crescendo. Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente nas Américas.** Documento de Discussão nº 21, Julho 2008. Extraído do site <http://ase.tufts.edu/gdae/Pubs/rp/DP21SchlesingerJuly08.pdf> em 01 de Janeiro de 2013.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro.** In: Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial – Contribuições ao Debate / Flávio Borges Botelho Filho (organizador) – Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados, 2005.

SCHNEIDER, Sergio; CONTERATO, Marcelo Antônio . **Transformações agrárias, tipos de pluriatividade e desenvolvimento rural: considerações a partir do Brasil.** In: Guillermo Neiman; Clara Craviotti. (Org.). Entre el Campo y la Ciudad - Desafíos y estrategias de la pluriactividad en el agro. Buenos Aires: Ciccus, 2006.

SCHNEIDER, Sergio; NIEDERLE, Paulo André.. **Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção da agricultura.** In: FALEIRO, F. G.; FARIAS NETO, A. L. de (Ed.). Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2008. cap. 32, p. 989-1014.

SCHR, Zdzisław Malczewski. **Marcas da presença polonesa no Brasil.** Varsóvia, 2008.

VEIGA, José Eli da. **O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento.** Estudos Avançados, V. 15, Nº 43, 2001.

VIEIRA, A.C. et al. **O futuro da biotecnologia: salvação ou perdição?** Encontro da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. 2008. Disponível em: www.sober.org.br/palestra/9/357.pdf. Acesso em: 25 de julho de 2013.

_____. **Agricultura Familiar e Sustentabilidade.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.13, n.3, p.383-404, 1996.

WANDERLEY, Maria De Nazareth Baudel. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro.** XX Encontro Anual da Anpocs. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG. Outubro 1996.

_____. **A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelodesenvolvimento rural.** En publicacion: ¿Una nuevaruralidad en América Latina?. Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001.

_____. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade.** Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), Rio de Janeiro/RJ, v. 21, p. 42-61, 2003.

WARPOL. **Sobre a Warpol: história de desafios e desenvolvimento.** Guarani das Missões, 2013. Disponível em: < <http://www.warpol.com.br> >. Acesso em 27 de julho de 2013.

ZARTH, Paulo Afonso. **História agrária do planalto gaúcho 1850-1920.** Ed. Unijuí, Ijuí, 1997, 208 p.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista semi-estruturada com agricultores familiares produtores de soja do município de Guarani das Missões – RS.

Dados de Identificação:

Nome: _____

Idade: _____ Escolaridade: _____

Nome do cônjuge: _____

Idade do cônjuge: _____ Escolaridade: _____

Nº de Filhos: _____

Idade dos filhos: _____

Escolaridade dos filhos: _____

Os filhos residem junto com vocês? () sim () não

Onde residem? Por que?

Desde quando reside neste município e/ou local?

Caracterização da Exploração Familiar:

1- Qual o tamanho da propriedade em hectares? Qual a área utilizada para a produção?

2 - Possuem outra renda, além da agricultura? Qual?

3 - Utiliza financiamento bancário para auxiliá-lo na produção agrícola? Qual?

4 - Quais produtos cultivam?

4.1 - O que justifica a escolha pelo cultivo de tais produtos?

4.2 - Produtos agroindustriais produzidos:

() Queijo () Pão, cuca, bolos () Outros

4.3 - Estes produtos (agroindustriais) são comercializados?

() sim () não

4.4 - Se comercializados, qual a renda mensal adquirida com a venda destes produtos?

5 - Há produção de produtos artesanais? () sim () não Quais?

5.1 - Se produzidos e comercializados, qual a renda mensal adquirida com a venda destes produtos?

Meios de produção:

1 - Descrição da mão-de-obra utilizada:

Titular família assalariados titular e filhos trabalham em outra exploração

2- Existe força de trabalho animal? sim não

Que tipo?

Nº de animais

3 - Utiliza trator? sim não

próprio contrata terceiros

Se contrata terceiros R\$ _____/hora

4 - Utiliza máquinas e equipamentos? sim não

próprio contrata terceiros

Se contrata terceiros R\$ _____/hora

5 - Que tipos de adubos e fertilizantes utiliza?

químico, para _____, kg/ha _____

orgânico, para _____, kg/ha _____

outros _____

6 - Quais cuidados preventivos têm com o solo e com os recursos naturais?

7 - Recebe assistência técnica? sim não

7.1- Se recebe, de qual instituição?

7.2 - Como considera esta assistência?

muito boa boa regular precária

outra

8 - Comercialização:

8.1 - Onde comercializa os produtos agrícolas?

intermediários mercado próximo vizinhos

direto ao consumidor atacadistas varejistas cooperativa

Outros. Quais?

8.2 - É sócio de alguma cooperativa de produtores? sim não

Qual?

9 - Numa fase mais recente passamos a conviver com os transgênicos. Como tem sido sua relação e de sua família com os transgênicos? Sua introdução tem sido acompanhada de melhorias na sua qualidade de vida?

10 - Como descreveria sua vida e de sua família considerando as atividades econômicas que exercem e quais as expectativas traz em torno da agricultura familiar em Guarani das Missões?

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista com representantes da Emater, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Secretaria Municipal da Agricultura de Guarani das Missões – RS.

- 1- Como está organizada a agricultura familiar no município de Guarani das Missões?
- 2- Quais os principais problemas enfrentados pelos agricultores familiares?
- 3- Quais as políticas públicas específicas para a agricultura que atendem os agricultores do município?
- 4- Como a modernização da agricultura agiu no território de Guarani das Missões e quais as consequências deste processo de modernização para os agricultores familiares do município?
- 5- O que a produção de soja representa para o município?
- 6- Como é a organização produtiva da cultura de soja no município?
- 7- Quais as vantagens e desvantagens deste cultivo?
- 8- Existem outras formas de reprodução socioeconômica dos agricultores familiares do município? Quais?
- 9- Numa fase mais recente passamos a conviver com os transgênicos. Como tem sido a relação dos agricultores familiares com os transgênicos? Sua introdução tem sido acompanhada de melhorias no padrão ou qualidade de vida desses agricultores?
- 10- Qual a participação da EMATER, Secretaria Municipal da Agricultura e STR na organização produtiva dos agricultores do município?
- 11- Quais as perspectivas para a agricultura familiar de Guarani das Missões tendo por base o trabalho realizado pela EMATER, Secretaria Municipal da Agricultura e STR e pela intervenção de outras entidades ligadas a este segmento da economia no município?